



Atuação Estratégica

PGA 2024/25

AGE

Assessoria de Gestão
Estratégica

MPES

MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Espírito Santo

Francisco Martínez Berdeal
Procurador-Geral de Justiça

Elda Márcia Moraes Spedo
Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa

Andréa Maria da Silva Rocha
Subprocuradora-Geral de Justiça Judicial

Luciana Gomes Ferreira de Andrade
Subprocuradora-Geral de Justiça Institucional e Gestora da Assessoria de Gestão Estratégica

Gustavo Modenesi Martins da Cunha
Corregedor-Geral do MPES

Maria de Fátima Cabral de Sá
Subcorregedora-Geral do MPES

Humberto Alexandre Campos Ramos
Ouvidor do MPES

Sidia Nara Ofranti Ronchi
Ouvidora da Mulher do MPES

Catarina Cecin Gazele
Decana - representando o Colégio de Procuradores

Lidson Fausto da Silva
Diretor-Geral

Equipe Técnica

Fabricio Ferraz Pêgo, Ana Paula Senna Dan Rossoni e Karla Massaria Loureiro
Assessoria de Gestão Estratégica - AGE - Unidade de Planejamento e Projetos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
MAPA ESTRATÉGICO DO MPES	7
O MINISTÉRIO PÚBLICO E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030 DA ONU.....	8
DIRETRIZES E PROPOSTAS DE AÇÃO PARA O PGA 2024-2025	9
INFÂNCIA E JUVENTUDE	10
Diretriz Estratégica - Implementação de ações para o enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes	10
Diretriz Estratégica - Estruturação e adequação dos Conselhos Tutelares nos municípios	10
Diretriz estratégica - Estruturação e adequação dos serviços de acolhimento institucional e familiar	10
Diretriz Estratégica - Formação da rede de defesa de direitos das crianças e dos adolescentes	11
Diretriz Estratégica - Implementação da Escuta Especializada nos municípios.....	12
Diretriz Estratégica - Implementação do Serviço de Acolhimento Familiar nos municípios	12
Diretriz Estratégica - Estruturação e adequação das unidades socioeducativas de internação e semiliberdade..	13
Diretriz Estratégica - Implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância	13
Diretriz Estratégica - Monitoramento da Execução das Medidas Socioeducativas em meio aberto	14
Diretriz Estratégica - Incentivo à elaboração e à implementação de Planos Municipais de Execução e Acompanhamento de medidas socioeducativas	15
Diretriz Estratégica - Incentivo à priorização do investimento público na execução das medidas socioeducativas em meio aberto.....	15
Diretriz Estratégica - Fortalecimento da atuação ministerial em prol das juventudes	16
DIREITO DA FAMÍLIA	17
Diretriz Estratégica - APRIMORAMENTO DA ATUAÇÃO MINISTERIAL NA ÁREA DA FAMÍLIA, POR MEIO DE MAIOR UNIDADE INSTITUCIONAL, VISANDO à AMPLIAÇÃO RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EXTRAJUDICIAIS.....	17
CIDADANIA	18
Diretriz Estratégica - Fortalecimento e monitoramento da Rede de Proteção à pessoa idosa e à pessoa com deficiência	18
Diretriz Estratégica - Promoção da defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos de relevância social, em matéria de cidadania	20
Diretriz Estratégica - Promoção de atuação interinstitucional voltada à sistematização de procedimentos, comunicações e registros de pessoas desaparecidas ou vítimas de tráfico humano.....	20
DIVERSIDADE SEXUAL	21
Diretriz Estratégica - Fomentar a implementação de políticas públicas para as pessoas LGBTQIA+	21
Diretriz Estratégica - Fortalecimento da política institucional de diversidade sexual e de identidade de gênero	22
DEFESA COMUNITÁRIA	24
Diretriz Estratégica - Fiscalização e monitoramento da política de Segurança Alimentar e Nutricional	24
Diretriz Estratégica - Fiscalização e monitoramento da rede socioassistencial (SUAS).....	25
Diretriz Estratégica - Implementação da política estadual para a população em situação de rua do ES.....	26
Diretriz Estratégica - Articulação interinstitucional para a fomentar a implementação de políticas públicas para a efetivação do direito social à moradia.....	28

IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL	28
Diretriz Estratégica - Promoção da igualdade étnico-racial, do combate ao racismo e ao preconceito	28
DIVERSIDADE RELIGIOSA.....	31
Diretriz Estratégica - Promoção do respeito à diversidade, notadamente, cultural e religiosa	31
DIREITOS HUMANOS – COMBATE À TORTURA.....	31
Diretriz Estratégica - Combate à tortura.....	31
PROTEÇÃO À VÍTIMA.....	31
Diretriz Estratégica - Promoção da proteção e da garantia dos direitos e do apoio às vítimas	31
VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES	32
Diretriz Estratégica - Estimular a promoção e acompanhar a realização de campanhas e ações educativas de prevenção e enfrentamento às várias formas de violências contra as mulheres, com as Promotorias, em todo o Estado do Espírito Santo	32
Diretriz Estratégica - Estruturação e qualificação das políticas públicas de defesa dos direitos das mulheres, com ênfase ao enfrentamento da violência doméstica e familiar	33
Diretriz Estratégica - Contribuir para a articulação e qualificação da atuação da rede de enfrentamento e de atendimento às mulheres em situação de violência	35
Diretriz Estratégica - Implementação de ações e acompanhamento das políticas públicas para mulheres.....	35
Diretriz Estratégica - Fortalecimento das instâncias de controle social	36
PATRIMÔNIO PÚBLICO.....	38
Diretriz Estratégica - Aprimoramento da atuação ministerial no combate à corrupção e à sonegação fiscal.....	38
Diretriz Estratégica - Avaliação dos entes públicos no cumprimento da Transparência e da Lei de Acesso à Informação	40
Diretriz Estratégica - Fortalecimento de ouvidorias públicas	41
Diretriz Estratégica - Fortalecimento do Controle Social.....	41
Diretriz Estratégica - Mapeamento de risco de irregularidade na gestão pública	41
Diretriz Estratégica - Fomento à integração de sistemas de informação e ferramentas tecnológicas utilizados na investigação de corrupção, improbidade administrativa e sonegação fiscal	44
Diretriz Estratégica - Intensificar a atuação colaborativa com as demais instituições que atuam no combate à sonegação fiscal, para intercâmbio de informações e planejamento de ações conjuntas	46
Diretriz Estratégica - Fomento à utilização do acordo de não persecução civil como forma de garantir uma rápida solução do caso com a preservação do interesse público e da tutela adequada, tempestiva e efetiva dos direitos	47
FUNDAÇÕES	48
Diretriz Estratégica - Velamento das fundações de direito privado	48
ELEITORAL	49
Diretriz Estratégica - Enfrentamento à corrupção eleitoral com destaque ao combate aos candidatos “ficha-suja” e ao uso abusivo da máquina administrativa, com finalidade eleitoral (condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais).....	49
Diretriz Estratégica - Combate à propaganda eleitoral irregular	49
Diretriz Estratégica - Fortalecimento da atuação eleitoral	50

Diretriz Estratégica - Aproximação com a sociedade civil, partidos políticos e/ou candidatos a fim de discutir e esclarecer sobre temas eleitorais	51
CONSUMIDOR	54
Diretriz Estratégica - Proteção dos cidadãos nas relações de consumo	54
Diretriz Estratégica - Fortalecimento da rede de proteção ao consumidor, incluindo a qualificação do Procon municipal.....	54
Diretriz Estratégica - Estímulo a ações em prol da segurança alimentar.....	55
Diretriz Estratégica - Implementação de estratégias de monitoramento e controle de agrotóxico na produção e comercialização de frutas e hortaliças.....	56
Diretriz Estratégica - Apoio ao combate ao superendividamento.....	57
EXECUÇÃO PENAL	59
Diretriz Estratégica - Garantia do correto cumprimento das penas e das medidas de segurança.....	59
Diretriz Estratégica - Fiscalização da aplicação e gestão dos recursos públicos destinados ao sistema prisional e à segurança pública	60
Diretriz Estratégica - Atuação estratégica para a manutenção do controle dos estabelecimentos prisionais, mitigando as ações de grupos e facções criminosas, com vistas à segurança de presos, servidores prisionais, prestadores de serviço e visitantes.....	61
Diretriz Estratégica - Proatividade e impulsionamento das ações de ressocialização de internos e egressos	61
Diretriz Estratégica - Disseminação do método APAC.....	63
CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL	64
Diretriz Estratégica - Fiscalização da aplicação e gestão dos recursos públicos destinados ao sistema prisional e à segurança pública	64
Diretriz Estratégica - Aperfeiçoamento dos instrumentos do Controle Externo da Atividade Policial	64
Diretriz Estratégica - Articulação interna e externa ao MP para implementação dos conselhos de segurança pública e defesa social nos respectivos entes públicos (Lei n.º 13.675/2018).....	66
Diretriz Estratégica - Redução dos índices de vitimização e letalidade policial.....	67
CRIMINAL	68
Diretriz Estratégica - Fortalecimento da atuação criminal frente aos crimes cibernéticos.....	68
Diretriz Estratégica - Atuação estratégica em casos criminais complexos, especialmente, em crimes violentos letais intencionais e feminicídio.....	69
Diretriz Estratégica - Atuação priorizada aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes	70
Diretriz Estratégica - Tráfico de drogas e crimes patrimoniais	71
Diretriz Estratégica - Medidas de reparação de danos às vítimas	72
SAÚDE	75
Diretriz Estratégica - Fortalecimento da atuação ministerial na garantia do acesso e na adequação da Rede de Atenção Materno Infantil.....	75
Diretriz Estratégica - Fortalecimento da atuação ministerial na garantia do acesso e na adequação da Rede de Saúde Mental	75
Diretriz Estratégica - Fortalecimento da atuação ministerial na garantia do acesso e na adequação da rede de saúde básica.....	76

Diretriz Estratégica - Fortalecimento e monitoramento da rede de proteção à pessoa idosa e à pessoa com deficiência	77
EDUCAÇÃO	79
Diretriz Estratégica - Fortalecimento da atuação ministerial na garantia do direito à educação com vistas à universalização da educação para redução da desigualdade social	79
Diretriz Estratégica - Monitoramento das ações de enfrentamento dos impactos da pandemia de Covid-19 na educação, inclusive a evasão e abandono escolar	79
Diretriz Estratégica - Monitoramento da ampliação da oferta de educação em tempo integral	80
Diretriz Estratégica - Monitoramento da aplicação verbas públicas da educação, notadamente as provenientes do Novo Fundeb	80
Diretriz Estratégica - Promoção da educação antirracista	81
MEIO AMBIENTE	83
Diretriz Estratégica - Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas	83
Diretriz Estratégica - Esgotamento sanitário	84
Diretriz Estratégica - Cobertura Florestal - Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Programa de Regularização Ambiental (PRA)	86
Diretriz Estratégica - Regularização dos Núcleos Urbanos (irregulares) em área rural	87
Diretriz Estratégica – Educação ambiental	89
Diretriz Estratégica - Unidades de Conservação	91
Diretriz Estratégica - Prevenção de desastres naturais - mudanças climáticas	92
Diretriz Estratégica - PROTEÇÃO À FAUNA (PROGRAMA EM DEFESA DA VIDA ANIMAL DOMÉSTICA)	94
Diretriz Estratégica - Sistematizar, referenciar e padronizar o processo de valoração monetária dos danos ambientais no MPES, dando robustez à reparação dos danos ambientais	95
Diretriz Estratégica - Promover medidas de reparação por danos socioambientais e socioeconômicas	96
Diretriz Estratégica - Fomento à implementação das Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos	98
AUTOCOMPOSIÇÃO	101
Diretriz Estratégica - Fomento da cultura e esclarecimento do potencial resolutivo dos meios autocompositivos de resolução de conflitos	101
Diretriz Estratégica - Aprimoramento das técnicas de autocomposição junto aos Membros do MP	101
RESOLUTIVIDADE	102
Diretriz Estratégica - Utilização de mecanismos jurídicos adequados, efetivos e eficientes, visando à resolutividade judicial e extrajudicial de conflitos	102
Diretriz Estratégica - Difusão da cultura, da análise e da tomada de decisão orientada por dados	104
Diretriz Estratégica - Acompanhamentos dos procedimentos judiciais e extrajudiciais	104

APRESENTAÇÃO

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), de forma a garantir eficiência e maior assertividade no cumprimento de sua missão, busca constantemente aprimorar seus processos de planejamento, de governança e de gestão estratégica. Nesse contexto, empenha-se em conduzir suas atividades de acordo com os objetivos e as diretrizes institucionais previamente estabelecidos no Planejamento Estratégico¹ e no Plano Geral de Atuação (PGA)². Em outras palavras, a atuação do MPES orienta-se por um planejamento cuidadoso e estratégico, alinhado com sua missão e suas responsabilidades institucionais.

O PGA é um instrumento de planejamento e gestão dos recursos e processos táticos da área finalística, de forma a viabilizar a consecução de metas prioritárias nas diversas áreas de suas atribuições legais. Assim, é um desdobramento do plano estratégico institucional. Enquanto o plano estratégico define os objetivos estratégicos de longo prazo da instituição, o PGA organiza as diretrizes e ações necessárias para atingir esses objetivos no médio prazo, especificamente em um período de dois anos.³

A elaboração do **Plano Geral de Atuação 2024-2025** foi iniciada com a construção do Planejamento Estratégico MPES 2024-2032, aprovado por meio da Portaria PGJ nº 362, de 29 de abril de 2024, que definiu as macroestratégias, denominadas diretrizes. Ressalta-se aqui o envolvimento de membros-servidores e colaboradores de todo o MPES no estabelecimento das macroestratégias.

Com isso, foram definidas as prioridades para o PGA 2024-2025, incluindo os resultados esperado/metabolos e indicadores de nível tático, bem como as ações (iniciativas, projetos e atividades) a serem desenvolvidas pelas unidades organizacionais de nível tático voltadas à atuação finalística, quais sejam: os Centros de Apoio Operacionais, os Grupos Especiais de Trabalho, Núcleos, Comitês e Comissões finalísticos. O fruto desse trabalho foi produzido em consonância com o disposto na Portaria nº 8565, de 4 de outubro de 2017, notadamente em seu artigo 19, e está detalhado ao longo deste documento.

O processo foi, inicialmente, coordenado pelo Secretário-Geral (2023) e, posteriormente, pela atual Subprocuradora-Geral de Justiça Institucional. A execução foi realizada pela equipe técnica da Unidade de Planejamento e Projetos da Assessoria de Gestão Estratégia (AGE) e com o envolvimento contínuo das unidades organizacionais de nível tático.

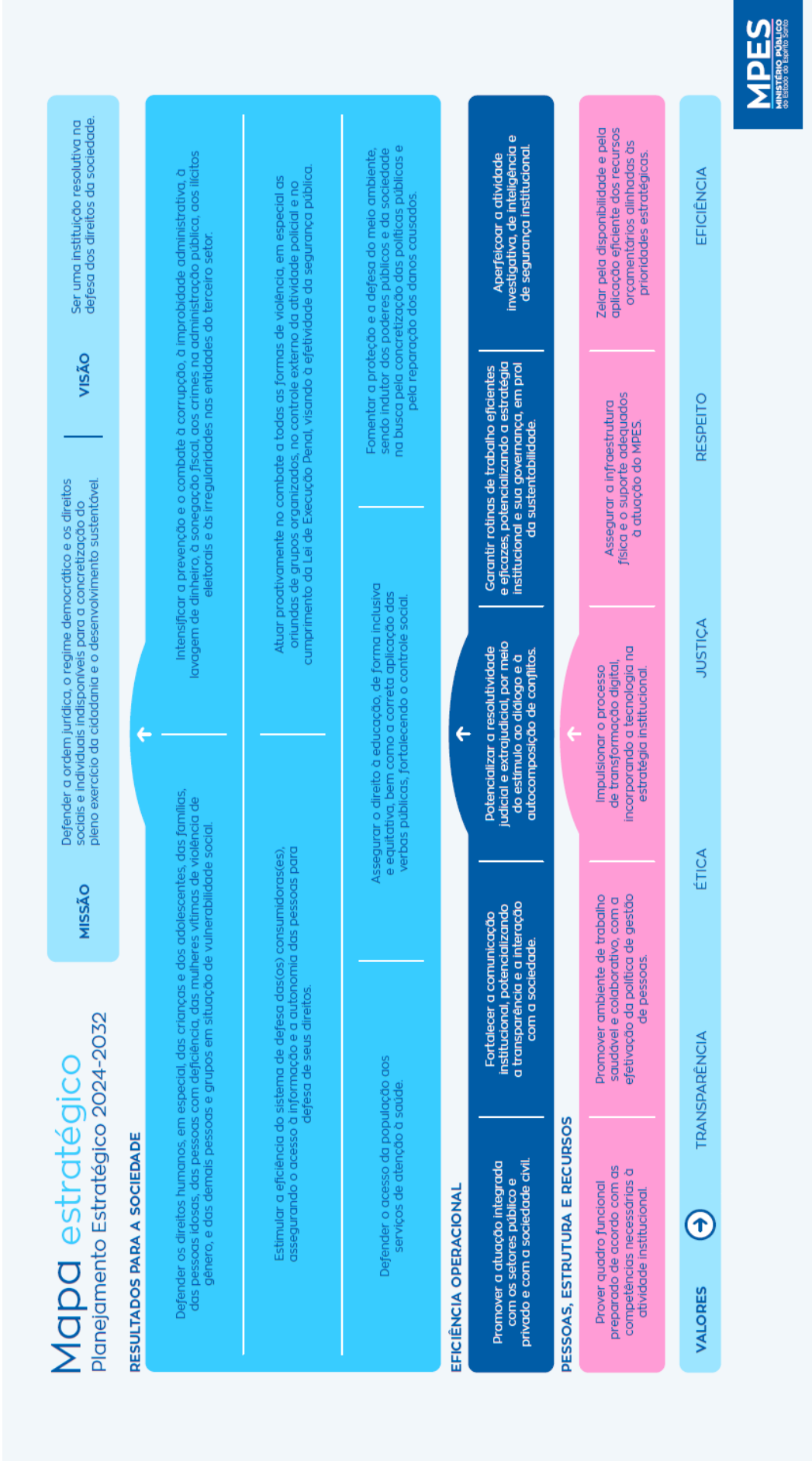
Importante destacar que, tanto na elaboração do planejamento estratégico institucional, quanto do PGA 2024-2025 foi considerado o alinhamento ao Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), refletindo o compromisso do MPES com a promoção da justiça, da defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis e da proteção do patrimônio público e social.

Finalmente, esse arcabouço que documenta a governança e a gestão estratégica do MPES é fundamental para estreitar o vínculo entre os instrumentos de longo e de médio prazo promovendo uma coesão e uma sinergia entre as diferentes esferas de planejamento e de atuação.

¹ Planejamento Estratégico do MPES 2024-2032 ([Planejamento Estratégico 2024-2032 – Ministério Público do Estado do Espírito Santo \(mpes.mp.br\)](https://mpes.mp.br))

² A Lei Complementar Estadual nº 95/1997 (Lei Orgânica do MPES) dispõe sobre o PGA em seu artigo 168: “Art. 168. A atuação do Ministério Público deverá levar em conta os objetivos e as diretrizes institucionais estabelecidos em plano geral de atuação, destinado a viabilizar a consecução de metas prioritárias nas diversas áreas de suas atribuições legais. § 1º O plano geral de atuação será estabelecido pela Procuradoria Geral de Justiça, com a participação dos Centros de Apoio Operacional e das Procuradorias e Promotorias de Justiça, ouvido o Colégio de Procuradores de Justiça. § 2º Para execução do plano geral de atuação, o Ministério Público adotará ferramentas de gestão que contemplam planejamento, execução, monitoramento e aprendizado. § 3º O procedimento de elaboração e execução do plano geral de atuação será disciplinado por ato do Procurador-Geral de Justiça. § 4º O plano geral de atuação deverá estar vinculado ao planejamento estratégico da instituição e aos projetos do Estado.”

³ A Portaria nº 8.565/2017 dispõe o seguinte: “Art. 2º Para fins desta Portaria, considera-se: [...] XI - plano geral de atuação - PGA: instrumento de planejamento e de gestão dos recursos e processos táticos da área finalística, elaborado pelos Centros de Apoio Operacional, Grupos Especiais de Trabalho, Núcleos e congêneres, de modo a contribuir, em médio prazo, para a materialização da estratégia institucional;”



MPES
MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Espírito Santo

O MINISTÉRIO PÚBLICO E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030 DA ONU

O Estado Brasileiro assumiu o compromisso de implementar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, acordada durante a Cúpula das Nações Unidas em setembro de 2015. Composta por 17 ODSs e 169 metas definidas pela ONU, essa agenda oferece uma nova abordagem para transformar o desenvolvimento global, enfrentando a pobreza e a desigualdade, além de promover políticas integradas, planejamento e governança para alcançar um desenvolvimento sustentável e igualitário.

Nesse contexto, o Ministério Público brasileiro exerce um papel crucial na promoção dos ODS da Agenda 2030, dedicando-se à defesa dos direitos humanos, à preservação do meio ambiente e ao combate à corrupção. Com sua função constitucional de fiscal da lei, o Ministério Público se destaca como um dos principais defensores da cidadania, conduzindo ações que buscam reduzir as desigualdades sociais e proteger as populações vulneráveis, em plena consonância com os princípios estabelecidos pela Agenda 2030.

Entre 2022 e 2023, o MPES intensificou seus esforços para unir diversos segmentos e entidades estaduais, firmando Termos de Compromisso com o Poder Executivo, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, entre outros, com o objetivo de implementar os ODS e suas metas. A realização desses objetivos até 2030 depende de ações coordenadas e exigíveis de todos.

Abaixo, estão listados os 17 objetivos estabelecidos pela ONU, que serão impactados pelas iniciativas previstas neste Plano Geral de Atuação.



Resultados para a sociedade

Direitos Humanos

Objetivo

Defender os direitos humanos, em especial, das crianças e das(os) adolescentes, das famílias, das pessoas idosas, das pessoas com deficiência, das mulheres vítimas de violência de gênero, e das demais pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade social.

Descrição

Combater qualquer tipo de violação, preconceito e discriminação, fomentando a implementação de políticas públicas e a consolidação das redes de atendimento, proteção e acolhimento, buscando assegurar a observância dos direitos humanos, sobretudo os das pessoas em situação de vulnerabilidade social, como as crianças e as(os) adolescentes, as(os) idosas(os), as pessoas com deficiência, as vítimas de violência de gênero contra as mulheres e as vítimas de racismo.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Resultado(s) esperado(s)	Fomentar a realização de ações com foco na prevenção e no combate da violência contra crianças e adolescentes.
Indicador(es)	Número de ações para o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes.
Unidade(s) focal(is)	CAIJ

Ação	Não identificada ¹
------	-------------------------------

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - ESTRUTURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES NOS MUNICÍPIOS

Resultado(s) esperado(s)	Buscar o aprimoramento dos Conselhos Tutelares no que tange à estrutura e ao funcionamento.
Indicador(es)	<ul style="list-style-type: none">• Quantitativo de equipamentos ofertados aos Conselhos Tutelares;• Quantidade de Conselhos Tutelares beneficiados;• Número de visitas realizadas por ano nos Conselhos Tutelares.
Unidade(s) focal(is)	CAIJ

Ação	Não identificada ¹
------	-------------------------------

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - ESTRUTURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR

Resultado(s) esperado(s)	Monitoramento dos serviços de acolhimento institucional e familiar por meio de inspeções periódicas, com o apoio técnico do CAIJ, de forma a possibilitar a estruturação e/ou adequação dos serviços.
Indicador(es)	Número de serviços de acolhimento institucional e familiar inspecionados por semestre.
Unidade(s) focal(is)	CAIJ

¹ No presente documento constam a rol de ações (projetos e iniciativas) que foram planejadas e propostas pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho, Núcleos, Comitês e Comissões finalísticas e relacionadas às diretrizes estratégicas. O fato de um diretriz estratégica não ter ação identificada ocorre, notadamente, pelas seguintes situações: i. a unidade organizacional contribui para o alcance dos resultados esperados com a execução de atividades rotineiras; ii. foram desenvolvidas ações pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos no ciclo de PGA anterior ou; iii. a contribuição para os resultados esperados ocorrerá por meio dos Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça ou outras ações a serem desenvolvidas pelos referidos órgãos de execução.

Ação	De Olho na Proteção																
Objetivo	Prestar apoio técnico durante as inspeções nos serviços de acolhimento institucional e familiar por meio de inspeções periódicas, em formato remoto ou presencial, de forma a possibilitar a estruturação e/ou adequação dos serviços.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Apoio técnico durante as inspeções nos serviços de acolhimento institucional e familiar, em atendimento à demanda dos órgãos de execução; Emissão de manifestações técnicas acerca das inspeções realizadas, as quais serão enviadas aos Promotores de Justiça solicitantes. 																
Indicador da ação	Número de inspeções realizadas nos serviços de acolhimento institucional e familiar, com apoio técnico do CAIJ, por semestre.																
Unidade responsável	CAIJ																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	SAI - Um olhar voltado para a intervenção estratégica!																
Objetivo	Traçar um panorama da situação atual do acolhimento institucional no Estado do Espírito Santo de forma a subsidiar a atuação do Promotor de Justiça com as informações levantadas e a identificação das fragilidades existentes, além de embasar a atuação do CAIJ nos planejamentos futuros para essa área de atuação.																
Produto	Diagnóstico dos Serviços de Acolhimento Institucional no ES.																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de serviços monitorados até dezembro de 2024; Diagnóstico dos Serviços de Acolhimento Institucional do Estado, até dezembro de 2024. 																
Unidade responsável	<ul style="list-style-type: none"> CAIJ 																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FORMAÇÃO DA REDE DE DEFESA DE DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

Resultado(s) esperado(s)	Promover ações para aperfeiçoar o funcionamento da rede de atendimento à criança e ao adolescente
Indicador(es)	Número de ações desenvolvidas em prol da melhoria do atendimento prestado pela rede
Unidade(s) focal(is)	CAIJ

Ação	Diálogos em Construção																
Objetivo	Proporcionar conhecimento básico inicial acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente, preparando os conselheiros tutelares eleitos para o exercício da função.																
Produto	Capacitação inicial para os conselheiros tutelares eleitos em 01 de outubro de 2023, bem como seus respectivos suplentes.																
Indicador da ação	Percentual de conselheiros tutelares participantes da capacitação inicial.																
Unidade responsável	CAIJ																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Resultado(s) esperado(s)	Promover ações que visem à formulação de políticas públicas para a redução da prática do ato infracional, a partir de diagnóstico considerando a região e o perfil dos adolescentes a dos atos praticados.
Indicador(es)	Número de ações promovidas que visem à redução da prática do ato infracional.
Unidade(s) focal(is)	CAIJ

Ação	Não identificada ¹
-------------	--------------------------------------

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - IMPLEMENTAÇÃO DA ESCUTA ESPECIALIZADA NOS MUNICÍPIOS

Resultado(s) esperado(s)	Fomento e acompanhamento das ações desenvolvidas com vistas ao aumento do número de municípios com a escuta especializada implementada no Estado.
Indicador(es)	Número de municípios com escuta especializada implementada no Estado.
Unidade(s) focal(is)	CAIJ

Ação	Não identificada ¹
-------------	--------------------------------------

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS

Resultado(s) esperado(s)	Fomento e acompanhamento das ações desenvolvidas com vistas ao aumento do número dos municípios com o serviço de acolhimento familiar implementado no estado.
Indicador(es)	Número de municípios com serviço de acolhimento familiar implementado.
Unidade(s) focal(is)	CAIJ

Ação	Acolhimento Familiar - Precisamos dialogar sobre esse assunto!
Objetivo	Fomentar a implantação do Acolhimento Familiar nos municípios do estado desprovidos do serviço, fornecendo suporte material e sensibilizando os(as) Promotores(as) de Justiça para a necessidade e importância da sua criação a partir de discussões propostas em evento online.
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Material de suporte aos órgãos de execução para a articulação junto aos municípios na implantação do acolhimento familiar nas localidades desprovidas do serviço;

¹ No presente documento constam a rol de ações (projetos e iniciativas) que foram planejadas e propostas pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos relacionadas às diretrizes estratégicas. O fato de um diretriz estratégica não ter ação identificada ocorre, notadamente, pelas seguintes situações: i. a unidade organizacional contribui para o alcance dos resultados esperados com a execução de atividades rotineiras; ii. foram desenvolvidas ações pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos no ciclo de PGA anterior ou; iii. a contribuição para os resultados esperados ocorrerá por meio dos Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça ou outras ações a serem desenvolvidas pelos referidos órgãos de execução.

	<ul style="list-style-type: none"> Evento para discussão e sensibilização de membros e servidores do MPES sobre a importância da ampliação do serviço de acolhimento familiar no estado. 																	
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Envio de 100% do material de apoio proposto aos(às) Promotores(as) de Justiça (envio de todas as peças e normativas). Percentual de Promotores(as) de Justiça e servidores participantes do evento (Quantidade de participantes/quantidade de inscritos no evento). 																	
Unidade responsável	CAIJ																	
ODSs relacionados	<table border="1"> <tr> <td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td> </tr> </table>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17		

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - ESTRUTURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO E SEMILIBERDADE

Resultado(s) esperado(s)	Monitoramento das unidades de internação e semiliberdade por meio de inspeções periódicas, com o apoio técnico do CAIJ, de forma a possibilitar a estruturação e/ou adequação dos serviços.
Indicador(es)	Número de unidades de internação e semiliberdade inspecionadas por semestre.
Unidade(s) focal(is)	CAIJ

Ação	De Olho na Socioeducação																	
Objetivo	Prestar apoio técnico durante as inspeções nas unidades socioeducativas de internação e semiliberdade, de forma a possibilitar a estruturação e/ou adequação dos serviços, em atendimento às solicitações dos órgãos de execução.																	
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Apoio técnico durante as inspeções nas unidades socioeducativas de internação e semiliberdade, em atendimento à demanda dos órgãos de execução; Emissão de manifestações técnicas acerca das inspeções realizadas, as quais serão enviadas aos(às) Promotores(as) de Justiça solicitantes. 																	
Indicador da ação	Número de unidades socioeducativas de internação e semiliberdade inspecionadas, com apoio técnico do CAIJ, por semestre.																	
Unidade responsável	CAIJ																	
ODSs relacionados	<table border="1"> <tr> <td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td> </tr> </table>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17		

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Resultado(s) esperado(s)	Fomento e acompanhamento das ações desenvolvidas com vistas ao aumento do número dos municípios com o Plano municipal pela primeira infância implementado.
Indicador(es)	Número de municípios com Plano Municipal pela Primeira Infância implementado.
Unidade(s) focal(is)	CAIJ

Ação	Não identificada ¹
-------------	--------------------------------------

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

Resultado(s) esperado(s)	Monitoramento das unidades executoras das medidas socioeducativas em meio aberto por meio de inspeções anuais, com o apoio técnico do CAIJ, de forma a possibilitar a estruturação e/ou adequação dos serviços.
Indicador(es)	Número de unidades executoras das medidas socioeducativas em meio aberto inspecionadas por ano.
Unidade(s) focal(is)	CAIJ

Ação	Fortalecendo o Meio Aberto																
Objetivo	Prestar apoio técnico durante as inspeções anuais nas unidades executoras das medidas socioeducativas em meio aberto, de forma a possibilitar a estruturação e/ou adequação dos serviços, em atendimento às solicitações dos órgãos de execução.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Apoio técnico durante as inspeções nas unidades executoras das medidas socioeducativas em meio aberto, em atendimento à demanda dos órgãos de execução; Emissão de manifestações técnicas acerca das inspeções realizadas, as quais serão enviadas aos Promotores de Justiça solicitantes. 																
Indicador da ação	Número de unidades executoras de medidas socioeducativas em meio aberto inspecionadas, com apoio técnico do CAIJ, por ano.																
Unidade responsável	CAIJ																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	A Posteriori																
Objetivo	Acompanhar a evolução da oferta dos serviços no Espírito Santo em relação ao levantamento realizado em 2021/2022, identificando avanços e retrocessos.																
Produto	Relatório comparativo dos anos de 2022 e 2023, identificando avanços e retrocessos na execução da medida.																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Quantitativo de formulários de inspeção no meio aberto analisados pela equipe do CAIJ; Relatório comparativo entregue. 																
Unidade responsável	CAIJ																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

¹ No presente documento constam a rol de ações (projetos e iniciativas) que foram planejadas e propostas pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos relacionadas às diretrizes estratégicas. O fato de um diretriz estratégica não ter ação identificada ocorre, notadamente, pelas seguintes situações: i. a unidade organizacional contribui para o alcance dos resultados esperados com a execução de atividades rotineiras; ii. foram desenvolvidas ações pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos no ciclo de PGA anterior ou; iii. a contribuição para os resultados esperados ocorrerá por meio dos Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça ou outras ações a serem desenvolvidas pelos referidos órgãos de execução.

Resultado(s) esperado(s)	Ampliar a aplicação do instituto da remissão cumulada com medida socioeducativa em meio aberto.
Indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> • Número de remissões qualificadas aplicadas semestralmente; • Número de ações realizadas para fomentar a aplicação remissão cumulada com medida socioeducativa em meio aberto.
Unidade(s) focal(is)	CAIJ

Ação	Não identificada ¹
-------------	--------------------------------------

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - INCENTIVO À ELABORAÇÃO E À IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Resultado(s) esperado(s)	Acompanhamento da elaboração e da implementação dos planos municipais de atendimento socioeducativo.
Indicador(es)	Número de municípios com Planos municipais de atendimento socioeducativos elaborados e implementados.
Unidade(s) focal(is)	CAIJ

Ação	Não identificada ¹
-------------	--------------------------------------

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - INCENTIVO À PRIORIZAÇÃO DO INVESTIMENTO PÚBLICO NA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

Resultado(s) esperado(s)	Fomentar a priorização do investimento público na execução das medidas socioeducativas em meio aberto.
Indicador(es)	Número de ações desenvolvidas para o fomento da priorização do investimento público na execução das medidas socioeducativas em meio aberto.
Unidade(s) focal(is)	CAIJ

Ação	Não identificada ¹
-------------	--------------------------------------

¹ No presente documento constam a rol de ações (projetos e iniciativas) que foram planejadas e propostas pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos relacionadas às diretrizes estratégicas. O fato de um diretriz estratégica não ter ação identificada ocorre, notadamente, pelas seguintes situações: i. a unidade organizacional contribui para o alcance dos resultados esperados com a execução de atividades rotineiras; ii. foram desenvolvidas ações pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos no ciclo de PGA anterior ou; iii. a contribuição para os resultados esperados ocorrerá por meio dos Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça ou outras ações a serem desenvolvidas pelos referidos órgãos de execução.

Resultado(s) esperado(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecimento de Conselhos Municipais de Juventude e Centros de Referência das Juventudes em municípios que ainda não contêm com essas estruturas; 2. Maior integração da rede de proteção à juventude, por intermédio dos Centros de Referência das Juventudes, Centros Municipais de Juventude, onde houver e dos serviços municipais e estaduais de alcance social; 3. Estabelecimento de parcerias para o encaminhamento do jovem à aprendizagem profissional, à profissionalização e ao mercado de trabalho.
Indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de Conselhos Municipais de Juventude e Centros de Referência das Juventudes instituídos; 2. Número de reuniões com os serviços de atendimento e proteção a juventude; 3. Número de parcerias e articulações realizadas envolvendo o CAIJ, NEJU, CAOPE e Promotorias de Justiça.
Unidade(s) focal(is)	NEJU

Ação	Dialogar com a Rede de Proteção à Juventude
Objetivo	Promover a integração e a colaboração entre o Núcleo e demais unidades do MPES com a Rede de Proteção para fortalecer as políticas públicas voltadas à juventude.
Produto	Ações e eventos que promovam o acompanhamento da rede de proteção.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de reuniões realizadas com membros; • Número de eventos realizados e/ou com a participação do NEJU; • Número de reuniões semanais realizadas.
Unidade responsável	NEJU
ODS relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Promover o encaminhamento de jovens à aprendizagem
Objetivo	Promover a inserção de jovens no mercado de trabalho e na aprendizagem, por meio de articulação interna e externa ao MPES.
Produto	Reuniões e eventos para dialogar com Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Espírito Santo (FEAPETI-ES), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Sistema S e membros do MPES.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de jovens encaminhados à aprendizagem; • Número de ações empreendidas para articulação com agentes externos; • Número de reuniões realizadas com membros do MPES.
Unidade responsável	NEJU
ODS relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Pedalando Juntos
Objetivo	Fortalecer o trabalho feito por reeducandos que reformam bicicletas apreendidas sem condições legais de devolução, visando incentivar a mobilidade de adolescentes e jovens.
Produto	Bicicletas restauradas com reaproveitamento.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de unidades socioeducativas e acolhimentos institucionais beneficiados;

	<ul style="list-style-type: none"> Número de bicicletas entregues às unidades socioeducativas e aos acolhimentos institucionais. 																
Unidade responsável	NEJU																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Fortalecer iniciativas educativas de respeito à diversidade cultural, voltadas às juventudes																
Objetivo	Aumentar a conscientização sobre a diversidade cultural entre as juventudes, participando ativamente em reuniões e eventos relevantes, e colaborando com organizações e membros relevantes para criar um ambiente acolhedor para todas as juventudes.																
Produto	Reuniões e eventos a respeito da temática das juventudes.																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de reuniões realizadas com os Conselhos Estadual e Municipais da Juventude e com a Secretaria Estadual de Direitos Humanos. Número de eventos que o NEJU fomentará, auxiliará e participará, relacionados à temática das juventudes. 																
Unidade responsável	NEJU																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Fomentar a consecução de políticas públicas para a juventude no território de onde os jovens são originários, com apoio da municipalidade (Centros Municipais da Juventude)																
Objetivo	Fortalecer políticas públicas para a juventude, promovendo a instalação de Centros Municipais da Juventude através da articulação com membros e representantes das municipalidades.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões com membros do MPES e representantes das municipalidades; Acordos para a instalação de Centros Municipais da Juventude. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de reuniões realizadas com membros; Número de reuniões realizadas com representantes das municipalidades 																
Unidade responsável	NEJU																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIREITO DA FAMÍLIA

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - APRIMORAMENTO DA ATUAÇÃO MINISTERIAL NA ÁREA DA FAMÍLIA, POR MEIO DE MAIOR UNIDADE INSTITUCIONAL, VISANDO À AMPLIAÇÃO RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EXTRAJUDICIAIS

Resultado(s) esperado(s)	Maior celeridade e resolutividade de conflitos familiares extrajudicialmente e consequente diminuição de procedimentos judiciais litigiosos.
Indicador(es)	Números de acordos extrajudiciais a partir da atuação ministerial.
Unidade(s) focal(is)	NUFAM

Ação	Capacitação de mediadores																
Objetivo	Criar um grupo de capacitadores para mediação nos temas relacionados ao direito das Famílias e direito Sucessório.																
Produto	Curso em mediação relacionado ao direito das famílias																
Indicador da ação	Número de mediadores capacitados																
Unidade responsável	NUFAM																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Eventos “Café com Família”																
Objetivo	Realizar eventos para promover o fortalecimento e articulação entre os órgãos de execução, contribuindo com a disseminação de conhecimentos sobre a temática e estimular o fomento de ações e parcerias estratégicas relacionadas às áreas de direito das Famílias, Sucessões e matérias afins.																
Produto	Eventos “Café com Família”																
Indicador da ação	Número eventos realizados.																
Unidade responsável	NUFAM																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Suporte em projetos promovidos por Promotorias de Justiça com atuação em Direito das Famílias e Sucessões																
Objetivo	Fornecer diretrizes e suporte em elaboração e consecução de Projetos propostos pelas Promotorias de Justiça (órgãos de execução).																
Produto	Diretrizes e suporte na construção dos PAPJ e suporte aos projetos de Promotorias de Justiça.																
Indicador da ação	Promotorias atendidas pelo NUFAM para diretrizes e suporte na construção dos PAPJ e Suporte aos Projetos de Promotorias com atuação no Direito das Famílias/ Sucessões.																
Unidade responsável	NUFAM																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

CIDADANIA

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FORTALECIMENTO E MONITORAMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA E À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Resultado(s) esperado(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fomentar o aprimoramento da prestação do serviço nas unidades de acolhimento para pessoas adultas com deficiência, verificando o cumprimento dos parâmetros normativos vigentes no país; 2. Fomentar a implantação das unidades de acolhimento para pessoas adultas com deficiência quanto ao cumprimento dos parâmetros normativos vigentes no país, garantindo os direitos das pessoas com deficiência, nos municípios de
--------------------------	---

	<p>grande porte, conforme estabelecido pela política nacional de assistência social ou por meio de convênios intermunicipais ou a regionalização de serviços que ainda não possuem o serviço implantado;</p> <p>3. Fomentar o aprimoramento da prestação do serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas, nas modalidades Casa Lar ou Instituição de Longa Permanência (ILPI), verificando o cumprimento dos parâmetros normativos vigentes no país.</p>
Indicador(es)	<p>1. Número de unidades de acolhimento para pessoa com deficiência fiscalizadas pelo MPES;</p> <p>2. Número de unidades de acolhimento para pessoa com deficiência implantadas no Estado do Espírito Santo;</p> <p>3. Número de instituições de acolhimento para pessoa pessoas idosas fiscalizadas pelo MPES.</p>
Unidade(s) focal(is)	CACC

Ação	Fiscalização dos Serviços de Acolhimento para Pessoas com Deficiência - ano 2024
Objetivo	Assessorar os órgãos de execução na fiscalização de instituições de acolhimento para pessoas com deficiência a serem realizadas no ano de 2024.
Produto	Relatório técnico elaborado pela equipe técnica do CACC de fiscalização em Residência Inclusiva.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de fiscalizações realizadas; • Razão do número de fiscalizações realizadas sobre o número de relatórios técnicos entregues; • Razão do número de fiscalizações realizadas sobre o número de formulários SEI preenchidos.
Unidade responsável	CACC
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Fortalecendo a fiscalização de Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPI) – o papel fundamental da Vigilância Sanitária.
Objetivo	Promover treinamento dos órgãos responsáveis pela fiscalização de ILPIs sobre as condições mínimas de funcionamento estabelecidas pela ANVISA, com vistas a contribuir com a melhoria das práticas de acompanhamento e fiscalização.
Produto	Treinamento composto por dois módulos com as vigilâncias sanitárias municipais divididas por macrorregião do Estado do Espírito Santo (Norte, Sul, Central e Metropolitana).
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Evento realizado em âmbito estadual; • Número de microrregiões que receberam pelo menos uma capacitação presencial.
Unidade responsável	CACC
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Fiscalização dos Serviços de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas - ano 2024
Objetivo	Assessorar as Promotorias de Justiça na fiscalização de 36 instituições de acolhimento para pessoas idosas a serem realizadas no ano de 2024.
Produto	Relatório técnico qualificado entregue às Promotorias de Justiça em 36 instituições de acolhimento para pessoas idosas em funcionamento no Espírito Santo.

Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de fiscalizações realizadas; • Razão do número de fiscalizações realizadas sobre o número de relatórios técnicos entregues; • Razão do número de fiscalizações realizadas sobre o número de formulários SEI preenchidos.
Unidade responsável	CACC
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - PROMOÇÃO DA DEFESA DE INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS DE RELEVÂNCIA SOCIAL, EM MATÉRIA DE CIDADANIA

Resultado(s) esperado(s)	Assessorar o órgão de execução na matéria de cidadania.
Indicador(es)	Número de solicitações atendidas pelo CACC.
Unidade(s) focal(is)	CACC

Ação	Não identificada ¹
------	-------------------------------

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - PROMOÇÃO DE ATUAÇÃO INTERINSTITUCIONAL VOLTADA À SISTEMATIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE PESSOAS DESAPARECIDAS OU VÍTIMAS DE TRÁFICO HUMANO

Resultado(s) esperado(s)	Estruturação/atualização do Banco de Dados de pessoas Desaparecidas no Estado do Espírito Santo
Indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> • Número de registros no sistema SINALID; • Número de comunicações recebidas no PLID/ES.
Unidade(s) focal(is)	CACC

Ação	Estruturação do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos no Estado do Espírito Santo - PLID/ES
Objetivo	Estruturar o PLID/ES buscando a regulamentação do fluxo de localização e a identificação dos desaparecidos no ES, delimitando as atribuições dos integrantes da rede intersetorial, bem como promover ações de comunicação e de sensibilização do público interno e externo para a identificação e a realização de buscas de pessoas desaparecidas.

¹ No presente documento constam a rol de ações (projetos e iniciativas) que foram planejadas e propostas pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos relacionadas às diretrizes estratégicas. O fato de um diretriz estratégica não ter ação identificada ocorre, notadamente, pelas seguintes situações: i. a unidade organizacional contribui para o alcance dos resultados esperados com a execução de atividades rotineiras; ii. foram desenvolvidas ações pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos no ciclo de PGA anterior ou; iii. a contribuição para os resultados esperados ocorrerá por meio dos Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça ou outras ações a serem desenvolvidas pelos referidos órgãos de execução.

Produto	<ul style="list-style-type: none"> Banco de dados interestadual com informações acerca da localização e identificação de desaparecidos e situações correlatas por meio do funcionamento do PLID/ES; Parcerias entre o MPES e órgãos públicos para promover a atuação interinstitucional; Campanhas e eventos para divulgação e sensibilização sobre SINALID/PLID/ES, com vistas à prevenção ao fenômeno social do desaparecimento.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de registro dos casos de pessoas desaparecidas encaminhados pelas Promotorias de Justiça; Número de registro dos casos de pessoas desaparecidas encaminhados pela Delegacia Especializada de Pessoas Desaparecidas do Estado do Espírito Santo; Número de fluxo de encaminhamento dos boletins unificados de pessoas desaparecidas registrados na Delegacia Especializada de Pessoas Desaparecidas do Estado do Espírito Santo; Número de parcerias firmadas com outros órgãos públicos visando à alimentação do SINALID; Número de eventos realizados; Banco de dados do SINALID atualizado.
Unidade responsável	CACC
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

DIVERSIDADE SEXUAL

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FOMENTAR A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS LGBTQIA+

Resultado(s) esperado(s)	Criação de Comissão de Diversidade Sexual e Identidade de Gênero nos Poderes Executivos e Legislativos dos 78 municípios do ES
Indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> Número de municípios com ato de criação da comissão publicado no âmbito do Poder Executivo; Número de municípios com ato de criação da comissão no âmbito do Poder Legislativo Municipal.
Unidade(s) focal(is)	CDDS

Ação	Comissões temáticas de diversidade sexual e de identidade de gênero nos municípios do ES
Objetivo	Fomentar a criação de comissões temáticas de diversidade sexual e de identidade de gênero no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Executivo dos municípios do ES.
Produto	Comissões temáticas de diversidade sexual e de identidade de gênero criadas no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de municípios com ato de criação da comissão publicado no âmbito do Poder Executivo; Número de municípios com ato de criação da comissão publicado no âmbito do Poder Legislativo.

Unidade responsável	CDDS																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FORTALECIMENTO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE IDENTIDADE DE GÊNERO

Resultado(s) esperado(s)	Aprimorar o debate institucional sobre a atuação de membros, servidores e colaboradores do MPES para a garantia do direito de livre orientação sexual e identidade de gênero e o combate a todas as formas de discriminação e preconceito.
Indicador(es)	Número de ações empreendidas para fomentar a educação permanente de membros, servidores e colaboradores.
Unidade(s) focal(is)	CDDS

Ação	Campanha institucional alusiva ao mês do orgulho LGBTQIA+
Objetivo	Realizar campanha institucional alusiva ao mês do orgulho LGBTQIA+, em junho de cada ano civil, a fim de ampliar a visibilidade e o horizonte institucional, além de assentar o posicionamento ministerial na defesa dos direitos das minorias.
Produto	Campanha institucional alusiva ao mês do orgulho LGBTQIA+.
Indicador da ação	Número de ações empreendidas pela CDDS para fomentar a educação permanente de membros, servidores e colaboradores.
Unidade responsável	CDDS
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Eventos que tratam da temática da diversidade sexual e da identidade de gênero
Objetivo	Realizar 6 eventos temáticos no biênio (seminários, webinários, bate-papos com café, encontros etc.) para debater assuntos relacionados à diversidade sexual e à identidade de gênero, tanto para o público interno, quanto para o público externo.
Produto	Eventos sobre a matéria da diversidade sexual e da identidade de gênero, no âmbito do MPES.
Indicador da ação	Número de ações empreendidas pela CDDS para fomentar a educação permanente de membros, servidores e colaboradores.
Unidade responsável	CDDS
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Programa de educação permanente INTERFACES
Objetivo	Proporcionar, no âmbito do MPES, o debate e a atuação interseccional voltados à interação institucional para a defesa dos direitos das minorias, notadamente da população LGBTQIA+.
Produto	Ações empreendidas para fomentar a educação permanente INTERFACES.
Indicador da ação	Número de ações empreendidas pela CDDS para fomentar a educação permanente de membros, servidores e colaboradores.

Unidade responsável	CDDS																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Minicurso EAD sobre direito à diversidade sexual e à identidade de gênero																
Objetivo	Realizar um minicurso em EAD sobre diversidade sexual e identidade de gênero voltado para membros, servidores e colaboradores do MPES, com vistas ao aprimoramento técnico para uma atuação mais efetiva quanto aos direitos da minoria LGBTQIA+.																
Produto	Minicurso EAD sobre direito à diversidade sexual e à identidade de gênero.																
Indicador da ação	Número de participantes no minicurso com certificação.																
Unidade responsável	CDDS																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Articulação e fomento para realização das conferências municipais de diversidade sexual e identidade de gênero.																
Objetivo	Orientar a atuação de membros do MPES e articular com demais órgãos e instituições visando à realização de conferências livres de diversidade sexual e identidade de gênero nos municípios do ES.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Material de apoio técnico para orientar a atuação de membros; Parcerias com SEDH, CELGBT/ES e Gerência de Diversidade Sexual e Gênero do ES. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Material técnico elaborado e enviado a todos os membros com atribuição na matéria; Número de reuniões realizadas para o estabelecimento de parcerias com demais órgãos e instituições; Número de parcerias formalizadas; Número de conferências realizadas nos municípios. 																
Unidade responsável	CDDS																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Ações estruturantes da CDDS																
Objetivo	Desenvolver ações de governança e gestão das estratégias de atuação da Comissão em prol da educação permanente de membros, servidores e colaboradores sobre os direitos da minoria LGBTQIA+, por meio da realização de reuniões, bem como divulgando informações para o público interno e externo.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões ordinárias e extraordinárias da CDDS; Informativo “Em Pauta”; Páginas da CDDS no site institucional e na intranet implementadas e/ou atualizadas. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de ações empreendidas pela CDDS para fomentar a educação permanente de membros, servidores e colaboradores; Número de reuniões ordinárias e extraordinárias da CDDS realizadas; Número de informativos “Em Pauta” elaborados e enviados; Página no site institucional implementada; Número de atualizações promovidas na intranet. 																
Unidade responsável	CDDS																

ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
-------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----

DEFESA COMUNITÁRIA

Ação	Eventos e divulgações sobre Defesa Comunitária																
Objetivo	Promover eventos e atualização de canais de comunicação do CACO sobre temáticas relacionadas à Defesa Comunitária para os públicos interno e externo.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos e/ou eventos abordando, em cada um deles, as temáticas: política de Assistência Social, política de população em situação de rua, política de segurança alimentar e nutricional e política de moradia/ habitação; • Informativo “Assistência Social em Foco”; • Páginas do CACO no site institucional e na intranet implementadas e/ou atualizadas. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de cursos e/ou eventos realizados pelo CACO; • Média de participantes por evento; • Número de informativos “Assistência Social em Foco” elaborados e enviados pelo CACO; • Número de ações registradas para criar a página do CACO na intranet; • Número de ações registradas para manter atualizada a página do CACO no site do MPES. 																
Unidade responsável	CACO																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Resultado(s) esperado(s)	Fortalecimento da política de Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios do ES
Indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de conselhos municipais criados/reactivados; • Quantitativo de ações registradas para incentivar a criação/reactivação de conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional nos municípios do ES; • Quantitativo de ações registradas para incentivar a adesão municipal ao SISAN/ES; • Quantitativo de ações para implementação de estratégias da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.
Unidade(s) focal(is)	CACO

Ação	Fiscalização e monitoramento da política de Segurança Alimentar e Nutricional																
Objetivo	Orientar a atuação ministerial para fomentar a criação/reactivação dos conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional, além da adesão ao SISAN.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Material de apoio para atuação ministerial (informações, manifestações, material técnico jurídico, legislação consolidada, modelos de peças); • Eventos internos para debate da matéria; 																

	<ul style="list-style-type: none"> Debates com Conselhos Estadual e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional para promoção do debate nos 78 municípios capixaba.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Quantitativo de ações/estratégias para implementação de equipamentos e serviços da política de Segurança Alimentar e Nutricional; Quantitativo de ações registrados para incentivar a criação/reactivação de conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional nos municípios do ES; Percentual de conselhos municipais criados/reactivados nos municípios do ES.
Unidade responsável	CACO
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Acesso Permanente à Alimentação Adequada
Objetivo	Auxiliar os órgãos de execução na estruturação e na gestão dos fundos especiais municipais (de segurança alimentar e nutricional e de combate à erradicação da pobreza, com a participação da sociedade civil), bem como acompanhar e fiscalizar o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCOP) de forma a ampliar o acesso à alimentação adequada à população em situação de rua e demais segmentos de vulnerabilidade social no Espírito Santo.
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Ciclo de reuniões com a Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES) para acompanhamento do FUNCOP; Reuniões com a SETADES para ampliação do acesso permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e regular, para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social no Estado do Espírito Santo; Material de apoio às Promotorias de Justiça com atribuição na matéria, para acompanhar a estruturação e a gestão dos fundos especiais municipais de segurança alimentar.
Indicador da ação	Quantitativo de ações/reuniões para implementação de estratégias da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.
Unidade responsável	GAESFO
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL (SUAS)

Resultado(s) esperado(s)	Adequação e fortalecimento da rede socioassistencial dos municípios e do Estado do Espírito Santo.
Indicador(es)	Quantitativo de ações registradas para fomentar a adequação dos recursos humanos na rede socioassistencial e o fortalecimento do SUAS municipal.
Unidade(s) focal(is)	CACO

Ação	Atualização do Mapa da Política de Assistência Social do Estado do Espírito Santo
Objetivo	Atualizar o Mapa da Política de Assistência Social do Estado do Espírito Santo, de forma a instrumentalizar membros e servidores do MPES com informações sobre a realidade da política de Assistência Social dos municípios capixabas, bem como possibilitar o acesso às informações dos serviços da rede socioassistencial, de forma

	objetiva e dinâmica, para gestores municipais, técnicos, usuários e a sociedade civil em geral.																
Produto	Mapa da Política de Assistência Social do Estado do Espírito Santo atualizado.																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Quantitativo de versões de atualizações da ferramenta registrada no período; Número de ações empreendidas para acompanhamento e monitoramento da política de Assistência Social/SUAS no ES. 																
Unidade responsável	CACO																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Diagnóstico situacional das pessoas em situação de rua																
Objetivo	Acompanhar a situação da população em situação de rua e as políticas públicas existentes em âmbito municipal e estadual, possibilitando o acesso às informações sobre o segmento, de forma objetiva e dinâmica, para gestores municipais, técnicos, usuários e a sociedade em geral.																
Produto	Painel de BI com diagnóstico situacional das pessoas em situação de rua																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de consultas e pesquisas realizadas na ferramenta por mês; Quantidade de consultas e pesquisas do público interno por mês. 																
Unidade responsável	GAESFO																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO ES

Resultado(s) esperado(s)	<ol style="list-style-type: none"> Aderir e implementar a POLEPOP/ES nos municípios capixabas; Compor o CIAMOPOP/ES e acompanhar suas reuniões e atividades.
Indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> Percentual de municípios que aderiram à POLEPOP/ES; Percentual de municípios que implementaram a POLEPOP/ES; Percentual de reuniões e demais ações do CIAMOPOP/ES com a participação do CACO/MPES.
Unidade(s) focal(is)	CACO / GAESFO

Ação	Acompanhamento da implementação da POLEPOP/ES e do Pacto de Metas para População em Situação de rua na Região Metropolitana da Grande Vitória.																
Objetivo	Acompanhar a implementação da POLEPOP/ES e repactuar as metas assumidas pelos municípios da região metropolitana de Vitória/ES no Pacto de Metas para população em situação de rua.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Material técnico orientativo para os órgãos de execução (despachos, informações, manifestações técnicas, análise documental); Parceria com SETADES, SEDH e AMUNES visando à adesão dos municípios capixabas à POLEPOP/ES, repactuação do Pacto de Metas para população em situação e cumprimento integral dos dispositivos da ADPF 976/2023; Eventos internos para fomentar a atuação ministerial com foco na proteção integral das pessoas em situação de rua nos municípios do ES. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de reuniões realizadas com os órgãos e instituições envolvidas para o estabelecimento de parcerias; 																

	<ul style="list-style-type: none"> • Número de reuniões e/ou eventos com membros com atribuição na matéria; • Percentual de municípios que aderiram à POLEPOP/ES; • Percentual de municípios que implementaram a POLEPOP/ES; • Percentual de municípios que implementaram ações visando ao atendimento integral das adequações advindas da ADPF 976/2023 para população em situação de rua no ES.
Unidade responsável	CACO
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Fiscalização da Execução Orçamentária e Financeira dos Municípios e Estado do Espírito Santo
Objetivo	Fiscalizar a execução orçamentária e financeira dos municípios e do Estado do Espírito Santo, no que se refere às ações e metas cujo público-alvo são as pessoas em situação de rua, no que tange, principalmente, à legalidade, legitimidade, economicidade, transparência e participação popular. Além disso, bem como sugerir a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) nos orçamentos municipais, visando à integração com os procedimentos judiciais e extrajudiciais de órgãos públicos (MPES).
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Parceria com Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo para fomentar a destinação de recursos municipais próprios para a população de rua, bem como auxiliar na fiscalização das respectivas previsões orçamentárias.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de municípios que incluíram nos seus instrumentos de gestão orçamentária rubrica própria para implantação/implementação de serviços para população em situação de rua; • Quantidade de municípios que incluíram nos seus instrumentos de gestão orçamentária os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) correspondentes.
Unidade responsável	GAESFO
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Inserção da pessoa em situação de rua no mercado de trabalho, com formação e qualificação profissional
Objetivo	Fomentar a capacitação profissional e estimular a oferta de trabalho para a população em situação de rua, principalmente na contratação por empresas vencedoras de licitação pública.
Produto	Parcerias com a iniciativa privada, órgãos públicos e entidades para a promoção de capacitação profissional e emprego formal, bem como a criação de leis relativas à contratação de pessoas em situação de rua por empresas vencedoras de licitação pública.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de convênios estabelecidos entre empresas, órgãos públicos e entidades para a contratação de pessoas em situação de rua; • Quantitativo de pessoas em situação de rua capacitadas; • Quantitativo de pessoas em situação de rua contratadas no mercado formal.
Unidade responsável	GAESFO
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Acompanhamento do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua - CIAMOPOP/ES																
Objetivo	Compor o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua (CIAMOPOP/ES) e acompanhar a execução de suas atividades.																
Produto	Reuniões ordinárias do CIAMOPOP/ES com a participação do MPES																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de reuniões e demais ações do CIAMOPOP/ES com a participação do GAESFO/MPES. 																
Unidade responsável	GAESFO																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL PARA A FOMENTAR A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO SOCIAL À MORADIA

Resultado(s) esperado(s)	1) Fomentar e implementar a política pública de habitação no ES; 2) Aprofundar o debate acerca da política habitacional no ES.
Indicador(es)	1) Quantitativo de ações registradas para fomentar o debate sobre o direito social à moradia nos municípios do ES; 2) Quantitativo de ações realizadas pelo CACO e registradas para implementar o direito social à moradia no ES.
Unidade(s) focal(is)	CACO

Ação	Não identificada¹
-------------	-------------------------------------

IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL, DO COMBATE AO RACISMO E AO PRECONCEITO

¹ No presente documento constam a rol de ações (projetos e iniciativas) que foram planejadas e propostas pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos relacionadas às diretrizes estratégicas. O fato de um diretriz estratégica não ter ação identificada ocorre, notadamente, pelas seguintes situações: i. a unidade organizacional contribui para o alcance dos resultados esperados com a execução de atividades rotineiras; ii. foram desenvolvidas ações pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos no ciclo de PGA anterior ou; iii. a contribuição para os resultados esperados ocorrerá por meio dos Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça ou outras ações a serem desenvolvidas pelos referidos órgãos de execução.

Resultado(s) esperado(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realização de ações, eventos, seminários e palestras, com foco na prevenção e no combate do racismo e seus desdobramentos na sociedade; 2. Aprimorar o debate institucional sobre a atuação de membros, servidores e colaboradores do MPES no tocante à matéria; 3. Promover a articulação com Ministério Público do Trabalho e movimentos sociais para adoção de ações no Estado do Espírito Santo voltadas para a empregabilidade de jovens negros e negras.
Indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de campanhas e ações educativas de prevenção realizadas presencialmente e/ou virtualmente; 2. Quantidade de inscritos nos eventos; 3. Número de reuniões e audiências públicas relacionadas ao desenvolvimento das ações; Celebração de Pacto de Empregabilidade; quantidade de empresas e/ou indústrias que aderirem ao instrumento e/ou participarem de capacitação de inclusão e diversidade ao mercado de trabalho.
Unidade(s) focal(is)	NPDH / CEPIER

Ação	Pacto de Empregabilidade voltado para jovens negros e negras																
Objetivo	Promover a articulação com Ministério Público do Trabalho e movimentos sociais para adoção de ações no Estado do Espírito Santo voltadas para a empregabilidade de jovens negros e negras.																
Produto	Pacto de Empregabilidade																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de reuniões e audiências públicas relacionadas ao desenvolvimento da ação; • Celebração de Pacto de Empregabilidade; • Quantidade de empresas e/ou indústrias que aderirem ao instrumento e/ou participarem de capacitação de inclusão e diversidade ao mercado de trabalho. 																
Unidade responsável	NPDH																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Fomento à implementação da Lei nº 10.639/2003																
Objetivo	Fomentar junto ao CAOPE a adoção de práticas que viabilizem a implementação de uma cultura antirracista por meio da educação, com o aprofundamento do conhecimento da história e cultura da África e da população da diáspora africana.																
Produto	Orientação quanto a promoção junto aos membros do MPES com atribuição em matéria de educação para implementação da Lei nº 10.639/2003.																
Indicador da ação	Número de procedimentos administrativos instaurados nas Promotorias de Justiça para acompanhamento da implementação da Lei nº 10.639/2003.																
Unidade responsável	CPIER																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Articulação com os municípios para a criação de conselhos municipais de promoção da igualdade étnico-racial																
Objetivo	Trabalhar em conjunto com CACC buscando a instituição no âmbito municipal de instância de deliberação sobre racismo.																
Produto	Orientação quanto a promoção junto aos membros do MPES com atribuição na matéria para a criação de Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial.																
Indicador da ação	Número de procedimentos administrativos instaurados nas Promotorias de Justiça para criação de Conselhos Municipais de Promoção de Igualdade Étnico Racial.																

Unidade responsável	CPIER																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Lei para criação de cotas em concursos públicos e/ou processos seletivos estaduais ou municipais																
Objetivo	Contribuir para promoção da equidade na realização de concursos públicos e processos seletivos no Estado do Espírito Santo e no Municípios.																
Produto	Orientação quanto a promoção junto aos membros do MPES com atribuição na matéria para a criação de atos normativos que viabilizem cotas no âmbito estadual e municipal.																
Indicador da ação	Número de procedimentos administrativos instaurados nas Promotorias de Justiça para criação de atos normativos que viabilizem cotas no âmbito estadual e municipal.																
Unidade responsável	CPIER																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Seminário: Ministério Público e Relações Raciais																
Objetivo	Estruturar e realizar um seminário para difundir conhecimento sobre o papel do Ministério Público e as relações raciais no Brasil.																
Produto	Seminário sobre o Ministério Público e Relações Raciais.																
Indicador da ação	Realização do Seminário sobre o Ministério Público.																
Unidade responsável	CPIER																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Criação do Núcleo de Promoção de Igualdade Étnico-Racial																
Objetivo	Instituir Núcleo de Promoção de Igualdade Étnico-Racial para colaborar com os Promotores Naturais nas demandas referentes ao racismo e na articulação sobre o tema com o Poder Público e a sociedade civil																
Produto	Portaria de criação do Núcleo de Promoção de Igualdade Étnico-Racial.																
Indicador da ação	Publicação do ato que institui o Núcleo de Promoção de Igualdade Étnico-Racial.																
Unidade responsável	CPIER																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Publicação de livro com o tema direito e relações raciais																
Objetivo	Publicar obra de referência para difundir o conhecimento jurídico sobre direito e relações raciais.																
Produto	Livro sobre direito e relações raciais.																
Indicador da ação	Publicação do livro sobre direito e relações raciais.																
Unidade responsável	CPIER																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIVERSIDADE RELIGIOSA

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - PROMOÇÃO DO RESPEITO À DIVERSIDADE, NOTADAMENTE, CULTURAL E RELIGIOSA

Resultado(s) esperado(s)	<ol style="list-style-type: none">1. Realização de ações, eventos, seminários e palestras, com foco na promoção do respeito à diversidade cultural e religiosa;2. Aprimorar o debate institucional sobre a atuação de membros, servidores e colaboradores do MPES no tocante à matéria.
Indicador(es)	<ol style="list-style-type: none">1. Número de campanhas e ações educativas de prevenção realizadas presencialmente e/ou virtualmente.2. Quantidade de inscritos nos eventos.
Unidade(s) focal(is)	NPDH / CEPIER

Ação	Não identificada ¹
------	-------------------------------

DIREITOS HUMANOS – COMBATE À TORTURA

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - Combate à tortura

Resultado(s) esperado(s)	<ol style="list-style-type: none">1. Realização de ações, eventos, seminários e palestras, com foco no combate à tortura e no fomento à prevenção;2. Aprimorar o debate institucional sobre a atuação de membros, servidores e colaboradores do MPES no tocante à matéria.
Indicador(es)	<ol style="list-style-type: none">1. Número de campanhas e ações educativas de prevenção realizadas presencialmente e/ou virtualmente;2. Quantidade de inscritos nos eventos.
Unidade(s) focal(is)	NPDH

Ação	Não identificada ¹
------	-------------------------------

PROTEÇÃO À VÍTIMA

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - PROMOÇÃO DA PROTEÇÃO E DA GARANTIA DOS DIREITOS E DO APOIO ÀS VÍTIMAS

Resultado(s) esperado(s)	Promover ações e estratégias para proporcionar uma melhor efetividade no contato do MPES com as vítimas de violência.
--------------------------	---

¹ No presente documento constam a rol de ações (projetos e iniciativas) que foram planejadas e propostas pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos relacionadas às diretrizes estratégicas. O fato de um diretriz estratégica não ter ação identificada ocorre, notadamente, pelas seguintes situações: i. a unidade organizacional contribui para o alcance dos resultados esperados com a execução de atividades rotineiras; ii. foram desenvolvidas ações pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos no ciclo de PGA anterior ou; iii. a contribuição para os resultados esperados ocorrerá por meio dos Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça ou outras ações a serem desenvolvidas pelos referidos órgãos de execução.

Indicador(es)	Número de capacitações junto às Promotorias de Justiça Criminais.
Unidade(s) focal(is)	NAVV

Ação	Não identificada ¹
------	-------------------------------

VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - ESTIMULAR A PROMOÇÃO E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS E AÇÕES EDUCATIVAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO ÀS VÁRIAS FORMAS DE VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES, COM AS PROMOTORIAS, EM TODO O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Resultado(s) esperado(s)	Divulgação dos direitos das mulheres e dos serviços de atendimento
Indicador(es)	Campanhas e ações educativas de prevenção realizadas presencialmente e/ou virtualmente, nas comunidades, em articulação com os serviços da rede de atendimento
Unidade(s) focal(is)	NEVID

Ação	Diálogos: Direitos das Mulheres e Lei Maria da Penha
Objetivo	Fomentar e subsidiar membros com atuação na temática para a realização de ações educativas voltadas para diversos públicos, como, por exemplo, usuários de serviços socioassistenciais e alunos de instituições de ensino, com o intuito de informar e orientar sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres e a Lei Maria da Penha.
Produto	Material de apoio para membros com atribuição na matéria a fim de subsidiar a realização de ações educativas (palestras, rodas de conversas, campanhas, entre outros).
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de municípios de cada Subnúcleo com ações educativas desenvolvidas; • Percentual de pedidos de apoio técnico para realização de ações educativas atendidos pelo NEVID.
Unidade responsável	NEVID
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Educar em direitos das mulheres: Ministério Público e comunidade
Objetivo	Realizar ações educativas voltadas para mulheres, com a participação do(s) serviço(s) municipal(ais), a fim de informar e orientar sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres, os direitos das mulheres e os serviços da rede de atendimento.
Produto	Ações educativas de prevenção à violência contra as mulheres (palestras, rodas de conversas, campanhas, entre outros), preferencialmente presenciais.

Indicador da ação	Número de municípios em que foram realizadas atividades do Projeto Educar em direito das mulheres: Ministério Público e comunidade.																
Unidade responsável	NEVID																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Eventos sobre a temática enfrentamento à violência de gênero contra mulheres																
Objetivo	Realizar 3 eventos sobre violência de gênero contra as mulheres, de forma a promover o estudo a discussão sobre os desafios enfrentados para proteção integral das mulheres, além de contribuir para a disseminação de informações e orientações qualificadas com vistas ao aprimoramento da atuação das instituições públicas da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Espírito Santo.																
Produto	Eventos sobre violência de gênero contra as mulheres.																
Indicador da ação	Número de eventos realizados.																
Unidade responsável	NEVID																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	MP com Elas																
Objetivo	Promover uma aproximação do Ministério Público por meio das Promotorias de Justiça com atribuição na temática, com as Mulheres que possuem Medidas Protetivas de Urgência deferidas, contribuindo para a assistência e acesso aos direitos das mulheres em situação de violência, divulgando orientando e informando sobre a Lei Maria da Penha e serviços disponíveis.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões mensais nas Promotorias de Justiça Especializadas no Enfretamento à Violência Doméstica e Familiar, que aderirem ao Projeto; • Reuniões bimestrais nas demais nas Promotorias de Justiça que aderirem ao Projeto 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de Promotorias de Justiça que aderiram ao projeto • Número de reuniões realizadas nas Promotorias de Justiça • Número de mulheres contatadas • Número de mulheres participantes das reuniões 																
Unidade responsável	NEVID																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES, COM ÊNFASE AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Resultado(s) esperado(s)	Assegurar a qualidade do atendimento prestado pelos órgãos de segurança e de Justiça evitando revitimização e violência institucional
Indicador(es)	Incentivar a articulação das redes de enfrentamento da violência doméstica e familiar, da segurança pública e justiça especializadas para enfrentamento da problemática na perspectiva preventiva e repressiva

Unidade(s) focal(is)	NEVID
----------------------	-------

Ação	Oficina sobre violência de gênero e Lei 11.340/2006 para a Guarda Civil Municipal																
Objetivo	Realizar oficinas para sobre violência de gênero e a Lei Maria da Penha para as Guardas Municipais de forma a contribuir para o aprimoramento da qualidade do atendimento dos agentes.																
Produto	Oficinas com as Guardas Municipais dos municípios que formalizaram parceria para a realização da atividade.																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de municípios que firmaram parceria com o MPES para a realização das oficinas; • Número de agentes da Guarda Civil que atuam no atendimento às mulheres em situação de violência que participaram de oficina promovida pelo MPES, por meio do NEVID; • Número de oficinas executadas pelo NEVID com agentes das Guardas Municipais. 																
Unidade responsável	NEVID																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Oficinas sobre violência de gênero para Policiais Cíveis e Militares - Lei 11.340/2006																
Objetivo	Realizar oficinas para sobre violência de gênero e a Lei Maria da Penha para Policiais Cíveis e Militares que atuam ou que possam vir a atuar com a temática, de forma a contribuir para o aprimoramento da qualidade do atendimento dos agentes.																
Produto	Oficinas com Policiais Cíveis e Militares, conforme termo de parceria firmado entre o MPES, a SESP e a Secretaria Estadual das Mulheres (SESM).																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de Policiais Cíveis que participaram de oficina promovida pelo MPES, por meio do NEVID; • Número de Policiais Militares que participaram de oficina promovida pelo MPES, por meio do NEVID; • Número de oficinas previstas em instrumento colaborativo firmado pelo MPES realizadas pelo Nevid. 																
Unidade responsável	NEVID																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Formulário de Avaliação de riscos para mulheres em situação de violência doméstica e familiar																
Objetivo	Assessorar os(as) membros(as) no monitoramento da utilização do Formulário Nacional de Avaliação de Riscos pela rede de enfrentamento à violência nos municípios.																
Produto	Apoio técnico (pesquisas, produção de material de apoio e reuniões) na resolução de demandas relacionadas a utilização do FONAR pela rede de enfrentamento à violência contra as mulheres nos municípios da Promotorias de Justiça demandantes.																
Indicador da ação	Percentual de pedidos de apoio técnico apresentados que foram atendidos pelo NEVID.																
Unidade responsável	NEVID																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - CONTRIBUIR PARA A ARTICULAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ATUAÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO E DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Resultado(s) esperado(s)	Atendimento mais acolhedor e eficaz prestado pelos/as agentes da rede municipal de atendimento às mulheres em situação de violência.
Indicador(es)	Ações de formação, visitas técnicas aos serviços e confecção de relatório com os encaminhamentos acordados nos municípios.
Unidade(s) focal(is)	NEVID

Ação	Subnúcleos em Ação: Redes Municipais de Enfrentamento à violência contra as mulheres																
Objetivo	Desenvolver ações de fomento e acompanhamento de políticas públicas de enfrentamento às violências de gênero contra as mulheres, de modo transversal, no âmbito dos Subnúcleos NEVID, com apoio do NEVID - Núcleo Central.																
Produto	Ações de fomento e acompanhamento de políticas públicas de enfrentamento às violências de gênero contra as mulheres.																
Indicador da ação	Percentual dos municípios que tiveram monitoramento das políticas públicas para enfrentamento às violências contra as mulheres em relação àqueles em que houve reuniões com a rede.																
Unidade responsável	NEVID																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Fortalecendo redes: políticas públicas para mulheres no território																
Objetivo	Disponibilizar aos órgãos de execução do MPES metodologia estruturada de fomento à implementação e de monitoramento de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres no Estado do Espírito Santo, por meio de uma atuação integrada entre os membros com atribuição nas diversas temáticas que possuem transversalidade com as políticas de enfrentamento às violências doméstica e familiar contra as mulheres.																
Produto	Metodologia para fomento à implementação e monitoramento de políticas públicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres.																
Indicador da ação	Ações executadas em municípios do estado.																
Unidade responsável	NEVID																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

Resultado(s) esperado(s)	Aperfeiçoar e implementar, onde for necessário, serviços de atendimento às mulheres em situação de violência.
--------------------------	---

Indicador(es)	Levantamento de informações sobre políticas para as mulheres, reuniões e visitas técnicas
Unidade(s) focal(is)	NEVID

Ação	Mapa de mortes violentas de mulheres no ES: de A a Z																
Objetivo	Atualizar o painel de BI que sistematiza dados sobre os homicídios de mulheres praticados em território capixaba com informações sobre os feminicídios praticados no estado, a existência de procedimentos anteriores sobre a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher e os dados sobre os prazos e fase procedimental em cada caso.																
Produto	Painel de Power Bi contendo dados qualiquantitativos sobre as mortes intencionais de mulheres praticadas no Espírito Santo.																
Indicador da ação	Número de atualizações periódicas realizadas pelo NEVID.																
Unidade responsável	NEVID																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FORTALECIMENTO DAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL

Resultado(s) esperado(s)	Atuação efetiva do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres
Indicador(es)	Número de municípios em que os conselhos municipais dos direitos das mulheres estão em atividade.
Unidade(s) focal(is)	NEVID

Ação	Não identificada ¹
-------------	--------------------------------------

¹ No presente documento constam a rol de ações (projetos e iniciativas) que foram planejadas e propostas pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos relacionadas às diretrizes estratégicas. O fato de um diretriz estratégica não ter ação identificada ocorre, notadamente, pelas seguintes situações: i. a unidade organizacional contribui para o alcance dos resultados esperados com a execução de atividades rotineiras; ii. foram desenvolvidas ações pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos no ciclo de PGA anterior ou; iii. a contribuição para os resultados esperados ocorrerá por meio dos Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça ou outras ações a serem desenvolvidas pelos referidos órgãos de execução.

Resultados para a sociedade

Patrimônio Público, Fundações e Eleitoral

Objetivo

Intensificar a prevenção e o combate à corrupção, à improbidade administrativa, à lavagem de dinheiro, à sonegação fiscal, aos crimes na administração pública, aos ilícitos eleitorais e às irregularidades nas entidades do terceiro setor.

Descrição

Fortalecer a defesa do patrimônio público pela implementação de ações de controle, de prevenção de atos de improbidade administrativa e de crimes na administração pública, principalmente no incentivo à competência administrativa, no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro e na busca pelo respeito aos princípios constitucionais que norteiam a administração pública. Do mesmo modo, fortalecer o combate à sonegação fiscal, intensificando, em parceria com os demais órgãos que atuam na área, a prevenção, a identificação e a repressão das fraudes fiscais estruturadas. Além disso, atuar no processo eleitoral, promovendo ações preventivas e repressivas contra a corrupção eleitoral, o uso abusivo da máquina administrativa, as(os) candidatas(os) “ficha-suja”, a propaganda eleitoral irregular e os ilícitos cíveis e criminais eleitorais. No que tange ao terceiro setor, adotar medidas que promovam o velamento efetivo das fundações.

PATRIMÔNIO PÚBLICO

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - APRIMORAMENTO DA ATUAÇÃO MINISTERIAL NO COMBATE À CORRUPÇÃO E À SONEGAÇÃO FISCAL

Resultado(s) esperado(s)	Redução dos casos de corrupção e de sonegação fiscal por meio do fomento à atuação preventiva e conjunta com os demais órgãos de fiscalização
Indicador(es)	Desenvolver projetos/ trabalhos em parceria com os demais órgãos de fiscalização, visando o fomento à execução de medidas extrajudiciais e/ou de autocomposição, bem como realizar o levantamento dos valores recuperados ao Erário por meio de Ações de Improbidade Administrativa, TACs em Improbidade Administrativa e ANPCs; Análises técnicas qualificadas aptas a auxiliar as atividades de investigação
Unidade(s) focal(is)	CADP, LABT, GAECO

Ação	Qualificação da atividade de inteligência e de análises técnicas em investigações financeiras																
Objetivo	Aprimorar a atividade permanente de inteligência ministerial e interinstitucional, fortalecendo a confiança entre as unidades internas e os órgãos externos, e contribuindo para a conclusão eficiente de investigações financeiras de combate à corrupção e à sonegação fiscal, por meio da elaboração de análises técnicas qualificadas.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Aproximação dos analistas com os agentes investigadores para fins de nivelamento de conhecimento; • Gestão administrativa de demandas e fluxo ágil de compartilhamento de informações e dados; • Rotinas de tratamento de dados, ferramentas e metodologias de análises e de investigação atualizadas; • Atividade de inteligência ministerial. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de reuniões de nivelamento realizadas; • Número de demandas atendidas pelo LABT relacionadas a investigações financeiras de combate à corrupção e à sonegação fiscal; • Quantidade de atualizações em rotinas, ferramentas e metodologias de tratamento e análise de dados e investigações; • Número de capacitações realizadas em investigação financeira. 																
Unidade responsável	LABT																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Aprimoramento e Integração no Combate à Corrupção																
Objetivo	Fortalecer a atuação ministerial no combate à corrupção e à lavagem de ativos por meio da integração de sistemas de informação, da especialização dos membros e da aquisição de ferramentas tecnológicas avançadas, visando a uma atuação mais eficiente e coordenada.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Fluxo de compartilhamento informações entre os órgãos de segurança pública; • Procedimentos Investigatórios Criminais (PICs) concluídos com provas qualificadas; • Relatórios de investigação financeira e recuperação de ativos; 																

	<ul style="list-style-type: none"> • Ferramentas de tecnologia desenvolvidas para apoiar investigações; • Protocolos para padronizar e melhorar as investigações de corrupção e lavagem de ativos; • Capacitações realizadas para membros e servidores; • Reuniões ou encontros para colaboração entre os órgãos ministeriais em primeiro e segundo graus.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de reuniões ou encontros com os órgãos de segurança pública realizados; • Quantidade de informações compartilhadas; • Número de PICs concluídos; • Número de operações deflagradas; • Quantidade de ativos recuperados; • Número de ferramentas tecnológicas desenvolvidas; • Número de protocolos de investigação aprimorados; • Número de capacitações realizadas; • Número de reuniões ou encontros com órgãos ministeriais de primeiro e segundo graus.
Unidade responsável	GAECO
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	CADP com você
Objetivo	Realizar encontros regionalizados com as Promotorias de Justiça com o intuito de promover a interlocução com o CADP bem como entre os órgãos de execução e o poder público municipal visando ao compartilhamento de informações e alinhamento da atuação
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório das visitas e as atas das reuniões; • Relatório com o resultado das pesquisas realizadas com os membros acerca dos pontos eventualmente tratados
Indicador da ação	Quantitativo de reuniões realizadas.
Unidade responsável	CADP
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Resultado(s) esperado(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1) Inquéritos policiais concluídos com material probatório qualificado; 2) Sentenças definitivas em ações penais de crimes contra a ordem tributária; 3) Evitar a prescrição da pretensão punitiva.
Indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> 1) Quantitativo de Inquéritos Policiais em tramitação nas Delegacias de Polícia, instaurados para apurar crimes contra a ordem tributária; 2) Quantitativo de ações penais que tramitam no poder judiciário, relacionadas a crimes de sonegação fiscal; 3) Impulsionar Inquéritos Policiais e Ações Penais de maior probabilidade de prescrição e diligenciar de forma estratégica na produção de provas técnicas.
Unidade(s) focal(is)	GAESF

Ação	Não identificada ¹
-------------	--------------------------------------

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - Avaliação dos entes públicos no cumprimento da Transparência e da Lei de Acesso à Informação

Resultado(s) esperado(s)	Melhoria da qualidade dos portais da transparência (em 20% em relação às notas apresentadas pela Transparência Internacional Brasil em 2023) e o monitoramento do cumprimento da Lei de Acesso à Informação por parte dos entes públicos.
Indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da Transparência Internacional Brasil das prefeituras Brasileiras; • Realizar o levantamento dos portais da transparência e melhorar em 20% as atuais notas apresentadas pela Transparência Internacional Brasil.
Unidade(s) focal(is)	CADP

Ação	Avaliação de qualidade dos portais de transparência e acesso à informação das câmaras municipais.																
Objetivo	Realizar o levantamento do nível de cumprimento das normas relativas à lei de acesso à informação pelas câmaras legislativas e orientar a atuação do(a) Promotor(a) de Justiça natural.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de pesquisa sobre a existência de portais de transparência nas Câmaras Municipais capixabas e o atendimento às normas vigentes; • Material de apoio para a atuação dos membros considerando o resultado da análise dos portais de transparência. 																
Indicador da ação	Percentual de Câmaras Municipais com portal de transparência adequado.																
Unidade responsável	CADP																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Transparência ES																
Objetivo	Fomentar o aprimoramento dos Portais da Transparência e monitorar, de forma sistemática, a qualidade no cumprimento da Lei de Acesso à Informação por parte dos entes públicos por meio da disponibilização da avaliação dos portais da transparência dos municípios do ES e kit de atuação às Promotorias de Justiça.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório com a análise dos Portais de Transparência de cada município do ES; • Material de apoio para atuação dos Promotores(as) de Justiça para envio aos gestores municipais. 																

¹ No presente documento constam a rol de ações (projetos e iniciativas) que foram planejadas e propostas pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos relacionadas às diretrizes estratégicas. O fato de um diretriz estratégica não ter ação identificada ocorre, notadamente, pelas seguintes situações: i. a unidade organizacional contribui para o alcance dos resultados esperados com a execução de atividades rotineiras; ii. foram desenvolvidas ações pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos no ciclo de PGA anterior ou; iii. a contribuição para os resultados esperados ocorrerá por meio dos Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça ou outras ações a serem desenvolvidas pelos referidos órgãos de execução.

Indicador da ação	Comparação entre a nota obtida no Índice de Transparência e Governança Pública neste ano e da nota do próximo ranking a ser disponibilizado pela entidade Transparência Internacional.																
Unidade responsável	CADP																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FORTALECIMENTO DE OUVIDORIAS PÚBLICAS

Resultado(s) esperado(s)	Fomentar a criação e a estruturação das Ouvidorias dos Municípios visando adequar os aspectos formais, a estrutura física, o atendimento, a estrutura de pessoal e de planejamento estratégico, melhorando as atuais estruturas por meio do diagnóstico da situação existente e com o encaminhamento de materiais de apoio para atuação dos órgãos de execução.
Indicador(es)	Número de Ouvidorias das Prefeituras e das Câmaras municipais do ES adequadas em relação aos aspectos formais, de à estrutura física, de ao atendimento, de à estrutura de pessoal e ao planejamento estratégico.
Unidade(s) focal(is)	CADP

Ação	Não identificada ¹
------	-------------------------------

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL

Resultado(s) esperado(s)	Criação e/ou aperfeiçoamento dos Conselhos Municipais como ferramenta de controle social, estabelecendo um diálogo permanente com o Ministério Público com vistas a integrar a rede de apoio ao(à) Promotor(a).
Indicador(es)	Número de Conselhos Municipais no ES em funcionamento.
Unidade(s) focal(is)	CADP

Ação	Não identificada ¹
------	-------------------------------

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - MAPEAMENTO DE RISCO DE IRREGULARIDADE NA GESTÃO PÚBLICA

Resultado(s) esperado(s)	Acompanhamento pelo Ministério Público do orçamento público (PPA, LDO e LOA) com vistas a fiscalizar a gestão dos recursos públicos e o atendimento das políticas públicas pelos gestores.
Indicador(es)	
Unidade(s) focal(is)	CADP

¹ No presente documento constam a rol de ações (projetos e iniciativas) que foram planejadas e propostas pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos relacionadas às diretrizes estratégicas. O fato de um diretriz estratégica não ter ação identificada ocorre, notadamente, pelas seguintes situações: i. a unidade organizacional contribui para o alcance dos resultados esperados com a execução de atividades rotineiras; ii. foram desenvolvidas ações pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos no ciclo de PGA anterior ou; iii. a contribuição para os resultados esperados ocorrerá por meio dos Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça ou outras ações a serem desenvolvidas pelos referidos órgãos de execução.

Ação	Regula ES - Lei nº 12.846/2013																
Objetivo	Fomentar a regulamentação da Lei nº 12.846/2013 nos municípios do Estado do Espírito Santo, permitindo a efetiva aplicação de sanções a empresas que fraudem licitações e contratos, ofereçam vantagens indevidas a licitantes concorrentes, ou utilizem interpostas pessoas físicas ou jurídicas, entre outras infrações, garantindo a aplicação das medidas previstas na lei.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico dos municípios quanto a regulamentação da Lei nº 12.846/2013 • Material de apoio para as Promotorias de Justiça com vistas a fomentar a regulamentação • Diagnóstico de evolução da regulamentação da lei 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de municípios que não regulamentaram a Lei nº 12.846/2013, identificados na pesquisa inicial; • Número de procedimentos instaurados visando a regulamentação da Lei nº 12.846/2013. 																
Unidade responsável	CADP																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Orçamento transparente																
Objetivo	Garantir que o(a) prefeito(a) municipal, especialmente após a posse em novo mandato, tenha condições de fiscalizar e aplicar corretamente o orçamento público, assegurando que os cidadãos tenham acesso fácil e compreensível aos dados financeiros do município. O principal foco serão os municípios que apresentam nota ruim no ranking da Transparência Internacional.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório com a análise da transparência e da publicidade do orçamento dos municípios que apresentam nota ruim no ranking da Transparência Internacional • Materiais de apoio para as Promotorias de Justiça destinados à estimular a divulgação e o cumprimento do orçamento pelos gestores. 																
Indicador da ação	Quantidade de municípios levantados com nota ruim e suas notas																
Unidade responsável	CADP																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Fortalecimento dos controles internos																
Objetivo	Fomentar a implementação de estruturas de controles internos sólidas e eficientes nos municípios, através da criação e regulamentação de unidades de controle no âmbito municipal.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Painel/tabela contando a pesquisa realizada e o cenário dos controles internos municipais • Material de apoio para as Promotorias de Justiça voltado para a criação, a regulamentação e o aperfeiçoamento das unidades de controle no âmbito municipal. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de municípios identificados no diagnóstico com estruturas de controle interno deficientes; • Número de Promotorias de Justiça que receberam os kits de atuação; • Número de procedimentos instaurados visando a adequação das estruturas de controle interno que estejam deficientes 																

Unidade responsável	CADP																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	IntegridadeES																
Objetivo	Intensificar a prevenção e o combate à corrupção, à improbidade administrativa, à lavagem de dinheiro, à sonegação fiscal, aos crimes na Administração Pública, aos ilícitos eleitorais e às irregularidades nas entidades do Terceiro Setor.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Painel/tabela que demonstrará um panorama dos municípios que já instituíram Programas de Integridade • Material de apoio contendo peças jurídicas (modelo de decreto, de notificação recomendatória etc.) que serão encaminhadas aos Promotores de Justiça, destinadas ao fomento da implementação de Programas de Integridade pelos municípios 																
Indicador da ação	Quantidade de municípios que instituíram Programas de Integridade																
Unidade responsável	CADP																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	De olhOS na OS																
Objetivo	Orientar a atuação das Promotorias de Justiça com vistas ao fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e controle das parcerias celebradas entre os municípios e as Organizações Sociais, a partir da identificação das principais irregularidades, deficiências e desafios enfrentados no cumprimento da legislação vigente em relação à transparência e à publicidade por essas entidades.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento junto aos municípios do Estado do Espírito Santo com vistas a verificar as Organizações Sociais com parcerias vigentes • Material de apoio para as Promotorias de Justiça contendo modelos de peças jurídicas para o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e controle das parcerias celebradas entre os municípios e as Organizações Sociais, bem como uma lista das Organizações Sociais atuantes no estado. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de OSs identificadas com irregularidades, deficiência no cumprimento da legislação vigente em relação à transparência e à publicidade; • Número de procedimentos instaurados visando adequações para cumprimento da legislação vigente em relação à transparência e à publicidade. 																
Unidade responsável	CADP																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Licitações 360º																
Objetivo	Fomentar a regulamentação e a elaboração do Plano de Contratações Anual por todos os municípios do estado do Espírito Santo, assegurando eficiência, transparência e legalidade nas contratações públicas até o final de 2025.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de pesquisa junto aos municípios do Estado do Espírito Santo com vistas a verificar quais deles já estão elaborando e implementando o Plano de Contratações Anual • Material de apoio para as Promotorias de Justiça contendo, dentre outros, modelo de decreto para regulamentar o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, com vistas à elaboração de normas e Planos de Contratações Anual pelos municípios. 																

Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de municípios que regulamentaram e elaboraram o Plano de Contratações Anual no âmbito do governo municipal. 																
Unidade responsável	CADP																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Fiscalização nas mãos																
Objetivo	Facilitar e agilizar o acesso dos(as) Promotores(as) de Justiça às sugestões de diligências relacionadas a mais de 30 temas de improbidade administrativa, por meio de aplicativo móvel, promovendo maior eficiência e eficácia na defesa do patrimônio público.																
Produto	Aplicativo móvel chamado "FISCALIZAÇÃO NAS MÃOS", que permitirá aos(as) Promotores(as) de Justiça acessar, na palma da mão, sugestões de diligências para mais de 30 tipologias de improbidade administrativa.																
Indicador da ação	Número de <i>downloads</i> e usuários ativos no aplicativo.																
Unidade responsável	CADP																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Transição Responsável																
Objetivo	Orientar a atuação das Promotorias de Justiça com vistas à garantia da realização de uma adequada transição de mandato nas Prefeituras Municipais do Estado do Espírito Santo.																
Produto	Material de apoio para as Promotorias de Justiça contendo modelos de peças jurídicas e materiais de apoio que poderão ser utilizados pelo membro e ser encaminhados ao município, com vistas a alcançar a plena eficiência e a operacionalidade na transição de mandato.																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de municípios que elegerem novos gestores Número de procedimentos instaurados com vistas a alcançar a plena eficiência e a operacionalidade na transição de mandato; Número de municípios que instituíram normativas referentes à transição de mandato. 																
Unidade responsável	CADP																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FOMENTO À INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS UTILIZADOS NA INVESTIGAÇÃO DE CORRUPÇÃO, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E SONEGAÇÃO FISCAL

Resultado(s) esperado(s)	Aprimorar a eficiência nas investigações de corrupção, improbidade administrativa e sonegação fiscal, permitindo a obtenção de mais fontes de provas e de dados, facilitando a identificação de padrões suspeitos e fornecendo suporte robusto para as medidas a serem adotadas.
Indicador(es)	Realizar o mapeamento dos sistemas existentes verificando a possibilidade de integração das plataformas com desenvolvimento de APIs e protocolos de integração com outros órgãos.
Unidade(s) focal(is)	CADP, GAESF, GAECO

Ação	Integração tecnológica para investigações de corrupção																
Objetivo	Promover a modernização e a eficiência das investigações criminais por meio da integração de bases de dados, aperfeiçoamento tecnológico e aquisição de ferramentas avançadas para processamento e análise de dados.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Convênios celebrados para o compartilhamento de bancos de dados entre instituições; • Novas bases de dados integradas no sistema Pandora; • Ferramentas de processamento e análise adquiridas para análise de grandes volumes de dados e persecução de ativos; • Equipes especializadas formadas para o desenvolvimento e a operação de novas ferramentas tecnológicas. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de convênios celebrados para o compartilhamento de bancos de dados; • Número de novas bases de dados integradas ao sistema Pandora; • Número de ferramentas tecnológicas adquiridas; • Total de profissionais treinados para operar as novas ferramentas; • Número de softwares desenvolvidos e implementados. 																
Unidade responsável	GAECO																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Resultado(s) esperado(s)	Celebrar ao menos 1 (um) convênio ou instrumento congêneres para compartilhamento de dados entre as instituições integrantes do CIRA.
Indicador(es)	Número de convênios celebrados para compartilhamento de dados entre as instituições integrantes do CIRA.
Unidade(s) focal(is)	GAESF

Ação	Viabilização de novas fontes de informação.																
Objetivo	Iniciar tratativas para celebração de convênio ou instrumento congêneres para compartilhamento de dados entre as instituições integrantes do CIRA.																
Produto	Convênio para compartilhamento de dados.																
Indicador da ação	Número de convênios ou instrumentos congêneres celebrados.																
Unidade responsável	GAESF																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Resultado(s) esperado(s)	Contribuir para a eficiência no tratamento e na análise de massa de dados em contextos de investigações financeiras e de lavagem de dinheiro, em enfrentamento a ilícitos civis e penais, atos de corrupção e praticados por organizações criminosas.
Indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> 1) Número de atualizações nas análises de dados em investigações; 2) Quantidade de eventos realizados no que tange à inovação, à tecnologia, à análise financeira e à recuperação de ativos; 3) Quantidade de atualizações em ferramentas de tecnologias relacionadas às atividades do LABT.
Unidade(s) focal(is)	LABT

Ação	Eficiência nas investigações financeiras e de lavagem de dinheiro																
Objetivo	Aprimorar a agilidade e a qualidade na análise de dados e investigações realizadas pelo MPES.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Ferramentas atualizadas/aprimoradas; Capacitação e atualizações nas áreas de análise financeira, recuperação de ativos e tecnologia. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de novas tecnologias efetivadas/implementadas em atividades de análises de dados; Quantidade de atualizações em ferramentas disponibilizadas pela REDE LAB; Número de eventos e capacitações realizadas pelos analistas de dados. 																
Unidade responsável	LABT																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - INTENSIFICAR A ATUAÇÃO COLABORATIVA COM AS DEMAIS INSTITUIÇÕES QUE ATUAM NO COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL, PARA INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES E PLANEJAMENTO DE AÇÕES CONJUNTAS

Resultado(s) esperado(s)	Melhor integração entre os Órgãos que compõem o CIRA (MPES, SEFAZ, PCES e PGE), fortalecendo as investigações de fraudes fiscais estruturadas e a recuperação de ativos.
Indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> Número de reuniões para troca de informações e definição de pontos estratégicos de atuação; Número de procedimentos para investigação de fraudes estruturadas, em parceria com as demais instituições integrantes do CIRA.
Unidade(s) focal(is)	GAESF

Ação	Fortalecimento da atuação do CIRA																
Objetivo	Promover e incentivar a atuação articulada e integrada entre as instituições componentes do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA).																
Produto	Reuniões do CIRA; Estratégias de atuação definidas;																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de reuniões para troca de informações e definição de pontos estratégicos de atuação; Número de procedimentos para investigação de fraudes estruturadas, em parceria com as demais instituições integrantes do CIRA. 																
Unidade responsável	GAESF																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Resultado(s) esperado(s)	Alcançar uma maior eficiência nas investigações de atos improbidade administrativa e de sonegação fiscal, por meio do intercâmbio de informações e planejamento de ações conjuntas com vistas a alcançar mais êxito nas demandas judiciais.
Indicador(es)	Quantidade de projetos/trabalhos em parceria com os demais órgãos de fiscalização.

Unidade(s) focal(is)	CADP, LABT
-----------------------------	------------

Ação	Qualificação da atividade de inteligência e de análises técnicas em investigações financeiras																
Objetivo	Aprimorar a atividade permanente de inteligência ministerial e interinstitucional, fortalecendo a confiança entre unidades internas e órgãos externos, e contribuindo para a conclusão eficiente de investigações financeiras voltadas ao combate à corrupção e à sonegação fiscal, por meio da elaboração de análises técnicas qualificadas.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Aproximação dos analistas com os agentes investigadores para fins de nivelamento de conhecimento; • Gestão administrativa de demandas e fluxo ágil de compartilhamento de informações e dados; • Rotinas de tratamento de dados, ferramentas e metodologias de análises e de investigação atualizadas; • Atividade de inteligência ministerial. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de reuniões de nivelamento realizadas; • Número de demandas atendidas pelo LABT relacionadas a investigações financeiras de combate à corrupção e à sonegação fiscal; • Quantidade de atualizações em rotinas, ferramentas e metodologias de tratamento e análise de dados e investigações; • Número de capacitações realizadas em investigação financeira. 																
Unidade responsável	LABT																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FOMENTO À UTILIZAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL COMO FORMA DE GARANTIR UMA RÁPIDA SOLUÇÃO DO CASO COM A PRESERVAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO E DA TUTELA ADEQUADA, TEMPESTIVA E EFETIVA DOS DIREITOS

Resultado(s) esperado(s)	Alcançar a celeridade e a efetividade, bem como garantir a entrega de resultados à sociedade por meio de uma atuação voltada para resolutividade, com a preservação do interesse público e da tutela adequada, tempestiva e efetiva dos direitos.
Indicador(es)	Número de Acordos de Não Persecução Civil celebrados e homologados.
Unidade(s) focal(is)	CADP / NUPROC

Ação	Manual Prático do Acordo de Não Persecução Cível
Objetivo	Elaborar o “Manual de Acordos de Não Persecução Cível” com vistas a auxiliar membros, servidores, estagiários e colaboradores no exercício de sua atividade-fim que envolve esse instituto negocial e processual.
Produto	Livro intitulado "Manual Prático do Acordo de Não Persecução Cível", inteiramente concebido para a utilização dos Acordos de Não Persecução Cível pelo Ministério Público que será utilizado como material de consulta para os órgãos de execução na atividade finalística.
Indicador da ação	Disponibilização de formulário de satisfação aos órgãos de execução, notadamente aqueles com atribuição na matéria.
Unidade responsável	NUPROC

ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
-------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----

FUNDAÇÕES

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - VELAMENTO DAS FUNDAÇÕES DE DIREITO PRIVADO

Resultado(s) esperado(s)	Fomentar o aprimoramento da fiscalização das fundações de direito privado existentes no Estado do Espírito Santo
Indicador(es)	Número de Fundações fiscalizadas existentes no Estado do Espírito Santo
Unidade(s) focal(is)	CACC

Ação	Fiscalização "in loco" das Fundações de Direito Privado da Região Metropolitana
Objetivo	Assessorar a atuação da Promotoria de Justiça com fiscalização "in loco" em 10 fundações de direito privado da Região Metropolitana da Grande Vitória e com a elaboração de manifestações técnicas, a fim de verificar se as finalidades estatutárias estão sendo observadas, bem como se o patrimônio Fundacional está sendo utilizado para a finalidade a qual a Entidade foi instituída.
Produto	Manifestações técnicas das visitas "in loco" em Fundações de Direito Privado localizadas na Região da Grande Vitória.
Indicador da ação	Número de fiscalizações in loco" realizadas.
Unidade responsável	CACC
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Assessoramento dos Promotores de Justiça na fiscalização das Fundações de Direito Privado - ano 2024/2025
Objetivo	Assessorar a atuação das Promotorias de Justiça com atribuição na curadoria de Fundações, por meio de análise de prestação de contas de fundações de direito privado prestadas anualmente, elaboração de manifestações técnicas e/ou elaboração de pareceres jurídicos.
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Manifestações técnicas, bem como pareceres jurídicos, pesquisas e outros levantamentos necessários; • Banco de dados sobre as Fundações de Direito Privado existentes no Estado do Espírito Santo atualizado.
Indicador da ação	Percentual de solicitações de manifestações técnicas/pareceres jurídicos atendidas.
Unidade responsável	CACC
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

ELEITORAL

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO ELEITORAL COM DESTAQUE AO COMBATE AOS CANDIDATOS “FICHA-SUJA” E AO USO ABUSIVO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA, COM FINALIDADE ELEITORAL (CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHAS ELEITORAIS)

Resultado(s) esperado(s)	Atuar no processo eleitoral do ano de 2024 e seus desdobramentos, promovendo ações preventivas e repressivas contra a corrupção eleitoral e o uso abusivo da máquina administrativa.
Indicador(es)	Número de ações eleitorais ajuizadas sobre essa temática a partir das eleições municipais de 2024.
Unidade(s) focal(is)	CAEL

Ação	Encontros Preparatórios para as Eleições Municipais de 2024																
Objetivo	Capacitar os(as) Promotores(as) Eleitorais com o fornecimento de material de apoio, objetivando maior alinhamento, fomento e organização das iniciativas institucionais nas eleições municipais de 2024.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Encontros Preparatórios para a as eleições municipais de 2024 direcionados aos(às) Promotores(as) de Justiça com designação eleitoral e sua respectiva equipe de apoio; Modelos de atuação (portarias, ofícios, notificações, recomendações) aos membros. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de eventos realizados visando à preparação de membros e servidores para atuação nas eleições municipais de 2024; Número de ações eleitorais ajuizadas sobre as temáticas indicadas, gerando, inclusive, cassações de registro ou de diploma e mandato pela Justiça Eleitoral, nas eleições municipais de 2024. 																
Unidade responsável	CAEL																
ODS relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - COMBATE À PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR

Resultado(s) esperado(s)	<ol style="list-style-type: none"> Prevenir o descumprimento da legislação eleitoral, garantindo a realização de uma eleição limpa; Possibilitar que ruas e locais de votação de vários municípios capixabas fiquem menos sujas que os pleitos anteriores.
Indicador(es)	Número de procedimentos instaurados para o combate à propaganda irregular.
Unidade(s) focal(is)	CAEL

Ação	Pacto de Cooperação Cidade Limpa																
Objetivo	Prestar assessoramento e fornecer material de apoio para os(as) Promotores(as) de Justiça com designação eleitoral visando à celebração do Pacto de Cooperação "Cidade Limpa" com partidos e coligações para o cumprimento da legislação que proíbe o derrame de santinhos de candidatos e a realização de propaganda eleitoral no dia das eleições, além da entrega voluntária de material gráfico excedente.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Material de apoio (modelo do pacto, entre outros), para os(as) Promotores(as) de Justiça com designação eleitoral visando à celebração do Pacto de Cooperação "Cidade Limpa" com partidos e coligações em suas respectivas Zonas Eleitorais; Cartilha Virtual Eleitoral sobre os crimes e outros ilícitos que podem ser praticados no dia das eleições. 																
Indicador da ação	Número de municípios onde houve a celebração do pacto.																
Unidade responsável	CAEL																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Segurança nas Eleições - 2024																
Objetivo	Por meio de atuação conjunta do NCAP e do CAEL, monitorar sistematicamente os atos de campanha, aqui também considerados atos de pré-campanha, dos candidatos ao pleito de 2024, atuando de forma coordenada no enfrentamento à desinformação, discursos de ódio, discriminatórios e antidemocráticos no âmbito eleitoral, notadamente as propagandas que provoquem animosidade entre forças armadas, aqui também incluídas os órgãos e instituições vinculadas à Segurança Pública, ou contra elas, ou delas contra as classes e instituições civis.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios semanais de acompanhamento relacionado ao monitoramento dos atos de campanha; Assessoramento aos Promotores Eleitorais com informações especializadas para o desempenho de suas atividades, quando verificada a incidência de eventual descumprimento da legislação eleitoral e/ou levantamento de interesse institucional. 																
Indicador da ação	Número de relatórios produzidos; Número de ações relacionadas ao assessoramento aos Promotores Eleitorais.																
Unidade responsável	NCAP e CAEL																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO ELEITORAL

Resultado(s) esperado(s)	Promover alinhamento e capacitação mínima para os(as) Promotores(as) Eleitorais e sua equipe de apoio (assessoria, estagiários e agentes de apoio) e fomentar e organizar iniciativas institucionais homogêneas nas eleições municipais de 2024.
Indicador(es)	Número de eventos realizados visando à preparação de membros e servidores para atuação nas eleições municipais de 2024.
Unidade(s) focal(is)	CAEL

Ação	Encontros Preparatórios para as Eleições Municipais de 2024
-------------	--

Objetivo	Capacitar os(as) Promotores(as) Eleitorais, com o fornecimento de material de apoio, objetivando maior alinhamento, fomento e organização das iniciativas institucionais nas eleições municipais de 2024.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Encontros Preparatórios para a as eleições municipais de 2024 direcionados aos(as) Promotores(as) de Justiça com designação eleitoral e sua respectiva equipe de apoio; Modelos de atuação (portarias, ofícios, notificações, recomendações) aos membros. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de eventos realizados visando à preparação de membros e servidores para atuação nas eleições municipais de 2024; Número de ações eleitorais ajuizadas sobre as temáticas indicadas, gerando, inclusive, cassações de registro ou de diploma e mandato pela Justiça Eleitoral, nas eleições municipais de 2024. 																
Unidade responsável	CAEL																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL, PARTIDOS POLÍTICOS E/OU CANDIDATOS A FIM DE DISCUTIR E ESCLARECER SOBRE TEMAS ELEITORAIS

Resultado(s) esperado(s)	Promover uma maior interação entre o Ministério Público Estadual com atuação na função eleitoral e a sociedade civil na discussão de temas eleitorais e de democracia.
Indicador(es)	Número de Zonas Eleitorais/municípios capixabas com a realização de eventos relacionados aos temas eleitorais e de aproximação com a sociedade civil, partidos e candidatos.
Unidade(s) focal(is)	CAEL

Ação	Diálogos Eleitorais																
Objetivo	Realizar ações, tais como reuniões, encontros, bate-papos, palestras ou outras formas de interação direta com a sociedade civil, partidos políticos e/ou candidatos sobre temas eleitorais (segurança das urnas eletrônicas, pode x não pode em propaganda eleitoral, democracia e jovem eleitor, importância do voto, etc.), previamente às eleições de 2024.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Eventos (reuniões, encontros, bate-papos, palestras ou outras formas de interação direta com a sociedade civil, partidos políticos e/ou candidato) sobre temas eleitorais de forma a fomentar a aproximação do(a) Promotor(a) de Justiça Eleitoral com a localidade (debate local); Campanhas direcionadas à sociedade. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de zonas eleitorais/municípios capixabas com a realização de eventos relacionados aos temas eleitorais e de aproximação com a sociedade civil, partidos e candidatos; Número de campanhas de comunicação em tema eleições municipais realizadas. 																
Unidade responsável	CAEL																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Resultados para a sociedade

Direito do Consumidor

Objetivo

Estimular a eficiência do sistema de defesa das(os) consumidoras(es), assegurando o acesso à informação e a autonomia das pessoas para defesa de seus direitos.

Descrição

Atuar no fortalecimento da autonomia das(os) cidadãs(ãos) na defesa dos seus direitos e da sociedade, por meio da promoção de ações para a implementação e a efetividade da rede de proteção à(ao) consumidora(consumidor) e aos demais órgãos de vigilância, além de informar e orientar a população acerca dos seus direitos nas relações de consumo.

CONSUMIDOR

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

Resultado(s) esperado(s)	População mais bem informada sobre os canais de atendimento dos órgãos de defesa do consumidor e direitos e deveres básicos do consumidor, por meio de campanhas, com materiais virtuais e palestras.
Indicador(es)	Número de materiais informativos, sejam cartilhas, posts, vídeos no site e redes sociais, palestras, artigos.
Unidade(s) focal(is)	CADC

Ação	Consumidor Consciente - Cartilhas e Informativos																
Objetivo	Informar público em geral sobre os canais de atendimento dos órgãos de defesa do consumidor, além dos direitos e deveres básicos do consumidor, por meio de campanha interativa, com material virtual.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Campanha sobre canais de atendimento dos órgãos de defesa do consumidor e direitos básicos do consumidor, por meio de informativos curtos e chamativos nas redes sociais do MPES; Cartilhas Orientativas sobre: Consumidor Preto e Educação Especial; Orientação técnico-jurídica para divulgação. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número total de publicações divulgadas nas redes sociais do MPES (Instagram, Facebook, Twitter, Threat, YouTube); Número de matérias postadas no site Institucional do MPES; Número de conteúdos divulgados nos canais de comunicação internas do MPES (Ponto de Informação; Email, Lista do Teams); Divulgação das cartilhas e estudos no site do MPES e na intranet da instituição. 																
Unidade responsável	CADC																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR, INCLUINDO A QUALIFICAÇÃO DO PROCON MUNICIPAL

Resultado(s) esperado(s)	Fortalecimento do sistema municipal de defesa do consumidor, incentivando a plena atuação dos procons, garantindo informação e autonomia da população para a defesa de seus direitos.
Indicador(es)	Número de Procons regularizados quanto ao Conselho e Fundo (CONDECON e FMDC) e integrados ao sistema ProConsumidor
Unidade(s) focal(is)	CADC

Ação	Diagnóstico Situacional de regularidade estrutural dos Procons capixabas - 2025
Objetivo	Atualizar informações acerca dos procons municipais, visando permitir comparações com pesquisas executadas com mesmos parâmetros em 2019, 2021 e 2025.

Produto	Relatório de pesquisa da situação da regularidade estrutural dos Procons capixabas - 2025																
Indicador da ação	Número de procons municipais que responderam ao questionário																
Unidade responsável	CADC																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Capacitação do MPES e Procons																
Objetivo	Realizar eventos para aproximar o MPES dos procons municipais, estimulando e oferecendo espaço para debates e capacitação.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> VI Encontro do MPES e Procons - 2024; VII Encontro do MPES e Procons - 2025. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de capacitações realizadas; Número de participantes com descrição de representatividade. 																
Unidade responsável	CADC																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - ESTÍMULO A AÇÕES EM PROL DA SEGURANÇA ALIMENTAR

Resultado(s) esperado(s)	Fortalecimento da atuação e articulação ministerial e interinstitucional para garantir qualidade de alimento seguro, desde a produção até o consumo.
Indicador(es)	Número de participação em reuniões e eventos com os sistemas nacional, estadual e municipal de defesa do consumidor.
Unidade(s) focal(is)	CADC

Ação	Conhecendo os rótulos																
Objetivo	Apoiar os órgãos públicos e fomentar os produtores e a indústria locais aderirem às normativas exigidas quanto à rotulagem para a comercialização dos produtos, garantindo o direito de informação do consumidor, promovendo um link entre a indústria e o consumidor, ocasionando, assim, melhores escolhas alimentares e contribuindo para a diminuição do desenvolvimento de doenças e agravos não transmissíveis.																
Produto	Kit Rotulagem que pode conter: cartilha orientativa para o produtor, campanha orientativa em redes sociais para o consumidor, orientação para atuação dos promotores de justiça dos municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.																
Indicador da ação	Número de membros que aderiram ao projeto.																
Unidade responsável	CADC																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE AGROTÓXICO NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS E HORTALIÇAS

Resultado(s) esperado(s)	Fortalecimento da rede de fiscalização, com maior articulação entre os atores responsáveis.
Indicador(es)	Número de municípios capacitados para fiscalização do cumprimento da portaria da rastreabilidade.
Unidade(s) focal(is)	CADC

Ação	Banco de ações do MPES - monitoramento e controle de agrotóxico em frutas e hortaliças
Objetivo	Mapear ações executadas e em execução do MPES relacionadas ao combate e uso indevido de agrotóxicos em frutas e hortaliças, no período de 2022 a 2025, para subsidiar ações mais eficientes aos órgãos de execução.
Produto	Banco de dados com registros de ações do MPES voltadas ao combate do uso indevido de agrotóxico na produção e comercialização de frutas e hortaliças no Espírito Santo, período de 2022 a 2025. As ações poderão ser: Acordos extrajudiciais (TACs), ACPs, visitas técnicas, participação em fóruns, seminários, fiscalizações, dentre outros).
Indicador da ação	Número de ações do MPES relacionadas ao combate ao uso irregular de agrotóxicos mapeadas.
Unidade responsável	CADC
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Laudos positivos de contaminação de agrotóxicos
Objetivo	Orientar atuação do(a) Promotor(a) de Justiça natural quando do recebimento de laudos técnicos que comprovam presença de resíduos de agrotóxicos de uso não autorizado e/ou acima dos Limites Máximo de Resíduos (LMR) determinados pela autoridade competente estadual nos produtos frutas e hortaliças frescas produzidos e comercializados no Estado do Espírito Santo.
Produto	Modelos de peças e orientações para a atuação da promotoria quando do conhecimento de laudos positivos de contaminação de agrotóxicos proibidos ou acima do permitido.
Indicador da ação	Número de procedimentos instaurado pelas Promotorias de Justiça mediante o recebimento dos laudos.
Unidade responsável	CADC
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Proteção do Consumidor contra Alimentos Nocivos (Agrotóxicos)
Objetivo	Realizar levantamento de dados para conhecimento da realidade dos municípios capixabas quanto à agroecologia e à produção orgânica, elaborando um diagnóstico de cada local.
Produto	Diagnóstico situacional dos municípios quanto às políticas de agroecologia e produção orgânica.
Indicador da ação	Número de municípios que encaminharam os dados solicitados; Diagnóstico situacional entregue.
Unidade responsável	CADC

ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
-------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - APOIO AO COMBATE AO SUPERENDIVIDAMENTO

Resultado(s) esperado(s)	Reforço às medidas de informação e prevenção do superendividamento, além de introdução da cultura da concessão responsável de crédito e ampliação da conscientização do pagamento das dívidas, como estímulo à renegociação e à organização de planos de pagamento pelos consumidores.
Indicador(es)	Número de participação em reuniões e eventos com o sistema nacional de defesa do consumidor.
Unidade(s) focal(is)	CADC

Ação	Núcleo de Atendimento ao Superendividado - NAS																
Objetivo	Implantar o Núcleo de Atendimento de Superendividado no âmbito do MPES.																
Produto	Serviço de atendimento ao superendividado no âmbito do NAS.																
Indicador da ação	Nº de atendimentos realizados pelo NAS.																
Unidade responsável	NAS e CADC																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Resultados para a sociedade

Segurança Pública

Objetivo

Atuar proativamente no combate a todas as formas de violência, em especial as oriundas de grupos organizados, no controle externo da atividade policial e no cumprimento da Lei de Execução Penal, visando à efetividade da segurança pública.

Descrição

Contribuir para a segurança da população, na forma real e percebida, atuando junto aos órgãos de enfrentamento de todas as formas de violência, em especial as oriundas de grupos organizados, privilegiando, nesse processo, as ações de inteligência. Fomentar a adequada estrutura do aparelho estatal, atuando em todas as etapas de articulação da rede de segurança pública. Buscar mais eficiência dos órgãos envolvidos na persecução penal, a fim de garantir efetividade à prestação jurisdicional, inclusive no tocante à ressocialização das(os) apenadas(os). Fomentar a prática de policiamento de proximidade e atuar na prevenção ao comportamento desviante/criminoso.

EXECUÇÃO PENAL

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - GARANTIA DO CORRETO CUMPRIMENTO DAS PENAS E DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

Resultado(s) esperado(s)	1) Mitigar ocorrência de rebeliões nas unidades prisionais; 2) Rebelião será tratada aqui como tomada, ainda que por tempo curto, do controle interno da unidade prisional.
Indicador(es)	Número de rebeliões
Unidade(s) focal(is)	GETEP

Ação	Fiscalização da pena em meio aberto																
Objetivo	Conhecer, por meio de pesquisa por amostragem, o quanto a demora na tramitação regular das guias de execução penal impacta sobre a fiscalização das penas, gerando assim prejuízos ao papel fiscalizador do <i>parquet</i> . Para tanto, buscar-se-á identificar os eventuais apontamentos dos prejuízos reais (prescrições, perda de objeto etc.) causados pela demora na tramitação e/ou cumprimento de diligências requeridas.																
Produto	Relatório de pesquisa/diagnóstico com os impactos nas fiscalizações das penas ocasionados pela demora na tramitação das guias de execução penal, de forma a possibilitar o aprimoramento da atuação ministerial.																
Indicador da ação	Relatório da pesquisa; Percentual de casos encontrados durante a pesquisa que indiquem a necessidade de intervenção ministerial.																
Unidade responsável	GETEP																
ODS relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Atenção às vítimas																
Objetivo	Estabelecer fluxo de trabalho junto às 16ª e 12ª Promotorias de Justiça Criminais de Vila Velha, direcionado a informar à vítima acerca do processo com condenação à reparação de danos em seu favor, promovendo maior efetividade à sentença penal condenatória que impõe indenização à vítima ou a seus familiares.																
Produto	Fluxo de trabalho para atendimento às vítimas dos processos com condenação à reparação de danos a seu favor, com o objetivo de comunicar o resultado do processo e orientar quanto à efetivação do direito.																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de sentenças com previsão de reparação de danos levantadas; Número de vítimas ou seus familiares atendidos. 																
Unidade responsável	GETEP																
ODS relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Fomento à criação de Fundo penitenciário Municipal																
Objetivo	Difundir conhecimento aos agentes públicos acerca da criação de Fundo Penitenciário Municipal no ES, possibilitando a apresentação futura de projetos técnicos para utilização dos recursos.																
Produto	Ciclo de reuniões temáticas para mobilizar atores políticos com vistas à criação de Fundos Penitenciários Municipais.																

Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de reuniões temáticas realizadas para discutir os objetivos propostos neste projeto; • Número de municípios alcançados pelo ciclo de reuniões; • Número de municípios com criação de Fundo Penitenciário Municipal até dezembro de 2025.
Unidade responsável	GETEP
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Fiscalização da pena de multa
Objetivo	Aprimorar a fiscalização do cumprimento da pena de multa, com a criação de novos mecanismos internos, notadamente no sistema de gestão de autos do MPES.
Produto	Novas formas de controle do cumprimento das penas de multa.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de mecanismos elaborados e implementados; • Número de reuniões realizadas para difusão quanto à necessidade de recolhimento da penal de multa ao Fundo Rotativo do Estado; • Número de execuções de penas de multa feitas por mês.
Unidade responsável	GETEP
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS DESTINADOS AO SISTEMA PRISIONAL E À SEGURANÇA PÚBLICA

Resultado(s) esperado(s)	Cumprimento da previsão orçamentária destinada ao sistema prisional por meio do acompanhamento da execução junto à SEJUS e dos Fundos Rotativo e FUPEN.
Indicador(es)	
Indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de cumprimento orçamentário/ano; • Número de procedimentos administrativos instaurados; • Reuniões ou intervenções junto ao Executivo e demais órgãos e entidades.
Unidade(s) focal(is)	GETEP

Ação	Não identificada ¹
-------------	--------------------------------------

¹No presente documento constam a rol de ações (projetos e iniciativas) que foram planejadas e propostas pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos relacionadas às diretrizes estratégicas. O fato de um diretriz estratégica não ter ação identificada ocorre, notadamente, pelas seguintes situações: i. a unidade organizacional contribui para o alcance dos resultados esperados com a execução de atividades rotineiras; ii. foram desenvolvidas ações pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos no ciclo de PGA anterior ou; iii. a contribuição para os resultados esperados ocorrerá por meio dos Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça ou outras ações a serem desenvolvidas pelos referidos órgãos de execução.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - ATUAÇÃO ESTRATÉGICA PARA A MANUTENÇÃO DO CONTROLE DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS, MITIGANDO AS AÇÕES DE GRUPOS E FACÇÕES CRIMINOSAS, COM VISTAS À SEGURANÇA DE PRESOS, SERVIDORES PRISIONAIS, PRESTADORES DE SERVIÇO E VISITANTES

Resultado(s) esperado(s)	Formação de um banco de dados, possibilitando melhor conhecimento das unidades prisionais, a distribuição de seu público, a presença de faccionados, suas ações e organização, contribuindo, assim, para melhor precisão no processo de fiscalização.
Indicador(es)	1) Número de relatórios de inteligência confeccionados por mês; 2) Número de reuniões voltadas para o tratamento de assuntos que envolvam a segurança de unidades prisionais/mês.
Unidade(s) focal(is)	GETEP

Ação	Mapear
Objetivo	Obter informações, por meio de informantes, sobre ações orquestradas por presos vinculados a facções criminosas, bem como as ações, no sentido mais geral, de tais organizações criminosas dentro e fora do sistema prisional, mapeando os locais de concentração/ocupação.
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Banco de dados a respeito de facções criminosas com atuação no Estado do Espírito Santo; Relatórios de inteligência prisional para orientação do parquet; Mapa da ocupação territorial das facções atuantes no ES.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de oitivas/mês; Número de informes/mês; Número de relatórios de conhecimento/mês.
Unidade responsável	GETEP
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - PROATIVIDADE E IMPULSIONAMENTO DAS AÇÕES DE RESSOCIALIZAÇÃO DE INTERNOS E EGRESSOS

Resultado(s) esperado(s)	Ampliação das ações ministeriais voltadas para a ressocialização de reeducandos e egressos com vistas a contribuir para maior efetividade dos objetivos da Lei de Execuções Penais, com isso contribuir para a diminuição da reincidência criminal.
Indicador(es)	Número de projeto, ações e reuniões voltadas para as atividades de ressocialização de reeducandos e egressos.
Unidade(s) focal(is)	GETEP

Ação	Justiça Restaurativa no Sistema Prisional - Distensionando Relações
Objetivo	Implantar, no sistema prisional do ES, os Círculos de Construção de Paz com base nos princípios da Justiça Restaurativa, por meio da capacitação de voluntários e a realização dos círculos de diálogo.
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Círculos de diálogos com diferentes turmas de internos; Capacitação de voluntários para atuação no sistema prisional como facilitadores.

Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de turmas de internos iniciadas; • Número de círculos de construção de paz/mês; • Número de novos facilitadores capacitados/ano; • Número de internos beneficiados/ano; • Número de horas de capacitação em justiça restaurativa/ano; • Número de horas de círculos de construção de paz/ano.
Unidade responsável	GETEP
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Pedalando para a liberdade
Objetivo	Promover oportunidade de trabalho para os internos de unidades prisionais, de forma conjunta com a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), na restauração de bicicletas apreendidas pelas forças de segurança pública do ES e que não foram procuradas por seus proprietários e/ou vítimas nas unidades de polícia judiciária para serem restituídas.
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Postos de trabalho para internos do sistema prisional; • Bicicletas restauradas com reaproveitamento para doações ou venda de forma a gerar renda para sustentabilidade do projeto.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de internos trabalhando no projeto/mês (indicador de criação de postos de trabalho) • Número de bicicletas recebidas-mês/número de bicicletas reformadas-mês; • Kgs de ferro recolhidos a ferros velhos/mês; • Kgs de alumínio recolhidos a ferros velhos/mês.
Unidade responsável	GETEP
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Remição pela leitura - Hora de Sair e Voar
Objetivo	Complementar as ações desenvolvidas pelo Estado, proporcionando ambiente adequado para formação de turmas de internos das unidades prisionais localizadas em Vila Velha para leitura e discussão de livros o que pode levar à possibilidade de remição das penas aplicadas pelo juiz.
Produto	Turmas de internos das unidades prisionais do ES para leitura e discussão de livros; Redações feitas de próprio punho por internos a partir do respectivo livro lido.
Indicador da ação	Número de internos alcançados pela iniciativa.
Unidade responsável	GETEP
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Indução à instalação de novos escritórios sociais e de centrais de alternativas penais no Estado do ES
Objetivo	Difundir conhecimento aos agentes públicos acerca dos Escritórios Sociais e das Centrais Alternativas de Penais, de forma a fomentar a criação dos equipamentos e a efetividade de políticas públicas que impactam diretamente na reincidência criminal.
Produto	Ciclo de reuniões temáticas para mobilizar atores políticos com vistas à difusão das políticas públicas.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de reuniões realizadas para discutir os objetivos propostos neste projeto;

	<ul style="list-style-type: none"> • Número de municípios onde não existem os equipamentos e que foram alcançados pelo ciclo de reuniões; • Número de municípios com a criação de Escritório Social no período de 2024 a 2025; • Número de municípios com a instalação de Centrais Alternativas Penais no período de 2024 a 2025.
Unidade responsável	GETEP
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Compostar
Objetivo	Criar postos de trabalho para internos do Complexo Prisional do Xuri, proporcionando a possibilidade de remição da pena daquelas atendidos pelo projeto, com o desenvolvimento da técnica de compostagem dos resíduos orgânicos gerados nas unidades prisionais, possibilitando, ainda, o aproveitamento do fertilizante orgânicos para hortas e áreas de jardinagem dessas unidades.
Produto	Postos de trabalho nas composteiras implantadas.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de visitas realizadas pelo MPES para acompanhamento, inspeção e deliberação; • Número de internos envolvidos no projeto/mês; • Número de postos de trabalho criados.
Unidade responsável	GETEP
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - DISSEMINAÇÃO DO MÉTODO APAC

Resultado(s) esperado(s)	Maior número de APACs e Centros de Reintegração Social no Estado do Espírito Santo.
Indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> • Número de APACs e Centros de Reintegração Social instalados; • Número de reuniões, atividades e eventos voltados para a disseminação do método APAC.
Unidade(s) focal(is)	GETEP

Ação	Difusão do método APAC no Espírito Santo
Objetivo	Promover e/ou realizar ações que busquem a disseminação sobre o método APAC e sua aplicação nos municípios do ES.
Produto	Atividades (visitação a APACs, reuniões, audiências públicas, encontros, seminários e congressos etc.) com vistas ao impulsionamento social para conhecimento e adoção do Método APAC nos municípios capixabas.
Indicador da ação	Número de atividades (visitação a APACs, reuniões, audiências públicas, encontros, seminários e congressos etc.) realizadas com o objetivo de difundir o Método APAC por semestre/2024 a 2025.
Unidade responsável	GETEP
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS DESTINADOS AO SISTEMA PRISIONAL E À SEGURANÇA PÚBLICA

Resultado(s) esperado(s)	Controle e monitoramento sistemático da destinação e aplicação dos recursos voltados à segurança pública.
Indicador(es)	1) Número de procedimentos administrativos instaurados; 2) Reuniões ou intervenções junto ao Executivo e demais órgãos e entidades que possuam interface com a temática da segurança pública.
Unidade(s) focal(is)	NCAP

Ação	Assessoramento e Controle de Variáveis da Segurança Pública																
Objetivo	Proporcionar aos membros com atribuições no controle externo da atividade policial, especialmente os lotados na Promotoria de Justiça Regional de Investigação Criminal e Controle Externo da Atividade Policial (PJRICCEAP), um maior suporte na gestão e controle dos procedimentos empregados na execução da atividade policial.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico sobre o comportamento criminoso no ES; • Serviço da Central dos Acordos de Não Persecução Penal; • Cronograma de fiscalização do plano e aplicação dos recursos públicos destinados à segurança pública; • Articulação interna e externa para a implementação dos conselhos de segurança e defesa social; • Relatórios com dados primários e secundários referentes à Segurança Pública 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de conselhos municipais de segurança e defesa social criados, instalados e em funcionamento no Estado do Espírito Santo. • Efetiva aplicação dos recursos públicos destinados à segurança pública, especialmente os repassados por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública. • Quantidade de acordos de não persecução penal celebrados pela Promotoria de Justiça Regional de Investigação Criminal e Controle Externo da Atividade Policial. • Número de reuniões e/ou intervenções/ações desenvolvidas (ofícios, requisições, notificações etc.) junto aos demais órgãos que possuam interface com a temática segurança pública. • Número de atividades qualitativas nos procedimentos extrajudiciais e inquéritos policiais (reuniões, estudos, pesquisas, fundamentações, relatórios etc.). 																
Unidade responsável	NCAP																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - APERFEIÇOAMENTO DOS INSTRUMENTOS DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

Resultado(s) esperado(s)	Desenvolver uma atuação ministerial efetiva no controle externo da atividade policial, garantindo as condições necessárias para que órgãos policiais executem satisfatoriamente as suas funções de forma a prestar para a sociedade um serviço público de qualidade.
---------------------------------	--

Indicador(es)	1) Número de reuniões e intervenções juntos aos demais órgãos que possuam interface com a temática segurança pública; 2) Número de procedimentos administrativos instaurados.
Unidade(s) focal(is)	NCAP

Ação	Segurança nas Eleições - 2024																
Objetivo	Por meio de atuação conjunta do NCAP e CAEL, monitorar sistematicamente os atos de campanha, aqui também considerados atos de pré-campanha, dos candidatos ao pleito de 2024, atuando de forma coordenada no enfrentamento à desinformação, discursos de ódio, discriminatórios e antidemocráticos no âmbito eleitoral, notadamente as propagandas que provoquem animosidade entre forças armadas, aqui também incluídas os órgãos e instituições vinculadas à Segurança Pública, ou contra elas, ou delas contra as classes e instituições civis.																
Produto	Relatórios semanais de acompanhamento relacionados ao monitoramento dos atos de campanha; Assessoramento aos(as) Promotores(as) Eleitorais com informações especializadas para o desempenho de suas atividades, quando verificada a incidência de eventual descumprimento da legislação eleitoral e/ou o levantamento de interesse institucional.																
Indicador da ação	Número de relatórios produzidos; Número de ações relacionadas ao assessoramento aos(as) Promotores(as) Eleitorais.																
Unidade responsável	NCAP e CAEL																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	ANPP +Segurança																
Objetivo	Articular interna e externamente para a disponibilização de recursos oriundos de acordos de não persecução penal para atividades de caráter essencial à segurança pública.																
Produto	Recursos destinados à melhoria das atividades de caráter essencial à segurança pública.																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de procedimentos extrajudiciais instaurados. Número de relatório de atividade elaborado. Valores solicitados e destinados. 																
Unidade responsável	NCAP																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Assessoramento e Controle de Variáveis da Segurança Pública																
Objetivo	Proporcionar aos membros com atribuições no controle externo da atividade policial, especialmente os lotados na Promotoria de Justiça Regional de Investigação Criminal e Controle Externo da Atividade Policial (PJRICCEAP), um maior suporte na gestão e controle dos procedimentos empregados na execução da atividade policial.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Diagnóstico sobre o comportamento criminoso no ES; Serviço da Central dos Acordos de Não Persecução Penal; Cronograma de fiscalização do plano e aplicação dos recursos públicos destinados à segurança pública; Articulação interna e externa para a implementação dos conselhos de segurança e defesa social; 																

	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios com dados primários e secundários referentes à Segurança Pública. 																	
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de conselhos municipais de segurança e defesa social criados, instalados e em funcionamento no Estado do Espírito Santo. Efetiva aplicação dos recursos públicos destinados à segurança pública, especialmente os repassados por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública. Quantidade de acordos de não persecução penal celebrados pela Promotoria de Justiça Regional de Investigação Criminal e Controle Externo da Atividade Policial. Número de reuniões e/ou intervenções/ações desenvolvidas (ofícios, requisições, notificações etc.) junto aos demais órgãos que possuam interface com a temática segurança pública. Número de atividades qualitativas nos procedimentos extrajudiciais e inquéritos policiais (reuniões, estudos, pesquisas, fundamentações, relatórios etc.). 																	
Unidade responsável	NCAP																	
ODSs relacionados	<table border="1"> <tr> <td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td> </tr> </table>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17		

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - ARTICULAÇÃO INTERNA E EXTERNA AO MP PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS CONSELHOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL NOS RESPECTIVOS ENTES PÚBLICOS (LEI N.º 13.675/2018)

Resultado(s) esperado(s)	Mapear a situação do estado e dos municípios capixabas, atuando para a criação, implementação e efetivo exercício dos conselhos municipais e estadual.
Indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> Criação e/ou estruturação dos Conselhos Municipais e Estadual com vistas ao fortalecimento da segurança pública; Número de reuniões realizadas.
Unidade(s) focal(is)	NCAP

Ação	Assessoramento e Controle de Variáveis da Segurança Pública
Objetivo	Proporcionar aos membros com atribuições no controle externo da atividade policial, especialmente os lotados na Promotoria de Justiça Regional de Investigação Criminal e Controle Externo da Atividade Policial (PJRICEAP), um maior suporte na gestão e controle dos procedimentos empregados na execução da atividade policial.
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Diagnóstico sobre o comportamento criminoso no ES; Serviço da Central dos Acordos de Não Persecução Penal; Cronograma de fiscalização do plano e aplicação dos recursos públicos destinados à segurança pública; Articulação interna e externa para a implementação dos conselhos de segurança e defesa social; Relatórios com dados primários e secundários referentes à Segurança Pública.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de conselhos municipais de segurança e defesa social criados, instalados e em funcionamento no Estado do Espírito Santo; Efetiva aplicação dos recursos públicos destinados à segurança pública, especialmente os repassados por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública; Quantidade de acordos de não persecução penal celebrados pela Promotoria de Justiça Regional de Investigação Criminal e Controle Externo da Atividade Policial;

	<ul style="list-style-type: none"> • Número de reuniões e/ou intervenções/ações desenvolvidas (ofícios, requisições, notificações etc.) junto aos demais órgãos que possuam interface com a temática segurança pública; • Número de atividades qualitativas nos procedimentos extrajudiciais e inquéritos policiais (reuniões, estudos, pesquisas, fundamentações, relatórios etc.).
Unidade responsável	NCAP
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE VITIMIZAÇÃO E LETALIDADE POLICIAL

Resultado(s) esperado(s)	Entender o fenômeno da letalidade e vitimização policial no estado, empreendendo ações efetivas que busquem diminuir esses índices.
Indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> 1) Número de procedimentos administrativos instaurados; 2) Monitoramento diário e contínuo das ocorrências de confronto e vitimização policial; 3) Relatório mensal de atividades; 4) Número de reuniões realizadas.
Unidade(s) focal(is)	NCAP

Ação	Violência e Vitimização Policial
Objetivo	Colaborar com o sistema de segurança pública no sentido de orientar políticas públicas que reduzam os índices de enfrentamento, violência e vitimização policial, por meio do monitoramento e atualização de dados sobre violência policial; da adoção de medidas para prevenção de mortes violentas de agentes e da qualificação dos dados.
Produto	Central de monitoramento dos confrontos policiais no Estado do Espírito Santo, por meio da consolidação da base de dados e indicadores internos e externos, com a elaboração de relatório mensal das ocorrências
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de procedimentos extrajudiciais e inquéritos policiais instaurados; • Número de relatórios elaborados; • Número de ocorrências policiais acompanhadas; • Número de atendimentos psicológicos realizados pelos órgãos da segurança pública; • Número de atividades qualitativas nos procedimentos extrajudiciais e inquéritos policiais (reuniões, estudos, pesquisas, fundamentações, relatórios, etc.).
Unidade responsável	NCAP
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

CRIMINAL

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO CRIMINAL FRENTE AOS CRIMES CIBERNÉTICOS

Resultado(s) esperado(s)	Aprimoramento e capacitação dos(as) Promotores(as) de Justiça que atuam perante crimes cibernéticos.
Indicador(es)	Quantidade de reuniões e ações de capacitação realizadas.
Unidade(s) focal(is)	CACR

Ação	Capacitação dos membros que atuam em crimes cibernéticos																
Objetivo	Disponibilizar aos membros material de apoio para promover conhecimento e suporte técnico necessário para a atuação perante crimes cibernéticos, possibilitando conduzir a persecução penal de forma eficiente e célere e adotar todas as medidas possíveis na busca da verdade real e reparação de danos às vítimas do delito.																
Produto	Material de apoio para atuação em crimes cibernéticos a serem divulgador por meio de reuniões.																
Indicador da ação	Material de apoio disponibilizado. Número de reuniões realizadas junto aos membros.																
Unidade responsável	CACR																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Combate aos crimes cibernéticos e com criptoativos de forma integrada																
Objetivo	Fortalecer a capacidade de investigação e combate a crimes cibernéticos e com criptoativos por meio da integração entre órgãos de segurança pública e ministeriais, da especialização de membros e da aquisição de ferramentas tecnológicas avançadas.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos Investigatórios Criminais (PICs) concluídos com provas qualificadas de crimes cibernéticos e com criptoativos; • Fluxo de compartilhamento de informações entre os órgãos de segurança pública; • Atuação integrada e colaborativa entre os órgãos ministeriais internos e externos; • Ferramentas de monitoramento e rastreamento de criptoativos adquiridas; • Capacitações realizadas na área de crimes cibernéticos e criptoativos. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de PICs concluídos com material probatório qualificado; • Número de reuniões periódicas de alinhamento realizadas com os órgãos de segurança pública; • Número de reuniões periódicas de alinhamento internas realizadas; • Número de operações deflagradas com apoio do GAECO ou em apoio a outros órgãos; • Número de ferramentas tecnológicas adquiridas; • Número de cursos de capacitação realizados; • Número de membros capacitados para atuar em crimes cibernéticos e criptoativos; • Total de documentos gerados evidenciando a colaboração entre os órgãos ministeriais. 																
Unidade responsável	GAECO																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - ATUAÇÃO ESTRATÉGICA EM CASOS CRIMINAIS COMPLEXOS, ESPECIALMENTE, EM CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS E FEMINICÍDIO

Resultado(s) esperado(s)	Atuação voltada à priorização da persecução penal dos crimes violentos letais intencionais, buscando dar maior agilidade na tramitação dos inquéritos policiais e propositura de ações relativas a CVLI .
Indicador(es)	Relatório mensal de atividades; Número de Reuniões realizadas; Número de demandas encaminhadas aos membros com atribuições.
Unidade(s) focal(is)	COPEC, CACR, NCAP

Ação	Não identificada¹
------	-------------------------------------

Resultado(s) esperado(s)	Aprimorar a integração dos órgãos de investigação ministerial e inteligência nos casos envolvendo organizações criminosas estruturadas.
Indicador(es)	1) Número de atendimentos em análises de dados de dispositivos móveis de casos complexos e análises assistidas; 2) Metodologia de análises financeiras complexas implementada; 3) Número de capacitações realizadas;
Unidade(s) focal(is)	LABT e GAECO

Ação	Integração ministerial e inteligência financeira contra organizações criminosas violentas																
Objetivo	Fortalecer a capacidade investigativa e estratégica das Promotorias de Justiça e demais unidades de investigação do MPES, por meio da intensificação dos serviços de análise de dados, da capacitação contínua das equipes, do apoio às investigações criminais e financeiras e do aprimoramento dos setores de inteligência.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Serviço de análise de dados extraídos de dispositivos móveis e análises assistidas; Ambiente para análises assistidas em demandas de menor complexidade; Metodologia de análises financeiras complexas; Capacitação em Inteligência Ministerial na solução de casos complexos e estratégicos. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de pedidos de apoio atendidos pelo serviço de análise de dados extraídos de dispositivos móveis; Ambiente para análises assistidas criado; Metodologia de análises financeiras complexas criada e divulgada; Número de capacitações realizadas. 																
Unidade responsável	LABT																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

¹ No presente documento constam a rol de ações (projetos e iniciativas) que foram planejadas e propostas pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos relacionadas às diretrizes estratégicas. O fato de um diretriz estratégica não ter ação identificada ocorre, notadamente, pelas seguintes situações: i. a unidade organizacional contribui para o alcance dos resultados esperados com a execução de atividades rotineiras; ii. foram desenvolvidas ações pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos no ciclo de PGA anterior ou; iii. a contribuição para os resultados esperados ocorrerá por meio dos Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça ou outras ações a serem desenvolvidas pelos referidos órgãos de execução.

Ação	Fortalecimento e Integração Investigativa																
Objetivo	Fortalecer a capacidade investigativa e a eficiência do GAECO no combate a facções criminosas, corrupção e lavagem de ativos por meio da integração interinstitucional e interna, da especialização e capacitação dos membros e da melhoria dos sistemas de gestão e indicadores de atuação.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões de integração interinstitucional de investigações; • Reuniões mensais de alinhamento entre os membros do GAECO; • Capacitações realizadas: Sessões de treinamento e aperfeiçoamento para membros do GAECO em ferramentas de análise de dados, cadeia de custódia e técnicas de investigação; • Protocolos e normativas melhoradas referentes a cadeia de custódia de evidências físicas e digitais. • Equipe de apoio especializada em análise de dados eletrônicos para casos complexos. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de reuniões interinstitucionais realizadas; • Número de reuniões internas mensais realizadas; • Número de capacitações realizadas para membros do GAECO; • Total de novos protocolos ou melhorias implementadas na cadeia de custódia de evidências; • Número de servidores designados para apoio em casos complexos. 																
Unidade responsável	GAECO																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - ATUAÇÃO PRIORIZADA AOS CRIMES SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Resultado(s) esperado(s)	Monitoramento das ações judiciais, bem como a adoção de medidas que priorizem a produção de depoimento especial.
Indicador(es)	Quantidade de depoimentos especiais realizados.
Unidade(s) focal(is)	CACR

Ação	Atuação priorizada nos crimes sexuais contra crianças e adolescentes, por meio do monitoramento das ações judiciais e da adoção de medidas que priorizem a produção de depoimento especial																
Objetivo	Disponibilizar aos membros material de apoio para promover conhecimento e suporte técnico necessário para a priorização da produção de depoimento especial nos processos de crimes sexuais contra criança e adolescente, por meio do monitoramento das ações judiciais e adoção de medidas que priorizem a produção de depoimento especial.																
Produto	Material de apoio																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de processos julgados e depoimentos antecipados realizados; • Material de apoio disponibilizado. 																
Unidade responsável	CACR																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - TRÁFICO DE DROGAS E CRIMES PATRIMONIAIS

Resultado(s) esperado(s)	Fortalecer a articulação junto às autoridades estratégicas, visando ao combate ao tráfico de drogas e aos crimes patrimoniais, bem como à promoção para instalação dos conselhos de segurança.
Indicador(es)	Quantidade de reuniões realizadas.
Unidade(s) focal(is)	CACR

Ação	Integração no Combate às Facções Criminosas (tráfico de drogas)																
Objetivo	Promover a eficiência e a integração nas investigações criminais e na recuperação de ativos, por meio do fortalecimento da cooperação interinstitucional, do desenvolvimento de tecnologias e da capacitação de recursos humanos, visando desarticular facções criminosas e contribuir para a segurança pública.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Fluxo de compartilhamento de informações interno e entre órgãos de segurança pública; • Procedimentos Investigatórios Criminais (PICs) concluídos com provas qualificadas; • Relatórios de investigação financeira e recuperação de ativos; • Ferramentas de tecnologia desenvolvidas para apoiar as investigações; • Protocolos para padronizar e melhorar as investigações financeiras e de lavagem de ativos; • Listagens atualizadas de facionados compartilhadas com o Banco Nacional; • Relatórios do Projeto Infância (ações preventivas e repressivas para desestimular o ingresso de menores em facções criminosas). 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de reuniões periódicas de alinhamento realizadas com os órgãos de segurança pública; • Número de reuniões periódicas de alinhamento internas; • Quantidade de informações compartilhadas; • Número de PICs concluídos; • Número de operações deflagradas; • Quantidade de ativos recuperados; • Número de ferramentas tecnológicas desenvolvidas; • Número de protocolos de investigação desenvolvidos/melhorados; • Número de cadastros de facionados compartilhados; • Total de menores impactados pelas ações preventivas e repressivas do Projeto Infância. 																
Unidade responsável	GAECO																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - MEDIDAS DE REPARAÇÃO DE DANOS ÀS VÍTIMAS

Resultado(s) esperado(s)	Atuação na busca pela reparação de danos à vítima, adotando as medidas judiciais e extrajudiciais, nos casos em que couber.
Indicador(es)	Número de registros de peticionamento no sistema Gampes pela reparação de danos à vítima no período.
Unidade(s) focal(is)	NAVV

Ação	Reparação de Danos às Vítimas
Objetivo	Incentivar os(as) Promotores(as) de Justiça a buscarem a reparação de danos às vítimas, bem como ampliar a divulgação sobre a proteção integral e a promoção dos direitos e apoio às vítimas.
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação na temática; • Campanha de comunicação e vídeo institucional.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de participantes na capacitação; • Divulgação do vídeo institucional.
Unidade responsável	NAVV
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Atenção às vítimas
Objetivo	Estabelecer fluxo de trabalho junto às 16ª e 12ª Promotorias de Justiça Criminais de Vila Velha direcionado a informar à vítima acerca do processo com condenação à reparação de danos em seu favor, promovendo maior efetividade à sentença penal condenatória que impõe indenização à vítima ou a seus familiares.
Produto	Fluxo de trabalho para atendimento às vítimas dos processos com condenação à reparação de danos a seu favor, com o objetivo de comunicar o resultado do processo e orientar quanto à efetivação do direito.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de sentenças com previsão de reparação de danos levantadas; • Número de vítimas ou seus familiares atendidos.
Unidade responsável	GETEP
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Resultado(s) esperado(s)	Efetivação de política de reparação de danos por meio do apoio a investigações financeiras paralelas e de análises técnicas que fundamentem medidas judiciais patrimoniais pelas unidades de investigação e persecução do MPES.
Indicador(es)	Número de reuniões de divulgação realizadas entre membros e o LAB-LD; Número de investigações realizadas com apoio do LAB-LD.
Unidade(s) focal(is)	LABT

Ação	Apoio à atividade de investigação patrimonial para viabilizar a reparação de danos à vítima
-------------	--

Objetivo	Contribuir com a conclusão eficiente de investigações financeiras, com elaboração de análises técnicas qualificadas aptas a auxiliar as atividades de investigação patrimonial, viabilizando a reparação de danos às vítimas.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à organização de investigações para casos criminais e investigações financeiras paralelas à investigação principal; • Capacitação para atividade de investigação patrimonial. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de investigações realizadas com apoio do LAB-LD; • Número de reuniões de divulgação realizadas ente membros e o LAB-LD; • Número de reuniões de divulgação realizadas para discussão de casos; • Número de capacitações realizadas; • Número de participantes nas capacitações. 																
Unidade responsável	LABT																
ODS relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Resultados para a sociedade

Acesso à Saúde

Objetivo

Defender o acesso da população aos serviços de atenção à saúde.

Descrição

Atuar para a garantia e a ampliação do acesso ao direito integral à saúde, fundamentado nas diretrizes e nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda, nesse sentido, subsidiar ações conjuntas e uniformes objetivando a implementação de Políticas Públicas, Redes de Atenção à Saúde e Programas voltados para a área da saúde pública no âmbito do Estado do Espírito Santo.

SAÚDE

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO MINISTERIAL NA GARANTIA DO ACESSO E NA ADEQUAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO MATERNO INFANTIL

Resultado(s) esperado(s)	Adequação da Rede de Atenção Materno Infantil.
Indicador(es)	Número de procedimentos extrajudiciais e/ou ações judiciais em tramitação relacionados à temática.
Unidade(s) focal(is)	CAOPS

Ação	Materno Infantil
Objetivo	Fomentar ações junto com os(as) Promotores(as) de Justiça para a adequação dos serviços públicos de saúde materno infantil dos municípios do Estado do Espírito Santo, nos termos das normativas vigentes.
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Encontros regionais e microrregionais com agentes e gestores para alinhamento e pactuações necessárias; Orientações técnicas e modelos de atuação para subsidiar a atuação das Promotorias de Justiça e nas pactuações.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de encontros realizados; Número de Promotorias de Justiça que incluíram a ação no PAPJ; Número de procedimentos extrajudiciais e/ou ações judiciais em tramitação relacionados à temática.
Unidade responsável	CAOPS
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO MINISTERIAL NA GARANTIA DO ACESSO E NA ADEQUAÇÃO DA REDE DE SAÚDE MENTAL

Resultado(s) esperado(s)	Adequação da Rede de Saúde Mental.
Indicador(es)	Número de procedimentos extrajudiciais e/ou ações judiciais em tramitação relacionados à temática.
Unidade(s) focal(is)	CAOPS

Ação	Saúde Mental
Objetivo	Fomentar ações para a adequação dos serviços públicos de saúde mental dos Municípios do Estado do Espírito Santo, nos termos das normativas vigentes.
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Encontros regionais e microrregionais com agentes e gestores para alinhamento e pactuações necessárias; Orientações técnicas e modelos de atuação para subsidiar a atuação das Promotorias de Justiça e nas pactuações.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de encontros realizados; Número de Promotorias de Justiça que incluíram a ação no PAPJ;

	<ul style="list-style-type: none"> Número de procedimentos extrajudiciais e/ou ações judiciais em tramitação relacionados à temática. 																
Unidade responsável	CAOPS																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO MINISTERIAL NA GARANTIA DO ACESSO E NA ADEQUAÇÃO DA REDE DE SAÚDE BÁSICA

Resultado(s) esperado(s)	Adequação da Rede de Saúde Básica.
Indicador(es)	Número de procedimentos extrajudiciais e/ou ações judiciais em tramitação relacionados à temática.
Unidade(s) focal(is)	CAOPS

Ação	Atenção Primária em Saúde
Objetivo	Fomentar ações para a adequação dos serviços públicos de Atenção Básica dos municípios do Estado do Espírito Santo, nos termos da Política Nacional de Atenção Básica - PNAB e demais normativas vigentes.
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Pareceres e modelos de peças para subsidiar a atuação a pedido dos Promotores de Justiça. Realização de Visita Técnica Institucional nas Unidades Básicas de Saúde a pedido dos Promotores de Justiça. Análise documental de solicitações encaminhadas a pedido dos Promotores de Justiça.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de Promotorias de Justiça que incluíram a ação no PAPJ; Número de procedimentos extrajudiciais e/ou ações judiciais em tramitação relacionados à temática.
Unidade responsável	CAOPS
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Diretriz Estratégica - FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO MINISTERIAL NA GARANTIA DO ACESSO E NA ADEQUAÇÃO DA REDE DE SAÚDE BUCAL

Resultado(s) esperado(s)	Adequação da Rede de Saúde Bucal.
Indicador(es)	Número de procedimentos extrajudiciais e/ou ações judiciais em tramitação relacionados à temática.
Unidade(s) focal(is)	CAOPS

Ação	Saúde Bucal
Objetivo	Fomentar ações para a adequação dos serviços públicos de Saúde Bucal dos municípios do Estado do Espírito Santo, nos termos das normativas vigentes.
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Encontros regionais e microrregionais com agentes e gestores para alinhamento e pactuações necessárias; Orientações técnicas e modelos de atuação para subsidiar a atuação das Promotorias de Justiça e nas pactuações.

Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de encontros realizados; • Número de Promotorias de Justiça que incluíram a ação no PAPJ; • Número de procedimentos extrajudiciais e/ou ações judiciais em tramitação relacionados à temática. 																
Unidade responsável	CAOPS																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FORTALECIMENTO E MONITORAMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA E À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Resultado(s) esperado(s)	Adequação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência - RCPD.
Indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> • Número de municípios com ao menos um dispositivo assistencial destinado à Pessoa com Deficiência (fonte: CNES/MS, SESA/ES, Secretarias Municipais de Saúde); • Número de procedimentos extrajudiciais e/ou ações judiciais em tramitação relacionados à temática.
Unidade(s) focal(is)	CAOPS

Ação	Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência - RCPD
Objetivo	Municipar os membros do MPES com as informações identificadas e instrumentos técnicos/jurídicos para subsidiar eventuais atuações para adequações da RCPD, de acordo com a legislação vigente.
Produto	Diagnóstico da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) com apresentação de todos os pontos de atenção existentes no estado e nos municípios capixabas.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de Promotorias de Justiça que incluíram a ação no PAPJ; • Número de procedimentos extrajudiciais e/ou ações judiciais relacionados à temática.
Unidade responsável	CAOPS
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Resultados para a sociedade

Direito à Educação

Objetivo

Assegurar o direito à educação, de forma inclusiva e equitativa, bem como a correta aplicação das verbas públicas, fortalecendo o controle social.

Descrição

Garantir o cumprimento do direito à educação de qualidade, atuando com foco no acesso e na permanência na escola. Para tanto, o Ministério Público deve ter como principais objetivos a universalização da educação básica, com ênfase na educação infantil e no ensino médio, a fiscalização da implementação das políticas públicas essenciais e a correta aplicação das verbas educacionais, por meio do fortalecimento do controle social.

EDUCAÇÃO

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO MINISTERIAL NA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO COM VISTAS À UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

Resultado(s) esperado(s)	1. Formação das equipes que atuam com a educação especial nos municípios; 2. Regularização da prestação de serviço de transporte escolar nos municípios.
Indicador(es)	1. Número de municípios em que foram realizadas formações de equipes que atuam com a educação especial; 2. Número de municípios fiscalizados na prestação de serviço de transporte escolar.
Unidade(s) focal(is)	CAOPE

Ação	Caminhos da escola inclusiva																
Objetivo	Subsidiar as Promotorias de Justiça com atribuição em educação no tocante ao acompanhamento da prestação de serviço do transporte escolar e de ações inclusivas nas redes municipais de ensino no Espírito Santo.																
Produto	Material de apoio e assessoramento sobre fiscalização do fornecimento do transporte escolar e monitoramento de formações continuadas em educação especial na perspectiva da educação inclusiva aos profissionais das redes municipais de ensino.																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Número de municípios com formações continuadas sobre educação especial; • Número de municípios com transporte escolar regular, conforme Instrução de Serviço Normativa Detran/ES nº 93/2016 (ISN nº 93/2016); • Número de ações realizadas pelo CAOPE; • Número de procedimentos instaurados pelas Promotorias de Justiça com atribuição na matéria. 																
Unidade responsável	CAOPE																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DOS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA EDUCAÇÃO, INCLUSIVE A EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR

Resultado(s) esperado(s)	Aprimoramento de ações para enfrentamento do abandono e evasão escolar, na perspectiva da busca ativa escolar.
Indicador(es)	Número de municípios que alimentam periodicamente a Plataforma Busca Ativa Escolar
Unidade(s) focal(is)	CAOPE

Ação	Busca Ativa Escolar																
Objetivo	Contribuir para efetivação das medidas de enfrentamento da exclusão escolar no Estado do Espírito Santo, por meio da articulação.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Ciclo de reuniões para articulação com os atores municipais atuantes na Estratégia Busca Ativa Escolar e conselhos tutelares; 																

	<ul style="list-style-type: none"> Material de apoio aos Órgão de Execução para acompanhamento das medidas adotadas para combate à exclusão escolar.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de Abandono escolar, comparada ao ano anterior (INEP/MEC); Número de matrículas divulgado no Censo Escolar/INEP; Número de reuniões realizadas; Número de municípios com Conselhos Tutelares orientados pelo CAOPE.
Unidade responsável	CAOPE
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - MONITORAMENTO DA AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Resultado(s) esperado(s)	Acompanhamento da oferta de educação em tempo integral nos municípios capixabas, nos termos do Plano Municipal de Educação.
Indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> Número de matrículas da educação básica em tempo integral e parcial; Número procedimentos instaurados para acompanhar a ampliação da oferta da educação em tempo integral no ano letivo corrente.
Unidade(s) focal(is)	CAOPE

Ação	Educação integral em tempo integral
Objetivo	Monitorar a implementação da educação integral nas redes municipais de ensino por meio da ampliação das escolas e matrículas de tempo integral.
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Análise da implementação da educação integral nas redes municipais de ensino por meio da ampliação da educação em tempo integral; Material especializado às Promotorias de Justiça com atribuição.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de ações desenvolvidas pelo CAOPE; Avaliação das ações do CAOPE pelo Órgãos de Execução do MPES; Número de matrículas da educação básica em tempo integral e parcial.
Unidade responsável	CAOPE
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - MONITORAMENTO DA APLICAÇÃO VERBAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO, NOTADAMENTE AS PROVENIENTES DO NOVO FUNDEB

Resultado(s) esperado(s)	Fortalecimento dos conselhos municipais de educação.
Indicador(es)	Número de Conselhos Municipais de Educação em funcionamento regular.
Unidade(s) focal(is)	CAOPE

Ação	Monitoramento dos conselhos municipais																
Objetivo	Fomentar a criação e o fortalecimento dos conselhos municipais de educação e auxiliar às Promotorias de Justiça com atribuição em educação na fiscalização dos conselhos municipais de educação, alimentação e CACS-Fundeb.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento dos dados referentes aos Conselhos Municipais no âmbito da Educação; Material de apoio aos membros do MPES e reuniões com intuito de fortalecimento dos conselhos municipais de educação. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de Conselhos Municipais relacionados à Educação em funcionamento regular; Material de apoio disponibilizado; Número de reuniões realizadas com vistas ao fortalecimento dos conselhos municipais. 																
Unidade responsável	CAOPE																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Resultado(s) esperado(s)	Fomento junto ao Poder Executivo a implementação da Lei nº 10.639/2003 no plano estadual / municipal, viabilizando uma educação antirracista por meio da educação, com o aprofundamento do conhecimento da história e cultura da África e da população da diáspora africana.
Indicador(es)	Número de Procedimentos Administrativos instaurados para acompanhamento da implementação da Lei nº 10.639/2003.
Unidade(s) focal(is)	CAOPE / CPIER

Ação	Por uma Educação Antirracista																
Objetivo	Auxiliar as Promotorias de Justiça na fiscalização do cumprimento das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 por meio de levantamento e análise de dados relacionados às redes de ensino e disponibilização de material de apoio para atuação.																
Produto	Material de apoio para fiscalização do cumprimento das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 pelas Promotorias de Justiça.																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de Procedimentos Administrativos instaurados pelas Promotorias de Justiça com atribuição em Educação, acerca das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008; Número de municípios que demonstraram observância às Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008; Número de pesquisas desenvolvidas e reuniões realizadas. 																
Unidade responsável	CAOPE																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Resultados para a sociedade

Proteção ao meio ambiente

Objetivo

Fomentar a proteção e a defesa do meio ambiente, sendo indutor dos poderes públicos e da sociedade na busca pela concretização das políticas públicas e pela reparação dos danos causados.

Descrição

A defesa e a proteção do meio ambiente buscam promover a proteção dos recursos naturais e a reparação da degradação ocorrida, devendo ser observado, quando necessário, um aspecto mais holístico, ou seja, a necessidade dessa proteção estar alinhada com o desenvolvimento sustentável.

MEIO AMBIENTE

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FORTALECIMENTO DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Resultado(s) esperado(s)	Estruturar, estimular o Comitê de Bacia Hidrográfica a desempenhar uma gestão profissional na implementação das atividades elencadas no Plano de Bacia.
Indicador(es)	% da população capixaba com água tratada.
Unidade(s) focal(is)	CAOA, Coordenadorias Regionais de Bacias Hidrográficas

Ação	Fortalecimentos dos Comitês de Bacia Hidrográfica																
Objetivo	Articular, junto aos órgãos e instituições envolvidos, ações que orientem e estruturam o CBH de forma a desempenhar uma gestão profissional no acompanhamento e cumprimento do conjunto de diretrizes e ações voltadas à gestão sustentável do Plano de Bacia, bem como estimular a obtenção de índices progressivos de recuperação e preservação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica.																
Produto	Comitês de Bacia Hidrográficas em funcionamento																
Indicador da ação	Percentual de atividades executadas em relação ao tempo de corrido (ano 2024)																
Unidade responsável	Coordenadorias Regionais de Bacias Hidrográficas																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Plano de conservação de águas quanto ao uso racional, reuso e destinação final																
Objetivo	Fomentar ações de combate e prevenção à escassez hídrica, promovendo a racionalização e conservação de recursos hídricos face ao momento de crise hídrica, que o Estado do Espírito Santo, voltou a enfrentar, com base na recomendação AGERH nº 02/2023 e, levando em consideração, a Lei Federal nº 14.546/23, que estimula o uso das águas de chuva e o reuso não potável das águas cinzas em novas edificações e nas atividades paisagísticas, agrícolas, florestais e industriais, bem como a Emenda Constitucional nº 107/2017 que alterou a Constituição do Estado do Espírito Santo (arts. 192, 258 e 262), obrigando os Municípios a criarem um plano de conservação de água, quanto ao uso racional, reuso e destinação final impondo a obrigação de inserir nas Leis Orgânicas, o reuso de águas cinzas.																
Produto	Requerimento e acompanhamento da elaboração do plano de conservação de água, uso racional, reuso e destinação final																
Indicador da ação	Número de Municípios com seus Planos de conservação de água, quanto ao uso racional, reuso e destinação final publicados e que tenham inserido o reuso de águas cinzas na legislação vs. quantidade de municípios que integram a região II da Coordenadoria da Bacia do Rio Doce.																
Unidade responsável	Coordenadorias Regionais por Bacias Hidrográficas (regional I e II)																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Plano de Sustentabilidade do Observatório Ambiental MPES																
Objetivo	Assegurar a operação contínua e eficiente do Observatório Ambiental MPES, minimizando seu impacto ambiental e promovendo a conservação dos recursos																

	naturais, visando, ainda integrar práticas sustentáveis em todas as atividades do observatório, desde a coleta de dados até a divulgação de informações.
Produto	Documento estratégico que detalha as ações e diretrizes necessárias para assegurar a operação contínua e eficaz do observatório em longo prazo, alinhando suas atividades com princípios de sustentabilidade ambiental, social e econômica. Este plano é projetado integrar os eixos de Cobertura Florestal e Qualidade do Ar, integrando ao já existente eixo de Recursos Hídricos, desde a coleta de dados até a divulgação de informações e envolvimento comunitário.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Entrega, por parte da empresa contratada, do Plano de Sustentabilidade do observatório Ambiental do MPES. Treinamento e capacitação da Comissão de Acompanhamento para Implementação do Observatório Ambiental (COAM) para uma visão abrangente do desempenho do Plano de Sustentabilidade do Observatório Ambiental, permitindo ajustes contínuos e melhorias nas práticas sustentáveis.
Unidade responsável	CAOA
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Resultado(s) esperado(s)	Melhorar a eficiência das Estações de Tratamento de Esgoto, atendendo a Resolução CONAMA 430/2011 e as condicionantes de licenciamento, nos municípios do ES.
Indicador(es)	% da população capixaba com esgoto tratado
Unidade(s) focal(is)	CAOA, Coordenadoria Temática de Saneamento, Coordenadorias Regionais de Bacias Hidrográficas

Ação	Uniformização regulatória dos serviços de saneamento básico do ES
Objetivo	Proporcionar a uniformização regulatória a fim de garantir segurança jurídica na prestação e regulação dos serviços de saneamento no ES.
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Material de apoio às Promotorias de Justiça dos municípios que não possuem convênio com Agência Reguladora; Relatório Final do quantitativo de municípios que se conveniaram com agência reguladora
Indicador da ação	% de municípios conveniados a alguma Agência Reguladora.
Unidade responsável	Coordenadoria Temática de Saneamento
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Gestão do esgotamento sanitário na microrregião de águas e esgoto do ES
Objetivo	Universalização do Saneamento Básico de acordo com a Lei nº 968/202.
Produto	
Indicador da ação	Plano de Trabalho entregue % de conclusão das atividades
Unidade responsável	Coordenadoria Temática de Saneamento

ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
-------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----

Ação	Plano municipal de saneamento básico																
Objetivo	Fomentar, junto aos Promotores de Justiça naturais, a atualização dos Planos Municipais de Saneamento Básico de acordo com Lei Federal Lei nº 11.445/2007, com a nova redação trazida pela Lei nº 14.026/2020 (abastecimento de água; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos manejo e águas pluviais)																
Produto																	
Indicador da ação	Número de Municípios com seus Planos de Saneamento revisados e publicados .																
Unidade responsável	Coordenadorias Regionais de Bacias Hidrográficas																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Plano de Sustentabilidade do Observatório Ambiental MPES																
Objetivo	Assegurar a operação contínua e eficiente do Observatório Ambiental MPES, minimizando seu impacto ambiental e promovendo a conservação dos recursos naturais, visando, ainda, integrar práticas sustentáveis em todas as atividades do observatório, desde a coleta de dados até a divulgação de informações.																
Produto	Documento estratégico que detalha as ações e as diretrizes necessárias para assegurar a operação contínua e eficaz do observatório em longo prazo, alinhando suas atividades com princípios de sustentabilidade ambiental, social e econômica. Este plano é projetado integrar os eixos de Cobertura Florestal e Qualidade do Ar, integrando ao já existente eixo de Recursos Hídricos, desde a coleta de dados até a divulgação de informações e envolvimento comunitário.																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Entrega, por parte da empresa contratada, do Plano de Sustentabilidade do observatório Ambiental do MPES. Treinamento e capacitação da Comissão de Acompanhamento para Implementação do Observatório Ambiental (COAM) para uma visão abrangente do desempenho do Plano de Sustentabilidade do Observatório Ambiental, permitindo ajustes contínuos e melhorias nas práticas sustentáveis. 																
Unidade responsável	CAOA																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Conecta Mais																
Objetivo	Aumentar o número de imóveis conectados à rede coletora de esgoto pública disponível, contemplando imóveis de usuários classificados como factível com PI e factível sem PI, nos bairros classificados como Categorias 01 e 02, por meio de uma atuação coordenada e articulada de integração entre MPES, Governo do ES, CESAN, prefeituras municipais e demais instituições envolvidas, incluindo, fiscalizações, notificações e, quando constatado o crime ambiental sem adequação no prazo estipulado, a atuação extrajudicial e/ou judicial para a garantia do cumprimento das normativas ambientais e da preservação dos recursos hídricos, por parte do órgão ministerial.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Termo de Cooperação Formalizado - Documento que oficializa a cooperação entre MPES, CESAN, prefeituras e outras instituições envolvidas, estabelecendo responsabilidades e metas conjuntas. 																

	<ul style="list-style-type: none"> Modelos de Notificação - Conjuntos de documentos padronizados utilizados para notificar os usuários sobre a obrigatoriedade de conexão à rede de esgoto e os prazos a serem cumpridos. Cronogramas de entrega de notificações - Planejamento detalhado com datas e locais das inspeções a serem realizadas pelos municípios, para verificar a adesão dos usuários à conexão à rede de esgoto. Cronograma de Inspeções e Fiscalizações - Planejamento detalhado com datas e locais das inspeções a serem realizadas pelos municípios e pela CESAN, para verificar a adesão dos usuários à conexão à rede de esgoto. Laudos de Poluição - Relatórios técnicos emitidos após as inspeções, com fotos que comprovem o lançamento do esgoto no curso hídrico. Atestado de conformidade - Relatórios técnicos emitidos após as inspeções, atestando que os imóveis foram conectados à rede de esgoto e estão cumprindo as normas ambientais. Modelos de documentos para atuação ministerial: conjunto de documentos jurídicos padronizados a serem utilizados para notificações extrajudiciais, celebração de Acordos de Não Persecução Penal (ANPP), oferecimento de denúncia e Ação Civil Pública. Procedimentos extrajudiciais e judiciais: Acordos de Não Persecução Penal (ANPP) e denúncias e ACPs oferecidas pelo MPES
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Percentual de notificações realizadas pelas prefeituras municipais e pela CESAN, conforme cronograma Percentual de ANPPs oferecidos e Ações Penais e Cíveis ajuizadas em relação aos usuários que não se adequaram após o recebimento das notificações.
Unidade responsável	CAOA
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - COBERTURA FLORESTAL - CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) E PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL (PRA)

Resultado(s) esperado(s)	Aferir se o Órgão Ambiental Estadual está cumprindo a Lei nº 12.651/2012 no que se refere ao CAR, regulamentado pela Instrução Normativa MMA nº 2 de 05/05/2014, a qual tem por base obrigatória para todos os imóveis rurais a fim de integrar as informações ambientais e compor uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e o PRA que compreende o conjunto de ações ou iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários e/ou possuidores rurais com o objetivo de adequar e promover a regularização ambiental de seus imóveis rurais, com vistas ao cumprimento do disposto no Capítulo XIII da mesma Lei acima citada.
Indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> Índice de Cobertura Vegetal (ICV); Publicação do Programa de Recuperação Ambiental (PRA);
Unidade(s) focal(is)	CAOA

Ação	Programa de Gestão Integrada e Sustentável da Mata Atlântica
Objetivo	Implementar um sistema integrado de monitoramento ambiental e de mecanismos eficazes para coibir o desmatamento, fortalecendo a governança ambiental e incentivando o reflorestamento, a recuperação de áreas degradadas, promovendo a conservação e a recuperação da Mata Atlântica no Espírito Santo.

Produto	Programa de Gestão Integrada e Sustentável da Mata Atlântica (PGISMA), incluindo: <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Monitoramento Ambiental; • Mecanismos para coibir o desmatamento; • Fortalecimento da Governança Ambiental; • Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas; • Desenvolvimento de Infraestrutura Verde. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de cobertura remanescente de Mata Atlântica; • Número de registros de desmatamento nas regiões fiscalizadas; • Número de ANPP's firmados com obrigação de PRAD's em relação ao número de autuações realizadas durante a operação Mata Atlântica. 																
Unidade responsável	CAOA																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Plano de Sustentabilidade do Observatório Ambiental MPES																
Objetivo	Assegurar a operação contínua e eficiente do Observatório Ambiental do MPES, minimizando seu impacto ambiental e promovendo a conservação dos recursos naturais, visando, ainda, integrar práticas sustentáveis em todas as atividades do observatório, desde a coleta de dados até a divulgação de informações.																
Produto	Documento estratégico que detalha as ações e diretrizes necessárias para assegurar a operação contínua e eficaz do observatório em longo prazo, alinhando suas atividades com princípios de sustentabilidade ambiental, social e econômica. Este plano é projetado integrar os eixos de Cobertura Florestal e Qualidade do Ar, integrando ao já existente eixo de Recursos Hídricos, desde a coleta de dados até a divulgação de informações e envolvimento comunitário.																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Entrega, por parte da empresa contratada, do Plano de Sustentabilidade do observatório Ambiental do MPES. • Treinamento e capacitação da Comissão de Acompanhamento para Implementação do Observatório Ambiental (COAM) para uma visão abrangente do desempenho do Plano de Sustentabilidade do Observatório Ambiental, permitindo ajustes contínuos e melhorias nas práticas sustentáveis. 																
Unidade responsável	CAOA																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - REGULARIZAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS (IRREGULARES) EM ÁREA RURAL

Resultado(s) esperado(s)	Implementar um sistema integrado de monitoramento ambiental e mecanismos eficazes para coibir o desmatamento, fortalecendo a governança ambiental e incentivando o reflorestamento, a recuperação de áreas degradadas, promovendo a conservação e a recuperação da Mata Atlântica no Espírito Santo. (REURB)
--------------------------	--

Indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> • % de condomínio e lotes de Zonas de Amortecimento do Parque Estadual da Pedra Azul regularizados a partir do projeto "REEURB em condomínios de lotes e valoração do dano ambiental"; • Número de PA's instaurados nos municípios das Bacias Hidrográficas do ES
Unidade(s) focal(is)	CAOA

Ação	Reurb em condomínios de lotes e valoração do dano ambiental																
Objetivo	Elaborar e/ou atualizar metodologias de trabalho relacionadas à regularização de loteamentos fechados/condomínios de lotes e à valoração do dano ambiental a serem implementadas, como piloto, nos condomínios rurais instalados na Zona de Amortecimento da Unidade de Conservação Parque Estadual Pedra Azul.																
Produto	Metodologias de trabalho a serem aplicadas para casos de condomínios rurais irregulares com intuito de regularização dos loteamentos fechados/condomínios de lotes pela Lei 13.465/17, e da valoração do dano ambiental.																
Indicador da ação	% de loteamentos fechados/condomínios de lotes da Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Pedra Azul que serão regularizados com o Projeto "REURB EM CONDOMÍNIO DE LOTES E VALORAÇÃO DO DANO AMBIENTAL"																
Unidade responsável	CAOA																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Programa de Gestão Integrada e Sustentável da Mata Atlântica																
Objetivo	Implementar um sistema integrado de monitoramento ambiental e mecanismos eficazes para coibir o desmatamento, fortalecendo a governança ambiental e incentivando o reflorestamento, a recuperação de áreas degradadas, promovendo a conservação e a recuperação da Mata Atlântica no Espírito Santo.																
Produto	Programa de Gestão Integrada e Sustentável da Mata Atlântica (PGISMA), incluindo: <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Monitoramento Ambiental; • Mecanismos para coibir o desmatamento; • Fortalecimento da Governança Ambiental; • Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas; • Desenvolvimento de Infraestrutura Verde. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de cobertura remanescente de Mata Atlântica; • Número de registros de desmatamento nas regiões fiscalizadas; • Número de ANPP's firmados com obrigação de PRAD's em relação ao número de autuações realizadas durante a operação Mata Atlântica. 																
Unidade responsável	CAOA																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Plano de Sustentabilidade do Observatório Ambiental MPES																
Objetivo	Assegurar a operação contínua e eficiente do Observatório Ambiental MPES, minimizando seu impacto ambiental e promovendo a conservação dos recursos naturais, visando, ainda, integrar práticas sustentáveis em todas as atividades do observatório, desde a coleta de dados até a divulgação de informações.																
Produto	Documento estratégico que detalha as ações e diretrizes necessárias para assegurar a operação contínua e eficaz do observatório em longo prazo, alinhando suas atividades com princípios de sustentabilidade ambiental, social e econômica. Este plano é projetado integrar os eixos de Cobertura Florestal e Qualidade do Ar,																

	integrando ao já existente eixo de Recursos Hídricos, desde a coleta de dados até a divulgação de informações e envolvimento comunitário.																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Entrega, por parte da empresa contratada, do Plano de Sustentabilidade do observatório Ambiental do MPES. Treinamento e capacitação da Comissão de Acompanhamento para Implementação do Observatório Ambiental (COAM) para uma visão abrangente do desempenho do Plano de Sustentabilidade do Observatório Ambiental, permitindo ajustes contínuos e melhorias nas práticas sustentáveis. 																
Unidade responsável	CAOA																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA – EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Resultado(s) esperado(s)	Estimular a publicação da Lei e do Programa de Educação Ambiental em todos os Municípios do Estado do Espírito Santo
Indicador(es)	Número de municípios com a lei e o programa de Educação Ambiental publicados
Unidade(s) focal(is)	CAOA, Coordenadoria Temática Educação Ambiental

Ação	Apoio na implementação da lei e programa de educação ambiental																
Objetivo	Estabelecer ações destinadas à implementação da Lei da Política Nacional de Educação Ambiental nº 9795/99 e da lei da Política Estadual de Educação Ambiental nº 9265/2009, visando implementar a educação ambiental formal e não formal nos municípios do Espírito Santo.																
Produto	Ciclo de reuniões com os(as) Promotores(as) de Justiça naturais para alinhar estratégias visando à publicação de lei municipais e implementação de programa de educação ambiental.																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas realizadas pelo IEMA e as informações prestadas tanto quanto à publicação das leis quanto à implementação de programas de Educação Ambiental. Número de municípios com publicação de leis municipais implementando a educação ambiental em relação ao ano anterior; Número de municípios com a implementação de programas de Educação Ambiental em relação ao ano anterior 																
Unidade responsável	Coordenadoria Temática Educação Ambiental																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Programa de Gestão Integrada e Sustentável da Mata Atlântica																
Objetivo	Implementar um sistema integrado de monitoramento ambiental e mecanismos eficazes para coibir o desmatamento, fortalecendo a governança ambiental e incentivando o reflorestamento, a recuperação de áreas degradadas, promovendo a conservação e a recuperação da Mata Atlântica no Espírito Santo.																
Produto	Programa de Gestão Integrada e Sustentável da Mata Atlântica (PGISMA), incluindo: <ul style="list-style-type: none"> Sistema de Monitoramento Ambiental; Mecanismos para coibir o desmatamento; Fortalecimento da Governança Ambiental; Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas; 																

	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de Infraestrutura Verde.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Percentual de cobertura remanescente de Mata Atlântica; Número de registros de desmatamento nas regiões fiscalizadas; Número de ANPP's firmados com obrigação de PRAD's em relação ao número de autuações realizadas durante a operação Mata Atlântica.
Unidade responsável	CAOA
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Plano de Sustentabilidade do Observatório Ambiental MPES
Objetivo	Assegurar a operação contínua e eficiente do Observatório Ambiental MPES, minimizando seu impacto ambiental e promovendo a conservação dos recursos naturais, visando, ainda, integrar práticas sustentáveis em todas as atividades do observatório, desde a coleta de dados até a divulgação de informações.
Produto	Documento estratégico que detalha as ações e diretrizes necessárias para assegurar a operação contínua e eficaz do observatório em longo prazo, alinhando suas atividades com princípios de sustentabilidade ambiental, social e econômica. Este plano é projetado integrar os eixos de Cobertura Florestal e Qualidade do Ar, integrando ao já existente eixo de Recursos Hídricos, desde a coleta de dados até a divulgação de informações e envolvimento comunitário.
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Entrega, por parte da empresa contratada, do Plano de Sustentabilidade do observatório Ambiental do MPES. Treinamento e capacitação da Comissão de Acompanhamento para Implementação do Observatório Ambiental (COAM) para uma visão abrangente do desempenho do Plano de Sustentabilidade do Observatório Ambiental, permitindo ajustes contínuos e melhorias nas práticas sustentáveis.
Unidade responsável	CAOA
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	Conecta Mais
Objetivo	Aumentar o número de imóveis conectados à rede coletora de esgoto pública disponível, contemplando imóveis de usuários classificados como factível com PI e factível sem PI, nos bairros classificados como Categorias 01 e 02, por meio de uma atuação coordenada e articulada de integração entre MPES, Governo do ES, CESAN, prefeituras municipais e demais instituições envolvidas, incluindo, fiscalizações, notificações e, quando constatado o crime ambiental sem adequação no prazo estipulado, a atuação extrajudicial e/ou judicial para a garantia do cumprimento das normativas ambientais e da preservação dos recursos hídricos, por parte do órgão ministerial.
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Termo de Cooperação Formalizado - Documento que oficializa a cooperação entre MPES, CESAN, prefeituras e outras instituições envolvidas, estabelecendo responsabilidades e metas conjuntas. Modelos de Notificação - Conjuntos de documentos padronizados utilizados para notificar os usuários sobre a obrigatoriedade de conexão à rede de esgoto e os prazos a serem cumpridos. Cronogramas de entrega de notificações - Planejamento detalhado com datas e locais das inspeções a serem realizadas pelos municípios, para verificar a adesão dos usuários à conexão à rede de esgoto.

	<ul style="list-style-type: none"> • Cronograma de Inspeções e Fiscalizações - Planejamento detalhado com datas e locais das inspeções a serem realizadas pelos municípios e pela CESAN, para verificar a adesão dos usuários à conexão à rede de esgoto. • Laudos de Poluição - Relatórios técnicos emitidos após as inspeções, com fotos que comprovem o lançamento do esgoto no curso hídrico. • Atestado de conformidade - Relatórios técnicos emitidos após as inspeções, atestando que os imóveis foram conectados à rede de esgoto e estão cumprindo as normas ambientais. • Modelos de documentos para atuação ministerial: conjunto de documentos jurídicos padronizados a serem utilizados para notificações extrajudiciais, celebração de Acordos de Não Persecução Penal (ANPP), oferecimento de denúncia e Ação Civil Pública. • Procedimentos extrajudiciais e judiciais: Acordos de Não Persecução Penal (ANPP) e denúncias e ACPs oferecidas pelo MPES
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de notificações realizadas pelas prefeituras municipais e pela CESAN, conforme cronograma • Percentual de ANPPs oferecidos e Ações Penais e Cíveis ajuizadas em relação aos usuários que não se adequaram após o recebimento das notificações.
Unidade responsável	CAOA
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Resultado(s) esperado(s)	Promover a devida regularização, estruturação, organização e gestão nas Unidades de Conservação estaduais de uma forma profissional e cumprindo os objetivos para os quais foram criadas, conforme Leis 9.985 / 2.000 – SNUC e 9.461 /2010 – SISEUC
Indicador(es)	Percentual de Unidades de Conservação devidamente regularizadas e estruturadas (Lei 9.985/2000).
Unidade(s) focal(is)	CAOA, Coordenadoria Temática Unidades de Conservação

Ação	Fortalecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN)
Objetivo	Articular junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos o desenvolvimento de ações que visem ao fortalecimento das RPPNs, buscando a preservação do ecossistema Mata Atlântica.
Produto	
Indicador da ação	% de atividades concluídas
Unidade responsável	Coordenadoria Temática Unidades de Conservação
ODSs relacionados	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

Ação	II Seminário – Unidades de Conservação Estaduais
Objetivo	Promover o II Seminário – Unidades de Conservação Estaduais para a discussão de temas relevantes, com o objetivo de alinhar a compreensão técnico jurídica nos Órgãos Ambientais Federal, estaduais e Municipais, bem como junto à sociedade civil.

Produto	II Seminário – Unidades de Conservação Estaduais																
Indicador da ação	Realização do Seminário Número de participantes do Seminário																
Unidade responsável	Coordenadoria Temática Unidades de Conservação																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Programa de Gestão Integrada e Sustentável da Mata Atlântica																
Objetivo	Implementar um sistema integrado de monitoramento ambiental e mecanismos eficazes para coibir o desmatamento, fortalecendo a governança ambiental e incentivando o reflorestamento, a recuperação de áreas degradadas, promovendo a conservação e a recuperação da Mata Atlântica no Espírito Santo.																
Produto	Programa de Gestão Integrada e Sustentável da Mata Atlântica (PGISMA), incluindo: <ul style="list-style-type: none"> Sistema de Monitoramento Ambiental; Mecanismos para coibir o desmatamento; Fortalecimento da Governança Ambiental; Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas; Desenvolvimento de Infraestrutura Verde. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Percentual de cobertura remanescente de Mata Atlântica; Número de registros de desmatamento nas regiões fiscalizadas; Número de ANPP's firmados com obrigação de PRAD's em relação ao número de autuações realizadas durante a operação Mata Atlântica. 																
Unidade responsável	CAOA																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Plano de Sustentabilidade do Observatório Ambiental MPES																
Objetivo	Assegurar a operação contínua e eficiente do Observatório Ambiental MPES, minimizando seu impacto ambiental e promovendo a conservação dos recursos naturais, visando, ainda, integrar práticas sustentáveis em todas as atividades do observatório, desde a coleta de dados até a divulgação de informações.																
Produto	Documento estratégico que detalha as ações e diretrizes necessárias para assegurar a operação contínua e eficaz do observatório em longo prazo, alinhando suas atividades com princípios de sustentabilidade ambiental, social e econômica. Este plano é projetado integrar os eixos de Cobertura Florestal e Qualidade do Ar, integrando ao já existente eixo de Recursos Hídricos, desde a coleta de dados até a divulgação de informações e envolvimento comunitário.																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Entrega, por parte da empresa contratada, do Plano de Sustentabilidade do observatório Ambiental do MPES. Treinamento e capacitação da Comissão de Acompanhamento para Implementação do Observatório Ambiental (COAM) para uma visão abrangente do desempenho do Plano de Sustentabilidade do Observatório Ambiental, permitindo ajustes contínuos e melhorias nas práticas sustentáveis. 																
Unidade responsável	CAOA																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Resultado(s) esperado(s)	Acompanhar junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEAMA a construção de políticas públicas e projetos necessários para a implementação das estratégias a fim de Descarbonização e Neutralização das Emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE do ES.
Indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> Índices e indicadores de impactos das mudanças climáticas no Brasil; Entrega, por parte da SEAMA, do projeto (políticas públicas) de prevenção de desastres naturais.
Unidade(s) focal(is)	CAOA, Coordenadoria Temática de Controle da Qualidade do Ar e Mudanças Climáticas

Ação	Acompanhar o cumprimento das metas dos termos de compromisso TCA 035 - Vale e TCA 036 – Arcelormittal																
Objetivo	Acompanhar o desenvolvimento e a efetivação das metas dos TCAs Vale e Arcelor, junto à Comissão de Acompanhamento - CA nas reuniões de trabalho.																
Produto	Ciclo de reuniões da Comissão de Acompanhamento para apuração das metas cumpridas nos TCAs.																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de metas cumpridas sobre o número total de metas vezes 100 (%); Número de reuniões da Comissão de Acompanhamento com a participação da Coordenadoria 																
Unidade responsável	Coordenadoria Temática de Controle da Qualidade do Ar e Mudanças Climáticas																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Atuar na manutenção, modernização e ampliação do monitoramento de qualidade do ar e de partículas sedimentáveis com a devida divulgação dos dados à sociedade.																
Objetivo	Atuar para a manutenção, modernização e ampliação do monitoramento da qualidade do ar e das partículas sedimentáveis, de forma a garantir a efetividade e a cobertura, com a devida divulgação dos dados à sociedade.																
Produto	Relatório de acompanhamento das metas apresentadas pelo IEMA face às notificações do MPES e MPF.																
Indicador da ação	Percentual de metas atendidas pelo IEMA																
Unidade responsável	Coordenadoria Temática de Controle da Qualidade do Ar e Mudanças Climáticas																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Acompanhar a implementação do Programa Capixaba de Mudanças Climáticas (PCMC)																
Objetivo	Efetivação da Política Estadual de Mudanças Climáticas por meio da implementação do Programa Capixaba de Mudanças Climáticas																
Produto	Relatório de acompanhamento do cronograma da SEAMA para implementação do PCMC																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de metas apresentadas; Percentual das metas em andamento. 																
Unidade responsável	Coordenadoria Temática de Controle da Qualidade do Ar e Mudanças Climáticas																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Plano municipal de redução de riscos aos desastres naturais																
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Objetivo	Realizar levantamento/mapeamento de dados e informações para a caracterização das bacias e dos sistemas de macrodrenagem instalados e a análise da legislação de uso e ocupação do solo em vigor e do sistema atual de gestão da drenagem, identificando as posturas legais mais impactantes e os “gargalos” institucionais; bem como das áreas de risco geológico existentes no município.																
Produto																	
Indicador da ação	Número de Municípios com seus Planos em implementação																
Unidade responsável	Coordenadorias Regionais por Bacias Hidrográficas (regional III, V, VI e VII)																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - PROTEÇÃO À FAUNA (PROGRAMA EM DEFESA DA VIDA ANIMAL DOMÉSTICA)

Resultado(s) esperado(s)	Promover junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEAMA a Implantação de políticas públicas de controle populacional ético e humanitário de cães e gatos para os municípios do Estado do Espírito Santo no sentido de reduzir o quantitativo de animais errantes e em situação de abandono, bem como estimular a adoção e a guarda responsável dos animais domésticos, fornecendo, para tanto, apoio técnico e jurídico necessários.
Indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> Número de municípios do ES com programas de bem-estar animal; Entrega pela SEAMA da metodologia (Política Pública) a ser adotada nos municípios ES.
Indicador(es)	
Unidade(s) focal(is)	CAOA e Coordenadoria Temática de Proteção à Fauna

Ação	Programa Estadual de Bem-Estar Animal																
Objetivo	Proporcionar ações humanitárias, sustentáveis e permanentes para gerenciar as populações de cães e gatos em situação de vulnerabilidade ou abandono, buscando sempre a melhoria da qualidade de vida dos animais e o fortalecimento dos laços afetivos entre tutores e seus pets.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Campanhas educativas sobre combate aos maus tratos e crueldade contra os animais e deveres dos tutores; Material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça com o intuito de acompanhar a implementação do Programa Pet Vida da SEAMA; Eventos sobre o tema “direito animal” com envolvimento da sociedade, órgãos públicos e protetores de animais; Ações de educação ambiental relacionadas à temática; Projetos ou programas em parceria com instituições de ensino com vistas a viabilizar assistência médico veterinária. 																
Indicador da ação	% de conclusão das atividades																
Unidade responsável	Coordenadoria Temática de Proteção à Fauna																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Programa de Gestão Integrada e Sustentável da Mata Atlântica
-------------	---

Objetivo	Implementar um sistema integrado de monitoramento ambiental e mecanismos eficazes para coibir o desmatamento, fortalecendo a governança ambiental e incentivando o reflorestamento, a recuperação de áreas degradadas, promovendo a conservação e recuperação da Mata Atlântica no Espírito Santo.																
Produto	Programa de Gestão Integrada e Sustentável da Mata Atlântica (PGISMA), incluindo: <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Monitoramento Ambiental; • Mecanismos para coibir o desmatamento; • Fortalecimento da Governança Ambiental; • Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas; • Desenvolvimento de Infraestrutura Verde. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de cobertura remanescente de Mata Atlântica; • Número de registros de desmatamento nas regiões fiscalizadas; • Número de ANPP's firmados com obrigação de PRAD's em relação ao número de autuações realizadas durante a operação Mata Atlântica. 																
Unidade responsável	CAOA																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Plano de Sustentabilidade do Observatório Ambiental MPES																
Objetivo	Assegurar a operação contínua e eficiente do Observatório Ambiental MPES, minimizando seu impacto ambiental e promovendo a conservação dos recursos naturais, visando, ainda, integrar práticas sustentáveis em todas as atividades do observatório, desde a coleta de dados até a divulgação de informações.																
Produto	Documento estratégico que detalha as ações e diretrizes necessárias para assegurar a operação contínua e eficaz do observatório em longo prazo, alinhando suas atividades com princípios de sustentabilidade ambiental, social e econômica. Este plano é projetado integrar os eixos de Cobertura Florestal e Qualidade do Ar, integrando ao já existente eixo de Recursos Hídricos, desde a coleta de dados até a divulgação de informações e envolvimento comunitário.																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Entrega, por parte da empresa contratada, do Plano de Sustentabilidade do observatório Ambiental do MPES. • Treinamento e capacitação da Comissão de Acompanhamento para Implementação do Observatório Ambiental (COAM) para uma visão abrangente do desempenho do Plano de Sustentabilidade do Observatório Ambiental, permitindo ajustes contínuos e melhorias nas práticas sustentáveis. 																
Unidade responsável	CAOA																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - SISTEMATIZAR, REFERENCIAR E PADRONIZAR O PROCESSO DE VALORAÇÃO MONETÁRIA DOS DANOS AMBIENTAIS NO MPES, DANDO ROBUSTEZ À REPARAÇÃO DOS DANOS AMBIENTAIS

Resultado(s) esperado(s)	Robustez técnica-jurídica dos valores pecuniários atribuídos aos danos ambientais por meio da sistematização e padronização metodológica do processo de valoração ambiental.
Indicador(es)	População beneficiada com recursos proveniente de processos de valoração ambiental
Unidade(s) focal(is)	CDVA

Ação	Reurb em condomínios de lotes e valoração do dano ambiental																
Objetivo	Elaborar e/ou atualizar metodologias de trabalho relacionadas à regularização de loteamentos fechados/condomínios de lotes e à valoração do dano ambiental a serem implementadas, como piloto, nos condomínios rurais instalados na Zona de Amortecimento da Unidade de Conservação Parque Estadual Pedra Azul.																
Produto	Metodologias de trabalho a serem aplicadas para casos de condomínios rurais irregulares com intuito de regularização dos loteamentos fechados/condomínios de lotes pela Lei 13.465/17, e da valoração do dano ambiental.																
Indicador da ação	% de loteamentos fechados/condomínios de lotes da Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Pedra Azul que serão regularizados com o Projeto "REURB EM CONDOMÍNIO DE LOTES E VALORAÇÃO DO DANO AMBIENTAL"																
Unidade responsável	CAOA																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Programa de Gestão Integrada e Sustentável da Mata Atlântica																
Objetivo	Implementar um sistema integrado de monitoramento ambiental e mecanismos eficazes para coibir o desmatamento, fortalecendo a governança ambiental e incentivando o reflorestamento, a recuperação de áreas degradadas, promovendo a conservação e a recuperação da Mata Atlântica no Espírito Santo.																
Produto	Programa de Gestão Integrada e Sustentável da Mata Atlântica (PGISMA), incluindo: <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Monitoramento Ambiental; • Mecanismos para coibir o desmatamento; • Fortalecimento da Governança Ambiental; • Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas; • Desenvolvimento de Infraestrutura Verde. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de cobertura remanescente de Mata Atlântica; • Número de registros de desmatamento nas regiões fiscalizadas; • Número de ANPP's firmados com obrigação de PRAD's em relação ao número de autuações realizadas durante a operação Mata Atlântica. 																
Unidade responsável	CAOA																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - PROMOVER MEDIDAS DE REPARAÇÃO POR DANOS SOCIOAMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICAS

Resultado(s) esperado(s)	Buscar a efetividade das ações desenvolvidas para a mitigação, a reparação e a compensação dos danos ambientais, sociais e econômicos sofridos no Estado do Espírito Santo, resultantes do rompimento de barragem de rejeitos da Samarco Mineração S.A., situada em Mariana/MG
Indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> • População beneficiada com recursos provenientes de processos de compensação e reparação dos danos; • Número de processos e procedimentos de acompanhamento do Ministério Público referentes aos programas, ações e atividades de reparação e/ou compensação desenvolvidos.
Unidade(s) focal(is)	GTRD

Ação	Acompanhamento e distribuição dos processos judiciais e extrajudiciais que envolvem o “Desastre do Rio Doce” e tramitam na Justiça Federal e no TRF da 6ª Região																
Objetivo	Acompanhar a tramitação dos processos judiciais e extrajudiciais relativos ao desastre do rio Doce que tramitam na justiça federal, realizar as manifestações ou distribuir os autos aos Promotores de Justiça ou Procuradores de Justiça naturais, quando for o caso, ou adotar providências extrajudiciais (como ofícios, orientações, diligências, etc.), a fim de buscar a efetividade das ações desenvolvidas para a mitigação, a reparação e a compensação dos danos ambientais, sociais e econômicos sofridos no Estado do Espírito Santo.																
Produto	Boletim Informativo com informações atualizadas sobre o andamento dos processos judiciais e extrajudiciais, bem como ações e programas desenvolvidos para a mitigação, a reparação e a compensação dos danos ambientais, sociais e econômicos sofridos no Estado do Espírito Santo.																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de manifestações internas ou judiciais no Gampes pelo GTRD frente às intimações recebidas nos processos judiciais oriundos da 4ª Vara Federal Cível e Agrária da Seção Judiciária de Belo Horizonte de Minas Gerais e TRF 6ª Região. • Quantidade de distribuições da Secretaria GTRD aos respectivos Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça com atribuição exclusiva no processo judicial. • Quantidade de reuniões, orientações, manifestação técnica, pareceres jurídicos, pesquisas, informações, procedimentos SEI e outros levantamentos necessários realizados pelo GTRD. 																
Unidade responsável	GTRD																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Assessoramento e Apoio aos Promotores e Procuradores de Justiça na atuação no Desastre do Rio Doce																
Objetivo	Subsidiar a atuação do Promotores e Procuradores com atribuição no caso Desastre do Rio Doce, a fim de garantir a efetividade das ações desenvolvidas para a mitigação, a reparação e a compensação dos danos ambientais, sociais e econômicos sofridos no Estado do Espírito Santo, buscando, ainda, o aprimoramento da governança do banco de dados da FT-RD, possibilitando futuramente a expedição de recomendações e orientações mais precisas.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Assessoria aos Promotores de Justiça por meio de reuniões, orientações, manifestação técnica, pareceres jurídicos, pesquisas, informações e outros levantamentos necessários; • Boletim Informativo com informações atualizadas sobre o andamento dos processos judiciais e extrajudiciais, bem como ações e programas desenvolvidos para a mitigação, a reparação e a compensação dos danos ambientais, sociais e econômicos sofridos no Estado do Espírito Santo. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de atendimentos aos Assessores, Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça para esclarecimento de dúvidas sobre as demandas e aprimoramento da atuação institucional. • Quantidade de reuniões, orientações, manifestação técnica, pareceres jurídicos, pesquisas, informações, procedimentos Sei! e outros levantamentos necessários realizados pelo GTRD. 																
Unidade responsável	GTRD																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Participação e acompanhamento do processo de negociação para eventual repactuação das medidas de reparação, recuperação e compensação dos danos socioambientais e socioeconômicos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG.																
Objetivo	Acompanhar o processo de repactuação e contribuir para o êxito da negociação, com o consequente estabelecimento de medidas e ações que tragam mais celeridade e efetividade à reparação dos danos.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> Boletim Informativo para divulgação do andamento das reuniões ou do resultado final; Memórias técnicas das reuniões. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Número de reuniões direta ou indiretamente relacionadas à repactuação com participação de um representante do GTRD. 																
Unidade responsável	GTRD																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Ação	Programa de Gestão Integrada e Sustentável da Mata Atlântica																
Objetivo	Implementar um sistema integrado de monitoramento ambiental e mecanismos eficazes para coibir o desmatamento, fortalecendo a governança ambiental e incentivando o reflorestamento, a recuperação de áreas degradadas, promovendo a conservação e a recuperação da Mata Atlântica no Espírito Santo.																
Produto	Programa de Gestão Integrada e Sustentável da Mata Atlântica (PGISMA), incluindo: <ul style="list-style-type: none"> Sistema de Monitoramento Ambiental; Mecanismos para coibir o desmatamento; Fortalecimento da Governança Ambiental; Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas; Desenvolvimento de Infraestrutura Verde. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> Percentual de cobertura remanescente de Mata Atlântica; Número de registros de desmatamento nas regiões fiscalizadas; Número de ANPP's firmados com obrigação de PRAD's em relação ao número de autuações realizadas durante a operação Mata Atlântica. 																
Unidade responsável	CAOA																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FOMENTO À IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS NACIONAL E ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Resultado(s) esperado(s)	<ol style="list-style-type: none"> Fortalecimento das associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis, por meio da regularização jurídica das associações de catadores e catadoras, alcance das licenças ambientais e formalização dos contratos de recolhimento de Resíduos Sólidos recicláveis com os poderes públicos municipais; Alcançar a normatização estadual necessária visando ao acompanhamento da Logística Reversa no Espírito Santo.
Indicador(es)	Quantidade de normas visando ao acompanhamento da Logística Reversa no Espírito Santo.
Unidade(s) focal(is)	CAOA / Coordenadoria Temática de Resíduos Sólidos

Ação	Fortalecimento das associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis																
Objetivo	Fortalecer a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Espírito Santo, promovendo o fortalecimento das Associações de Catadores, a adoção da logística reversa de embalagens e a incorporação do Programa Diogo Santana Pró-Catadoras e Catadores para a Reciclagem Popular nos municípios, visando minimizar os impactos ambientais decorrentes da disposição inadequada dos resíduos sólidos.																
Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Ciclo de reuniões para apresentar o Termo de Referência para contratação das associações de catadores de materiais recicláveis pelos gestores municipais; • Diagnóstico de coleta seletiva e logística reversa no Estado. 																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de contratos assinados entre as prefeituras e associações existentes no ES até dezembro 2025. • Percentual de resíduos sólido reciclável triado pela Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis tendo como destino a cadeia produtiva. • Porcentagem de associações de catadores de materiais recicláveis contratadas pelas prefeituras municipais até dezembro de 2025. • Número de licenças ambientais emitidas para as Associações de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis até dezembro de 2025; • Número de Decretos de logística reversa e de embalagens publicados; • Redução percentual das embalagens destinadas à logística reversa até dezembro de 2025, comparado com a linha de base estabelecida. 																
Unidade responsável	Coordenadoria Temática de Resíduos Sólidos																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Eficiência Operacional

Resolutividade extrajudicial e judicial

Objetivo

Potencializar a resolutividade judicial e extrajudicial por meio do estímulo ao diálogo e à autocomposição de conflitos.

Descrição

Estimular a solução consensual e efetiva de conflitos por meio da atividade de autocomposição, de metodologias de diálogo deliberativo e de demais mecanismos de atuação extrajudicial e judicial disponíveis ao Ministério Público - antes, durante e depois processo - assegurando mais celeridade e efetividade na resolução de questões de interesse social.

AUTOCOMPOSIÇÃO

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - FOMENTO DA CULTURA E ESCLARECIMENTO DO POTENCIAL RESOLUTIVO DOS MEIOS AUTOCOMPOSITIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Resultado(s) esperado(s)	1) Continuidade do Projeto Controle de Constitucionalidade e sua resolutividade de mais de 70% dos casos por meio de sessões autocompositivas com interlocução e aprendizado pelos órgãos responsáveis pelas leis inconstitucionais; 2) Atuar em apoio aos(às) Promotores(as) naturais nos casos concretos a serem solicitados; 3) Atuar nos grupos de trabalho que o coordenador do Nupa é membro nato.
Indicador(es)	1) Percentual dos procedimentos concluídos que alçaram desfecho sem propositura de ADIN; 2) Número de pedidos concluídos no Sei! com atendimento a demanda; 3) Número de atas de reunião dos grupos e relatório de atividades da conclusão dos comitês
Unidade(s) focal(is)	NUPA

Ação	Atuação do Projeto Autocomposição em Controle de Constitucionalidade																
Objetivo	Promover uma resolução consensual de hipóteses legais de inconstitucionalidade sem provocação do Judiciário.																
Produto	Novo modelo de atuação Autocompositiva do Ministério Público como ferramenta de Controle de Constitucionalidade (sem prejuízo das ações judiciais quando necessárias).																
Indicador da ação	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual dos procedimentos concluídos que alçaram desfecho sem propositura de ADIN; • Número de pedidos concluídos no Sei! com atendimento a demanda; • Número de atas de reunião dos grupos e relatório de atividades da conclusão dos comitês. 																
Unidade responsável	NUPA																
ODS relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - APRIMORAMENTO DAS TÉCNICAS DE AUTOCOMPOSIÇÃO JUNTO AOS MEMBROS DO MP

Resultado(s) esperado(s)	Capacitar membros e servidores sobre a atividade da autocomposição na resolução de conflitos, por meio de encontros presenciais / híbridos e capacitações técnicas de atuação no tratamento de conflitos.
Indicador(es)	Número de certificados emitidos nas duas capacitações imersivas planejadas para março e novembro de 2024 sobre os Métodos consensuais e suas aplicações práticas no âmbito do Ministério Público.
Unidade(s) focal(is)	NUPA

Ação	Capacitação continuada em autocomposição de conflitos																
Objetivo	Capacitar membros e servidores sobre a atividade da autocomposição na resolução de conflitos, por meio de encontros presenciais / híbridos e capacitações técnicas de atuação no tratamento de conflitos.																
Produto	Capacitação de membros e servidores do MPES.																
Indicador da ação	Número de certificados emitidos nas duas capacitações imersivas planejadas para março e novembro de 2024 sobre os Métodos consensuais e suas aplicações práticas no âmbito do Ministério Público.																
Unidade responsável	NUPA																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

RESOLUTIVIDADE

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - UTILIZAÇÃO DE MECANISMOS JURÍDICOS ADEQUADOS, EFETIVOS E EFICIENTES, VISANDO À RESOLUTIVIDADE JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS

Resultado(s) esperado(s)	Assessorar os membros por meio de Pareceres Jurídicos e Estudos Técnicos Preliminares e divulgar boas práticas para que atinjam a resolutividade.
Indicador(es)	Número de Pareces, números de Estudos Técnicos Preliminares e alimentação dos Painéis NUPROC com a divulgação de cards e Boletim Informativo, veiculando decisões judiciais que sejam relevantes para a atividade finalística. Reuniões com membros para orientação da atividade-fim. Atuação nos Grupos de Trabalho GNP e Eixo 3 da Região Sudeste para fomento de precedentes judiciais normativos formalmente vinculantes de interesse do Ministério Público.
Unidade(s) focal(is)	NUPROC

Ação	Manual de Acordos Processuais: teoria e prática																
Objetivo	Elaborar o “Manual de Acordos Processuais: teoria e prática” com vistas a auxiliar membros, servidores, estagiários e colaboradores no exercício de sua atividade-fim no contexto das negociações processuais.																
Produto	Livro intitulado "Manual de Acordos Processuais: teoria e prática", inteiramente concebido para a utilização dos Acordos Processuais pelo Ministério Público que será utilizado como material de consulta para os órgãos de execução na atividade finalística.																
Indicador da ação	Manual publicado																
Unidade responsável	NUPROC																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

Eficiência Operacional

Governança, gestão e sustentabilidade

Objetivo

Garantir rotinas de trabalho eficientes e eficazes, potencializando a estratégia institucional e sua governança, em prol da sustentabilidade.

Descrição

Garantir a eficiência da atuação dos órgãos de execução e das áreas de apoio e administrativas, bem como a integridade e a sustentabilidade em todas as suas dimensões, por meio de práticas que envolvam a avaliação, o monitoramento, a articulação, a coordenação e o alinhamento das ações relacionadas aos objetivos institucionais voltados à sociedade, inclusive a partir da análise de dados de atuação funcional, com vistas, entre outros objetivos, à redução de custos, à duração razoável dos processos e procedimentos e à adequação e justiça das decisões.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - DIFUSÃO DA CULTURA, DA ANÁLISE E DA TOMADA DE DECISÃO ORIENTADA POR DADOS

Resultado(s) esperado(s)	Conhecimento quantitativo e qualitativo do acervo visando ao aperfeiçoamento da atuação funcional em termos de tempo, custo e resultados mais justos.
Indicador(es)	Painéis de BI. Por exemplo: Painel Nuproc de acompanhamento processual.
Unidade(s) focal(is)	NUPROC

Ação	Painel da Tutela Coletiva do MPES																
Objetivo	Divulgar dados estatísticos da atuação do Ministério Público na área de Processo Civil, especificamente relativos à tutela coletiva.																
Produto	Painel de análise de dados da atuação processual civil do MPES na tutela coletiva.																
Indicador da ação	Painel elaborado e divulgado.																
Unidade responsável	NUPROC																
ODSs relacionados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17

DIRETRIZ ESTRATÉGICA - ACOMPANHAMENTOS DOS PROCEDIMENTOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

Resultado(s) esperado(s)	Realização de pesquisas específicas, a exemplo das ações coletivas, da atuação por precedentes e da duração e resultados da tramitação de ações de improbidade administrativa após as alterações da Lei 14.230/2021.
Indicador(es)	Painéis de BI
Unidade(s) focal(is)	NUPROC

Ação	Não identificada¹⁶
-------------	--------------------------------------

¹⁶No presente documento constam a rol de ações (projetos e iniciativas) que foram planejadas e propostas pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos relacionadas às diretrizes estratégicas. O fato de um diretriz estratégica não ter ação identificada ocorre, notadamente, pelas seguintes situações: i. a unidade organizacional contribui para o alcance dos resultados esperados com a execução de atividades rotineiras; ii. foram desenvolvidas ações pelos Centros de Apoio Operacionais, Grupos Especiais de Trabalho e Núcleos no ciclo de PGA anterior ou; iii. a contribuição para os resultados esperados ocorrerá por meio dos Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça ou outras ações a serem desenvolvidas pelos referidos órgãos de execução.